CADERNOS DE CONJUNTURA

2020 - Maio - Paulo Timm - Org

Torres RS = paulotimm@gmail.com - www.torrestvdigital.com.br





INDICE

I - FRAGMENTOS DA CONJUNTURA

II -ARTIGOS pg. 11

III -ENTREVISTAS AARÃO REIS pg. 76

IV -MANIFESTOS pg. 87

IV -QUESTÃO CENTRAL DO MÊS: MILITARES E A POLÍTICA pg. 104

Anexo – O FATÍDICO VÍDEO DE 22 DE ABRIL pg.123



FRAGMENTOS DA CONJUNTURA

Video de morador de ruaantes das eleições de 2018 - https://twitter.com/JanainaMeloo/status/1266875920113184770?s=09

SOBRE O ATRAVESSAR A PRAÇA DOS TRÊS PODERES, para defender interesse privado de empresários:

CÓDIGO PENAL

Advocacia administrativa

Militares apoiam Heleno e advertem SUPREMO

https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/24/militares-reserva-stf-apoio-augusto-heleno-jair-bolsonaro-guerra-civil.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral&fbclid=lwAR33dwDh7385qzuqimlVbMo0CyWkERjNsVSplP2nDhSt_LfJRXYBJmP_9Nt4

Art. 18 - Tentar impedir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados. Pena: reclusão, de 2 a 6 anos." (Lei 7170/83)

José Oreiro

Zeina Latiff agora na pouco na radio Band dizendo como os servidores públicos são mausinhos e precisam ter seus

vencimentos reduzidos, e como os bancos são bonzinhos e não podem pagar mais imposto

Coment PAULO TIMM

O interessante nem são as bobagens ditas por esses idólatras do MERCADO FINANCEIRO, mas que tenha gente que acredita e confia neles. Se fosse verdadeiros liberais compreenderiam que o ESTADO é o tabernáculo da Lei, que não senão uma iniciativa (técnica?) civilizatória para substituir o Poder da Força pelo Ideal de Justiça. Por isso para HEGEL que é o supre-sumo do idealismo alemão, o Estado é a criação por excelência da ÉTICA. Mal sabem, enfim, que ESTADO e MERCADO, igualmente importantes, se constituem nos pilares institucionais do Mundo Contemporâneo: O Estado como expressão do compromisso moral. Os mercados, como imperativo da eficiência econômica.

Roberio Sulz - FB 18 maio- BB - Brasil Bordel

"É como gravar uma ida ao bordel", diz ministro do STF sobre vídeo de reunião ministerial

Fórum - Um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que não foi identificado, disse à repórter Basília Rodrigues, da CNN Brasil, que a baixeza do tom da reunião ministerial do dia 22 de abril, em que Sérgio Moro diz existirem provas da interferência de Jair Bolsonaro na Polícia Federal, é como uma conversa de bordel, pelos palavrões e comportamentos dos participantes.

"Para gente que cuida de segurança, uma reunião como essa não caberia nem ser gravada, para o registro de palavrões? Condutas? É como gravar uma ida ao bordel", teria afirmado o magistrado.

Renato Janine Ribeiro

tSrp2gosns olredh ·

Imaginem só: em 1999, quando Bolsonaro fez seu famoso discurso clamando pela morte de 30 mil brasileiros ("Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente"), quem pediu a cassação de seu mandato de deputado?

Antonio Carlos Magalhães.

A História do Brasil teria sido diferente.

ACM pede cassação de deputado que pregou na TV fuzilamento do presidente

Câmara requisita a fita em que Bolsonaro defende o fechamento do Congresso

Senado, António Carlos Maga-hibas (PJI-BA), delendeu ontema a cassação do mandato do deputa-do lair Bolsonaro (PJB-BJ). Na madrugada de ontem, o deputa-nte, sugeriu o fuzilamento do pra-sidente Fernando Henrique Car-doso e pregou o fechamento do Congresso. O corregedor-gento Congresso. O corregedor-gento Congresso. O corregedor-gento Cardos e pregou o fechamento do Congresso. O corregedor-gento Congresso. O corregedor-gento.

valcanti (PPB-PE), e o presidente da Cāmara, Michel Temer (PMDB-SP), requisitaram à TV Bandeirantes a flat com a gravação.
Avisado sobre a repercussão de suas entrevista, Bolsonaro manteve o que disse:
— Se fosse o presidente fecharia o Congresso porque ele não funciona. Está a reboque do Executivo, Só vota o que o Executivo, Só vota o que o Executivo quer. Ñão é independente.
Severino Cavalcanti quer saber exatamente em que contexto Bolsonaro fez as declarações para

saber se ele estava amparado pe-la imunidade parlamentar ou se ultrapassou esses limites, pre-gando o golpe de Estado, o que é proibido pela Constituição. Bolsonaro também confirmou que, na entrevista, disse que a di-tadur a nilitar daver is realizativa.

Bolsonaro também confirmou que, na entrevista, disse que a di-tadura militar deveria ter elimina-do cerca de 30 mil pessoas, entre elas o presidente da República. Segundo ele, o número de mortos e desaparecidos durante a repressão política é menor do que as mortes ocorridas em São Pau-lo durante o último carnaval.

- Não vi (a entrevista) e não Não vi (a entrevista) e não tenho motivos para tomar conhecimento das loucuras de alguém que perdeu o senso e o juizo. Eu acho que deveriam cassar o mandato dele, isso sim — disse Antônio Carlos Magalhães.

nio Carlos Magalhães.

O presidente Fernando Henrique Cardoso reaglu ontem às declarações do deputado. Segundo
o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, o presidente não
pretende processar o deputado.
mas espera que o Lagislativo to-



Bolsonaro defende a livre expressão e teme punição

Deputado diz que suas posições sobre fechamento do Congresso são antigas e nunca surpreenderam

Ex-capitão do Exército, eleito com IIØ mil votos para o terceiro mandato, Jair Bolsonaro disse se discusso ou entrevistas. Há, por exvrescão Semndo de la completa del completa de la completa de la completa del completa de la completa del completa de la completa de la completa del completa de la completa del completa del completa de la completa del com

Imaginem: Se um Juiz com 22 anos de carreira e, agora, um "cientista" como TEICh não sabiam COM QUEM estavam se envolvendo, como um povão desinformado, religioso, até ingênuo podia - e pode - saber...? Acho até que o brasileiro é um sábio pois 2/3 dos eleitores não caíram no Conto do Cafetão de Gravata, nem, agora, se deixar enganar pelos seus sofismas sobre retorno à normalidade. Que normalidade? AQUELA de antes do corona, quando já tínhas 65 milhões de brasileiros na prateleira, sendo 12 milhões no desemprego aberto e outro tanto no desalento? Mas INÊS É MORTA e o único que podemos fazer e esperar o tempo passar.O Tempo, senhor da Verdade, Mestre de todas as sabedorias.

O impeachment é possível

Paulo Timm

Na Itália de Mussolini na década de 20 e na Alemanha de Hitler na década de 30, há quase um século, ocorreu o mesmo. Os fascistas se armaram mais e levaram a melhor. Resultado: Levaram seus respectivos povos ao desastre da II GUERRA, que custo, no total, 50 milhões de vidas. O fascismo é uma praga, nutrida pelo ódio e pelo irracionalismo, os quais, paradoxalmente, "encantam" incautos, da mesma forma como os líderes de seitas religiosas, tipo JIM JONES, encantam seus seguidores e os levam à morte. FASCISMO é uma SEITA POLÍTICA, também conduz à morte

Paulo Timm FB

Tudo isso prova que o SALDO da LAVAJATO, que pretendia fazer a faxina nos políticos e promover a REFORMA DA POLITICA no Brasil foi um traque. Deu no que deu: Guilhotina do Grande Juiz , reduzido, hoje , a um papel de intrigante do sistema ao qual serviu e na celebração das bodas

entre dois piores: O pior do Autoritarismo militar, oriundo dos porões da tortura e que foram contra a Abertura de Geisel-Golbery, JOGANDO BOMBAS ADOIDADOS pelo Brasil, E o pior da Política e do Congresso, como síntese do clientelismo populista: O CENTRÃO, de R.J. e Cia.

Mario Madureira - 20rtSponsomrled hol · FB 9 maio

Enquanto tem gente morrendo do Convid 19 por falta de assistência médica, tem outros ganhando dinheiro em negócios escusos com a importação de respiradores. No Rio de Janeiro, Gabriel Neves o antigo número dois da Secretaria de Saúde foi preso preventivamente com mais um servidor e três empresários sob suspeita de crimes na aquisição sem licitação dos equipamentos. Em Roraima e em Santa Catarina, os secretários de Saúde foram exonerados também sob suspeita de irregularidades. Em São Paulo, as compras de ventiladores pulmonares também estão sob investigação do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, Enquanto o Pará pagou R\$ 120 mil por unidade, Roraima investiu R\$ 216 mil por equipamento

Marino Boeira FB 32 min ·

As apostas estão abertas: quem cai primeiro,o Nelson Teich,na Saúde ou Regina Duarte, na Cultura? Hoje, o cronista Josias de Souza, na Folha ,aposta no Teich, dizendo com ironia que "sua vocação para ex-ministro revelou-se desde o início". O jornalista ainda sugere que em vez de Osmar Terra, Bolsonaro passe o Weintraub para a Saúde, o que "unificaria o governo em torno do erro."

MAIA COM MEDO

 $\frac{https://blogdacidadania.com.br/2020/03/presidente-da-camara-insinua-medo-de-tocar-impeachment/?fbclid=IwAR0UjS9qbjzB0SpLwcCUGrgTGsPuSFj-zoUjpVQmrhjILpFX0H6lLF0Y1z4}$

Sérgio Maia Dias -8StSipsonso rehnd · FB 9 maio

O Partido Novo demorou um ano e meio para expulsar o ministro Ricardo Salles. Razoável, não? Os bons serviços prestados à devastação da Amazônia, invasão ilegal de terras indígenas, o garimpo criminoso e o desmonte das políticas ambientais, confundiram um pouco o Amoedo, esse líder irresistível... Carlos Muanis

MENOSPREZAR BOLSONARO É INGENUIDADE POLÍTICA

Jair Bolsonaro fez um cálculo político, judicializou a questão envolvendo a divulgação de seus exames para coronavírus e obteve uma vitória parcial na "guerra de narrativas".

Os setores da imprensa que abraçaram a tese que o presidente não mostrava os laudos por supostamente ter contraído a Covid-19 perdem pontos na opinião pública.

A estratégia bolsonarista, por ora, tira crédito de quem apostou na suposta contaminação de Jair Bolsonaro, além de reforçar a narrativa da vitimização de que o presidente é "perseguido pela imprensa".

O tema, além de mobilizar a base social de Bolsonaro, divide as atenções do noticiário em meio a possível divulgação do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril com supostos constrangimentos a Bolsonaro, e em meio ao agravamento da pandemia no país.

Erra mais uma vez quem menospreza a capacidade de Bolsonaro em fazer política. Enquanto isso, o presidente avança com sua narrativa.

Paulo Timm - Ménage à trois

Deu nisso a tal de LEVAJEITO: Ménage à trois , com Militarismo Autoritário, Fundamentalismo religioso e Corrupção Deslavada. Chegamos ao Haiti de Duvalier, com a diferença que aqui são 4 baby docs

https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Freporterpopular.com.br%2Fsimbolo-da-corrupcao-nacional-roberto-jefferson-anuncia-sua-alianca-com-bolsonaro%2F%3Ffbclid%3DlwAR1bqykv_pZ-cTZ67JQTNiGf6zJf8dNPEDaXe5bLiKXblGBxLO1RnsuHiil&h=AT0aMCURwSjJEGclcTFcOLBt5r4nJyoZbRXrZT7T1PC

Ms2s92XAN26FhDdTQUj642VqmTXoWy9ySHleZ1-

794UMkAEXjeJ3FdWrubBUEKR4KI_TJVDtY6aH1ObbaSeAcs7LHGtkkHiy6UfuR7JBkCxFc3cHrYdXhZYD0

Quem quer ficar bem informado sobre nosso caos político cotidiano veja a Live diária do Luiz Carlos Azedo.

Milton Saldanha - urtS3pconso rdedh · Basta Bolsonaro explicar

A crise Bolsonaro X Moro se resolve em cinco minutos.

Basta que Bolsonaro explique.

Não a Moro, mas à Nação, a quem deve sim explicações, goste ou não. Fácil entender: o serviço púbico é formado por camadas hierárquicas,

com uma cadeia longa de comando. São os chamados escalões.

O cargo de superintendente da PF no Rio de Janeiro é de quarto escalão.
Isso significa que para se preocupar com ele o presidente da República tem que transitar pela citada acima cadeia de comando, num processo natural de delegação de atribuições e poderes, previstos em lei.

Não compete ao presidente passar por cima dessa estrutura e ir direto a algum cargo menor, na hierarquia, para decidir sobre quem deve exercê-

lo. Nem sobre qualquer outro aspecto.

É isso que Bolsonaro tem que explicar.

Quais os motivos das mudanças na PF, a ponto de causarem uma crise ministerial muito grave, com a queda de um ministro de primeira linha.

E que motivos o levariam a desprezar a cadeia de comando, preocupando-se ele próprio com um cargo tão abaixo das suas atribuições como presidente.

Simples assim.

Marcelo Pimentel Jorge de Souza

39 min •

"Além dos militares das Forças Armadas, de segurança dos Estados e profissionais de saúde, os deputados salvaram do congelamento servidores das polícias Federal e Rodoviária Federal, agentes penitenciários federais, profissionais da limpeza pública, assistência social, guarda municipal e socioeducativos. A manutenção da possibilidade reajuste para essas categorias mostra a força de pressão da área de segurança junto ao Palácio do Planalto e o Congresso."

TOMA, SERVIDORES!

TOMA, PROFESSORES QUE ESTÃO MINISTRANDO AULAS ONLINE!
TOMA, BRASILEIROS "liberais na economia e conservadores nos
costumes"!

Eu entendo a segurança pública - polícias militares e civis! Eu até entendo a polícia federal!

Mas não entendo que eu, APOSENTADO das FORÇAS ARMADAS, que estou em casa, como também milhares de militares da ativa que também estão em CASA, sejam beneficiados por um aumento enquanto a maioria esmagadora dos brasileiros, de todos os estratos sociais, luta para manter sua empresa, luta para manter seu emprego......luta para manter sua sobrevivência em filas quilométricas para ter o que comer, pra esperar uns míseros 600,00 ou pedir esmolas na rua!

Qual a GUERRA que temos que lutar e vencer no curto prazo? Que diferença um aumento adiado fará em nosso espírito patriótico e de sentimento do DEVER em lutar e vencer a guerra que nos couber no curto prazo !? Nossa guerra no curto prazo eh ajudar o Brasil no combate à pandemia ficando em casa, dispensando recrutas e empregando a tropa profissional para participar do esforço de combate à pandemia!

A iniciativa dessas exceções é do GOVERNO FEDERAL repleto de generais com contra-cheques polpudos e turbinados por mordomias e privilégios!

A iniciativa foi levada ao parlamento por uma bancada repleta de militares inativos com contra-cheques polpudos e turbinados por mordomias e privilégios!

Que fique o registro!

Mario Madureira - 20rtSponsomrled hol · FB 9 maio

Enquanto tem gente morrendo do Covid 19 por falta de assistência médica, tem outros ganhando dinheiro em negócios escusos com a importação de respiradores. No Rio de Janeiro, Gabriel Neves o antigo número dois da Secretaria de Saúde foi preso preventivamente com mais um servidor e três empresários sob suspeita de crimes na aquisição sem licitação dos equipamentos. Em Roraima e em Santa Catarina, os secretários de Saúde foram exonerados também sob suspeita de irregularidades. Em São Paulo, as compras de ventiladores pulmonares também estão sob investigação do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, Enquanto o Pará pagou R\$ 120 mil por unidade, Roraima investiu R\$ 216 mil por equipamento

Sérgio Maia Dias -8StSipsonso rehnd · FB 9 maio

O Partido Novo demorou um ano e meio para expulsar o ministro Ricardo Salles. Razoável, não? Os bons serviços prestados à devastação da Amazônia, invasão ilegal de terras indígenas, o garimpo criminoso e o desmonte das políticas ambientais, confundiram um pouco o Amoedo, esse líder irresistível... Carlos Muanis

Quem quer ficar bem informado sobre nosso caos político cotidiano veja a Live diária do Luiz Carlos Azedo.

Milton Saldanha - urt\$3pconso rdedh · Basta Bolsonaro explicar

A crise Bolsonaro X Moro se resolve em cinco minutos.

Basta que Bolsonaro explique.

Não a Moro, mas à Nação, a quem deve sim explicações, goste ou não. Fácil entender: o serviço púbico é formado por camadas hierárquicas, com uma cadeia longa de comando. São os chamados escalões.

O cargo de superintendente da PF no Rio de Janeiro é de quarto escalão. Isso significa que para se preocupar com ele o presidente da República tem que transitar pela citada acima cadeia de comando, num processo natural de delegação de atribuições e poderes, previstos em lei.

Não compete ao presidente passar por cima dessa estrutura e ir direto a algum cargo menor, na hierarquia, para decidir sobre quem deve exercê-

lo. Nem sobre qualquer outro aspecto.

É isso que Bolsonaro tem que explicar.

Quais os motivos das mudanças na PF, a ponto de causarem uma crise ministerial muito grave, com a queda de um ministro de primeira linha.

E que motivos o levariam a desprezar a cadeia de comando, preocupando-se ele próprio com um cargo tão abaixo das suas atribuições como presidente.

Simples assim.

Marcelo Pimentel Jorge de Souza FB Roda Democratica DF

"Além dos militares das Forças Armadas, de segurança dos Estados e profissionais de saúde, os deputados salvaram do congelamento servidores das polícias Federal e Rodoviária Federal, agentes penitenciários federais, profissionais da limpeza pública, assistência social, guarda municipal e socioeducativos. A manutenção da possibilidade reajuste para essas categorias mostra a força de pressão da área de segurança junto ao Palácio do Planalto e o Congresso."

TOMA, SERVIDORES!

TOMA, PROFESSORES QUE ESTÃO MINISTRANDO AULAS ONLINE!
TOMA, BRASILEIROS "liberais na economia e conservadores nos
costumes"!

Eu entendo a segurança pública - polícias militares e civis! Eu até entendo a polícia federal!

Mas não entendo que eu, APOSENTADO das FORÇAS ARMADAS, que estou em casa, como também milhares de militares da ativa que também

estão em CASA, sejam beneficiados por um aumento enquanto a maioria esmagadora dos brasileiros, de todos os estratos sociais, luta para manter sua empresa, luta para manter seu emprego......luta para manter sua sobrevivência em filas quilométricas para ter o que comer, pra esperar uns míseros 600,00 ou pedir esmolas na rua!

Qual a GUERRA que temos que lutar e vencer no curto prazo? Que diferença um aumento adiado fará em nosso espírito patriótico e de sentimento do DEVER em lutar e vencer a guerra que nos couber no curto prazo !? Nossa guerra no curto prazo eh ajudar o Brasil no combate à pandemia ficando em casa, dispensando recrutas e empregando a tropa profissional para participar do esforço de combate à pandemia!

A iniciativa dessas exceções é do GOVERNO FEDERAL repleto de generais com contra-cheques polpudos e turbinados por mordomias e privilégios!

A iniciativa foi levada ao parlamento por uma bancada repleta de militares inativos com contra-cheques polpudos e turbinados por mordomias e privilégios!

Que fique o registro!

EMPRESAS QUE FINANCIAM EXTREMA DIREITA

https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-20/movimento-expoe-empresas-do-brasil-que-financiam-via-publicidade-sites-de-extrema-direita-e-que-propagam-noticias-

<u>falsas.html?ssm=FB_CC&fbclid=lwAR0JjvKKsOeLZz9AS6VZ0L8-ON45boG1bvAVne4_x0wUlVgk88kzlCnQbcY</u>

NOVA FRENTE DE OPOSIÇÃO: INFLUENCIADORES DIGITAIS

https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-kotscho/2020/05/19/felipeneto-x-bolsonaro-nova-oposicao-ao-regime-surge-nas-redessociais.htm?fbclid=lwAR1fj8C2pMsae0tBtZxbz5icdaOwVJChWGzWjY3l9R 6sVpyChFG1ZR_IQDA

PARTE II - ARTIGOS

O "pandemoníaco" ano de 2020

Paulo Timm – Publicado A FOLHA, Torres – maio 2020

Numa ensolarada manhã de segunda feira deste ano "pandemoníaco" de 2020, o Presidente Bolsonaro é questionado sobre o elevado número de mortes por COVID 19 no Brasil. Não se conteve e atirou: - " E daí, o que eu posso fazer? Sou Messias mas não faço milagre!". Hoje cedo, dia 14 de maio, ao qual o Papa roga que todos se unam em oração contra a peste, leio um artigo publicado no Jornal O Estado de São Paulo pelo Vice Gen. Mourão e ele se lamenta pela situação do Brasil. Eis seu "diagnóstico", digno de uma redação do ENEM: 1) "O primeiro é a polarização"... "A imprensa, a grande instituição da opinião, precisa rever seus procedimentos nesta calamidade que vivemos".

- 2) "O segundo ponto é a degradação do conhecimento político por quem deveria usá-lo de maneira responsável..."
- 3) "O terceiro ponto é a usurpação das prerrogativas do Poder Executivo."
- 4) "O quarto ponto é o prejuízo à imagem do Brasil no exterior decorrente das manifestações de personalidades..."

Resultado: As mais altas autoridades do país se eximem de qualquer responsabilidade sobre mais de 13.000 mortes e uma infestação que, para vários infectologistas, já atinge 1 milhão de brasileiros, prometendo ser o pior caso no mundo inteiro. Diante disso, análises abundam. Muitos pessimistas e poucos otimistas. Eu, cá comigo, nem sei mais o que dizer. E dizê-lo para quê? Então decidi montar, com Debora Fernandes, um livro – "Em tempos de Quarentena", com depoimentos de amigos do FaceBook. Lá estão, pra quem quiser arejar um pouco. No Grupo do meu face – Paulo Timm – denominado FOGO CERRADO - . Eis, como estímulo à leitura, algumas pérolas:

ACABOU PÔ...!

Paulo Timm – A FOLHA, Torres 29 de maio 2020/ Editorial VALE DO MAMPITUBA WEB RADIO –

www.valedomampitubawebradio.com

Como explicar?

Pesquisa Datafolha aponta o Bozo com 33% de bom/otimo, somados aos 22 de regular dá 55%. Fica o alerta!

r

A loucura aplicada à História, através de seitas políticas sem qualquer racionalidade, têm um encanto incrível sobre as massas, sobretudo em tempos de crise e medo. Vide Hitler. Por isso temo....

Afonso Pereira

Artigo 5º da Constituição, termo 10: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas".

Aplica-se às fakes News.

Além disso, o Código Penal prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação -cada um com sua definição...

Aplica-se às fakes News.

Alguma dúvida?

Milton SaldanhateSpro1n4 shioredel ·

Parte da PF é bolsonarista. Parte das PMs estaduais também, assim como parte do exército. O Bolsonarismo tem apoio armado. Não sabemos ainda o tamanho desse apoio, a disposição desses atores em efetivar intervenção. Fato é que desde a década de 1960 não vivíamos crise tão grave, com real possibilidade de implantação de um regime de força...

Rodrigo Perez Oliveira =- FBMaio 2020

Dia 28 de maio do pandemoníaco ano de 2020, cedo pela manhã, o Presidente Bolsonaro, como lhe apraz, desabafa pela enésima vez, mas com tom muito alto, à meia dúzia de seus apoiadores na frente do Palácio: - "Não aguento mais! Querem tirar as minhas mídias. Acabou porra!". A imprensa, presente, registrou, e publicou sem cortes. Lembrei-me imediatamente, ao ouvir isso, do meu velho pai, general do Exército, um homem simples e conservador, de quem jamais ouvi qualquer palavrão dentro de casa e pensei :- "Os tempos mudaram". Mas não se trata apenas de palavrões que enxovalham a dignidade do mais alto cargo na hierarquia do Estado brasileiro. Há no ar da conjuntura nacional a iminência de uma ruptura maior do que a dos costumes: A das instituições. Foi-se o tempo da polaridade esquerda x direita. Agora parece ser entre democracia x ditadura, razão consensual x vontade pessoal. Fontes bem informadas dão conta de que na noite anterior, em reunião ministerial, o Presidente Bolsonaro, com endosso dos presentes, avisou que não acatará mais decisões da Justiça, para ele invasivas sobre suas competências, ilegais e de caráter político contra si. Como assim...? Ousou publicar na "suas mídias" o seguinte, registrado em artigo "Em confronto com o STF", pelo Dr. Frank Cunha:

"O presidente Jair Bolsonaro cruzou uma linha perigosa nesta quintafeira. Invocou uma "intervenção militar pontual", ou seja, um golpe contra outros poderes constituídos. Para tal, o presidente publicou em suas redes sociais a opinião do advogado Ives Gandra Martins defendendo que as Forças Armadas atuem como "poder moderador" com base no artigo 142 da Constituição".

Na noite anterior, eu próprio ouvi, no recato do meu isolamento, seu filho, Deputado Eduardo Bolsonaro – aquele fritador de bolinho no Maine que queria ser Embaixador nos Estados Unidos sem seguer falar inglês – dizer a mesma coisa, sentenciando ao Ministro STF Alexandre de Moraes (responsável pela Ação da POLIICIA FEDERAL que vasculhou durante o dia residência de suspeitos de articulação do "Gabinete do Ódio" com fake news), como quem despacha um moleque:- 'Isso é crime! É abuso de autoridade! Tem que parar! Depois quando meu pai tomar medidas enérgicas vão dizer que ele é ditador!" E

não acaba aí, em *famiglia*, o despautério cívico e moral.. Sexta feira passada, em Nota dirigida contra os Ministros do Supremo, o General Heleno de Tal, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, um homem demasiado incendiário para sua idade, suposto moderador do Presidente, advertia que se não parassem, "haveria consequências imprevisíveis" para o país. O Tudo referido às ações do Ministro Celso de Mello que relata o processo solicitado pela Procuradoria Geral da República, sobre eventuais crimes de interferência do Presidente da República na Polícia Federal e que provocou a saída do Ministro da Justiça, Sérgio Moro, do Governo: solicitação e divulgação do controvertido vídeo da Reunião Ministerial (?), que mais parecia um rodeio na estrebaria, no dia 22 de abril, visto por 55% dos brasileiros, requisição do celular do Presidente e outras providências, na forma da Lei. Ato contínuo, 87 oficiais do Exército lhe hipotecam solidariedade e um alto oficial da Marinha o cumprimenta —

https://noticias.uol.com.br/colunas/thais-oyama/2020/05/27/clube-naval-da-marinha-embarca-na-canoa-do-general-

<u>heleno.htm?fbclid=IwAR1R6ezJ6aFCKemkuWMzZJ9v8YG5DzCB5b4vy6gOAoJMMH8LPxq6PFpk-QE</u>

. E não fica por aí. Há duas semanas, o Vice Presidente Hamilton Mourão, como uma espécie de abre alas da crise , publicou no Jornal O Estado de São Paulo, um artigo ácido, embora fundamentado e bem escrito ,"Limites e responsabilidades", no qual reconhece que "tornamo-nos...incapazes do essencial para enfrentar qualquer problema: sentar à mesa, conversar e debater", exortando " a imprensa, a (...) rever seus procedimentos nesta calamidade que vivemos". Sempre a imprensa, como responsável, agora potenciada pelo visível apoio que tem dado, na crise, aos Poderes Legislativo e Judiciário.

https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,limites-e-responsabilidades,70003302275?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fbclid=lwAR3oV43zoozDm4w_vBp2YvN_0_cEVF90smVH8kqlq3BNEwecowNJOYQ5FSQ

Outros aliados, vão mais longe. Ameaçam mesmo os membros do Supremo. Eilos, dois deste ilustres exemplares:

"Alvo da operação da PF no âmbito do inquérito das fake news do STF, a militante bolsonarista chamou Alexandre de Moraes para "trocar soco" e ainda disparou: "Vou te ensinar a virar homem" . "Enfia a tripartição no seu c*. Manda me prender, seu merda" - https://revistaforum.com.br/politica/investigada-sara-winter-ameaca-alexandre-de-moraes-o-senhor-nunca-mais-vai-ter-paz/

Jefferson cita PCC e manda recado a Moraes: "Comigo, buraco é mais embaixo"

https://istoe.com.br/jefferson-cita-pcc-e-manda-recado-a-moraes-comigo-buraco-e-mais-embaixo/

Mas se o horizonte da crise é uma ditadura, muitos perguntam: Para quê. Vejase que diz Renato Janine Ribeiro, ex Ministro da Educação de Dilma: "Há uma forte lógica golpista nas ações do Presidente. Repete sem parar os ataques às instituições, que estão se mostrando mais firmes nos últimos dias - embora sua reação me pareça mais coisa de indivíduos (agora, Celso de Melo) do que delas próprias.

E parece evidente que o golpismo é defensivo, é a vontade de proteger a família e os amigos. Isso, aliás. é explícito.

Contudo, até agora, não vi para que ele daria o golpe. Na ditadura, cada vez que um projeto bem celerado era rejeitado no Congresso ou pelo povo (eleições de 1965, recusa do processo contra Marcio Moreira Alves em 1968, etc), ela vinha com um ato institucional ou algo do gênero. Mas vc sabia por quê.

Hoje, o golpe seria para quê? Para permitir 40 pontos na CNH? O que mais Bolsonaro propõe? Ou para fazer passar os projetos de Guedes e Sales? Sendo que os de Sales só passam com muito boi de piranha, e os de Guedes podem passar com um verniz de Rodrigo Maia.

Realmente há algo estranho aí".

Nem há o que dizer. Só relatar. E indagar como se encaminhará este impasse em meio à indicadores de 25.400 mortes já registradas pelo COVID 19 e que projetam uma estimativa de 145.000 no ano, uma queda no PIB em torno de 7%, com um desemprego aberto de cerca de 20 milhões de trabalhadores e inédita fuga de capitais, sobre os quais apenas 25% apoiam o Governo e menos da metade subscrevem seu Posto Ipiranga. Multiplicam-se as preocupações, como afirma o Cientista Político Paulo Baia hoje em seu FB:

"O quadro é complicado, existe alinhamento dos generais do Palácio com Bolsonaro.

Existe apoio dos oficiais superiores das três armas a Bolsonaro. As Forças Armadas como um todo estão insatisfeitas com o STF. A maioria do Congresso Nacional está em sintonia com Bolsonaro. Rodrigo Maia e Alcolumbre não possuem estatura política e moral para enfrentar Bolsonaro, seguirão a maioria dos parlamentares. A dobradinha João Dória e Sérgio Moro não possui estofo para liderar o enfrentamento a Jair Bolsonaro, aos militares e a maioria do Congresso Nacional.

Gosto do exercício de formulação de cenários que a maioria dos analistas políticos e sociais estão a fazer, mas creio que eles estão falando e escrevendo sem dados e informações, um GPS sem input, um exercício de especulação teórica de cenários prospectivos, essencialmente hipotéticos e imaginativos . Volto a chamar atenção para o <u>Luiz Carlos Azedo</u>, o único que está processando bem os fragmentos de informações e dados de Brasília. O momento é péssimo, é difícil, é trágico, Bolsonaro está no controle."

Faz frio no sul. E em junho entramos no inverno. Mas Frida Kahlo dizia que pintava flores para que elas não morressem. E nós...faremos o quê...?

Anexo:

Anonymous:"ESTAMOS TODOS BEM..."

Elementos para entender o Circo da NOVA POLÍTICA:

TUDO TRANQUILO...

https://odia.iq.com.br/brasil/politica-e-pais/2020/05/5924894-ameaca-de-rupturademocratica.html?fbclid=IwAR3bdsZEckXdB73cneGW5JdEySmLh_k7kJE9CM2TcqUlfqZYM8CbPDpBN2Q

AGORA CHEGA, PORRA! - Palavras finais do "Pronunciamento", alto estilo e bom tom, do Presidente da República a meia dúzia de fanáticos apoiadores no dia 27 de maio 2020 defronte o Palácio do Planalto. Filhos replicam. Flavio adverte que pai pode ser mais "enérgico"...

Carlucho 003 não deixa por menos: Vão tomar no c...

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/28/interna_politica,859192/vai-tomar-no-c-pt-e-psoldiz-carlos-bolsonaro-em-grupo-deverea shtml?fbclid=lwAR0utmpiQAMRPXmgam3R3IqVVQRVRtWukZX6sMvnp6MtYNtDSdUrCPF_il4

https://www.esmaelmorais.com.br/2020/05/bolsonaro-e-filhos-ja-assumem-que-um-novo-golpe-e-inevitavel/?fbclid=lwAR2boTv7_kET0RltHNPwdEKKy-83aWDgdqFb-x9kgoojzcGe5k5KRE5RVAQ

Nota, no dia 26 maio, de um Ministro-general, ligado à FACÇÃO que se opôs à abertura do Presidente Geisel (1977) liderada pelo Ministro Silvio Frota, demitido por tentar um golpe, ameaçando o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL de "consequências terríveis" para a Nação caso prosseguissem com suas iniciativas sobre crimes perpetrados por membros do Governo.

Entrementes, o Palácio usa o Ministro da Justiça para impetrar habeas corpus improcedente.

https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/05/28/ministro-da-justica-passa-pelo-ridiculo-de-estatizar-ohabeas-corpus htm?fbclid=lwAR0D8AuKAn8xr_4oQeQRG56eSys6477AwTFbMAVg8Xbxo5tQ42pFluiQ7pw Aliança com CENTRÃO, com vários indicados para posições estratégicas dentro do Governo, maior vertente da velha política do toma-lá-dá-cá dentro do Congresso, vários deputados respondendo por corrupção, para barrar impeachment do Presidente

A grande bolsonarista WINTER pelo próprio filho

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fwww.diariodocentrodomundo.com.br%2Fnao-vale-o-ar-que-respiraabandonou-o-filho-para-minha-mae-criar-diz-irmao-de-sara-

winter%2F%3Ffbclid%3DlwAR1E81gjLJ5Z4qhl60lAj2CYwvprD7ZrR1E5ihczkm9siJznHQql4cX6O30&h=AT2UUCZ--GUV0Oj5nEPP5-1WfeVNnpwG0Sr8akEqVcT-

Q2JoLEyhCs1jnhgl1pHZkvo8lwBxeMzrEHoBme5i4N7n7bVU3llKHz7leeTPiBoEH-8j4jgGCLSJ-np-YOa0-PLiCKbyoOWFq9rM

Aliciamento visível a céu aberto e olhos de se ver do Procurador Geral da República em troca de vaga na Supremo, garantindo engavetamento de processos contra o Presidente e seus figurantes

A terceira vaga

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fwww.correiodopovo.com.br%2Fnoticias%2Fpolitica%2Fbolsonarove-aras-forte-candidato-em-caso-de-3%C2%AA-vaga-no-stf-1.428891%3Futm_source%3DFacebook-P%26fbclid%3DlwAR2pfkJEH0w78OtKfTT5iVCAXrVqaRhMzPbr0vHnsC5autvE6bU_1iS5q9Y&h=AT2ZOx1t2JXK2QYcdcOrXEr4ikXJ9nPK2mI2oEd3SCDNA7WBCJ_MTxogkqBDHhzDv7AgN1puZHP_ME3cpbxln14EB8N3icmtK88AVFVLN 90n_EdUNXefL4vcxWG9NRIOyINnT1arbNIFJaSbyZGjVHVvTZDYVUaE6WLww

"Boiada sallina" avançando sobre queimadas devastadores na Amazonia.

https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3679588995400797&set=a.285305968162467&type=3&eid=ARDd8NU6qy4 cuGKw693ykGH0SDVN9pdaF7DSS1mr4Rtg29S9KkOdloRj_eAcztOyx7N4X5PbNSsMGLMD

"Gripezinha" danada já com 30 mil mortos hoje, 30 de maio- projetando uma tragédia de 140, segundo U.
Washington, em um ano.

https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/29/donos-de-perfis-anonimos-alvo-do-stf-encontraram-se-com-bolsonaro-e-heleno.htm?fbclid=lwAR1WaGVnvmJ69s3KS2iaQK-Ov1kVwZIPP7v1iTl-hW3iCvCih0TIDMVPtsM

Queiroz, administrador da "rachadinha" no gabinete do então dep. Estadual Flavio Bolsonar, desaparecido. "Meus garotos" preservados. Um deles, alucinado, vocifera nas redes contra inimigos invisíveis,

derrubando até Ministros da Casa, como o Presidente do PSL, Bebiano. Moro defenestrado. Outro, promovendo a subversão da ordem

Processo no Eduardo

https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/celso-envia-a-aras-pedido-de-investigacao-contra-eduardobolsonaro-por-subversao-da-ordempolitica/?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fbclid=IwAR0LWoMQ6RA2j-59zzts5kiumVt8LO53MU7LGFYN6uXtgoOzFi_4792GuSw

O impoluto Roberto Jefferson, novo líder Político do Governo,m"automática" em punho ,avisando que com ele "o buraco é mais embaixo"

https://revistaforum.com.br/noticias/roberto-jefferson-repete-acabou-porra-e-pede-que-bolsonaro-convoque-golpe-militar/?fbclid=lwAR0eqZqiPnstysfH_H4jG8lXUFoU2HTIOmWFhQHqDqiZyhdUbH3SYF1vmVo

Fuga inédita de capitais externos do país e retração dos investidores internacionais jamais vista diante da deterioração da imagem do Brasil, mas Ministro da Economia PG tem a solução: Privatizar imediatamente a "porra do Banco do Brasil"

Sra. Desmatamento

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/ministra-da-agricultura-agora-e-chamada-pelos-europeus-de-senhoradesmatamento.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=socialmedia&utm_campaign=noticias&utm_content=geral&fbclid=lwAR0ac6r6jt2irPOwN76JfPrWpmnfyZrM5eQatVIJdhWX81 XS41K1NZ_-1jq

Colapso econômico e social, reprovado pela maioria da opinião publica - DATAFOLHA maio - com uma dívida da União aproximando-se do valor do PIB,- R\$ 6 trilhões, acompanhada da maior desvalorizada do REAL neste ano - superior a 30%- no contexto dos países em desenvolvimento.

Solon Saldanha - t2em7 uSpcde mhaiohfnrco stàs 23:cm5SdoreoSdcfs7srn ·

Comparativo para escolher certo



Amanda Theo 2 h . @

Luciano Hang, dono da Havan, sugeriu DEMITIR mais de 20 mil funcionários por causa do Coronavírus, fez campanha para o povo voltar a trabalhar e só fechou as lojas pq a PM obrigou.

Luiza Trajano, dona da Magazine Luíza, pediu para os empresários não demitirem seus funcionários, fechou todas as lojas antes mesmo do anúncio da quarentena total e ainda DOOU 10 milhões para o tratamento de doentes do COVID-19 e 1.000 colchões para o governo do Pará.

Na próxima vez que forem fazer suas compras, lembrem-se para quem está destinando seu dinheiro.

A questão não é de economia, é de caráter.

Envolvimento crescente de militares da ativa e reformados na defesa partidária de um Governo sem rumo, contrariando todas as normas que regulam a matéria.

Direção de órgãos federais importantes é entregue a pessoas desqualificadas e com visão oposta aos objetivos da própria instituição: Um negro na Fundação Palmares diz que a escravidão foi positiva, uma Ministra evangélica contradiz a saúde na questão da transmissão de doenças, outro, do Meio Ambiente destrói o MMA https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ricardo-salles-extingue-tres-bases-do

<u>ktmi WSYiX3zVvC0doR9Rr4NH jzppVbmJjzi83z33dUJPU7W0HvAE</u> -, outro da Educação, só fala em prender Ministros do Supremo e chamado a depor na PF se cala covardemente

STF contra Damares

VB4u6gODK_KRxRUAum8OCs2ugv8NnO_7kkljek0Q

PGR contra SELO "NÃO RACISTA"

Investigação demonstra que há 600 focos de pessoas mobilizadas e grupos supremacistas nazis como o Leitadas de Loen- e eventualmente armadas -no país. financiadas por grandes empresários -

-em defesa deste NOVA POLÍTICA, muitos dos quais já flagrados em agressões a terceiros , inclusive pessoal de saúde que luta diariamente na defesa de brasileiros contaminados pelo COVID 19

Leitadas

Deputada Hasselman, ex lider do Governo denuncia a existência de um GABINETE DO ÓDIO dentro do Palácio do Palácio, engendrando a criação de uma CPI do FAKENEWS,, em curso, que breve se juntará à processo aberto pelo Supremo em mãos do Ministro A.MORAES contra ameaças a membros da Corte, de onde emanam milhões de mensagens robôs contra opositores do Governo e instituições nacional.

Ligação FK, ameaças ao STF e Planalto

https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/27/moraes-gabinete-do-odio-tem-real-possibilidade-de-ser-associacao-criminosa.htm?fbclid=lwAR1sV_D3TLTempmT2J-TSv6koNJF2mGk80l2bzlE9FhGSiTWel-YqOKQCkE

Milhares de brasileiros no exterior, estudantes e residentes por força de trabalho, sofrem crescente discriminação em razão da progressão do corona vírus no país e da imagem de desagregação no Brasil.

Mas, porém, todavia, contudo, a "famiglia" unida, jamais será atropelada pela Lei e "por comunistas".

STF paga pra ver

https://osdivergentes.com.br/andrei-meireles/stf-vai-pagar-para-ver-os-blefes-e-o-suposto-cacife-de-jair-bolsonaro/?fbclid=lwAR3_RHXt6qys197mwZSmpiqJJ3PdxolL9ikHH60Sjs3qk-UT-_Pd18hW1KY

http://a.msn.com/01/pt-br/BB14GKqs?ocid=sf22&fbclid=lwAR3W7tzp0Btl1PW6SM0xzxVAbQgrlJF-cplr0mfoVwDOG9RDunt_VCc7qD4

O BRASIL ACIMA DE TUDO! DEUS..

Deus!??? Ó Deus, onde estás? Por que me abandonaste?

O conteúdo do vídeo de reunião ministerial divulgado e a pandemia

O ESP 22 maio noite.

O ministro Celso de Mello, do STF, retirou hoje o sigilo do <u>vídeo da reunião do</u>

<u>presidente Jair Bolsonaro com ministros</u> no dia 22 de abril. O encontro foi citado

pelo ex-ministro Sérgio Moro como prova da suposta tentativa de interferência do

presidente na Polícia Federal. **Assista a trechos da gravação**.

- + <u>'É fácil impor uma ditadura aqui. Facílimo!', disse Bolsonaro durante defesa do armamento da população</u>
- + Coluna do Estadão: <u>Defesa de Moro diz que vídeos comprovam</u> acusações
- + Weintraub: <u>'Botava na cadeia esses vagabundos todos, começando</u> pelo STF'
- + <u>Salles fala em 'ir passando a boiada' em medidas regulatórias durante</u> pandemia
- + Vera Magalhães: <u>Vídeo pode ajudar Bolsonaro com seu público, mas</u> agrava crise institucional

Vídeo mostrou reunião de loucos, impostores, fanáticos, aproveitadores, militares sectários, e uns poucos estarrecidos

Janio de Freitas 23.mai.2020 às 12h27

Ninguém, nem o próprio Bolsonaro, sabia que nele se escondia, até agora, uma vontade stalinista de exterminar fisicamente os ricos e os bem remediados.

Sabê-lo foi, a meu ver, o mais importante efeito do vídeo —liberado em decisão retilínea do decano Celso de Mello no Supremo— da reunião de gente do governo. Como ato, a reunião está acima e abaixo de qualquer qualificativo.

A exibição justificou a expectativa, mas não pelo pretendido esclarecimento entre as versões de Bolsonaro e Moro sobre manipulações do primeiro na Polícia Federal. Tivemos o privilégio de ver e ouvir um fato, mais do que sem precedente, sem sequer algo assemelhado no que se sabe dos 520 anos brasileiros.

Foi a reunião de loucos, impostores, fanáticos, aproveitadores, militares sectários, e uns poucos estarrecidos como o então ministro Nelson Teich. E alguém que se divertiu, sem dar descanso ao ríctus irônico, às vezes insuficiente para deter o sorriso —o vice Mourão, um general, ora veja, com senso de humor.

Reprodução de vídeo de reunião ministerial do governo Bolsonaro ocorrida em 22 de abril

A exibição do ambiente de alta cafajestada, enfeitado pelo idioma doméstico de Bolsonaro, seguiu-se a uma sessão preparatória, da lavra do general Augusto Heleno e convalidada pelos generais palacianos. Resumido de corpo e ressentido típico, Augusto Heleno é dos que não falham: onde esteja, sua soma de arrogância e agressividade frutificará em problemas.

Exemplo definitivo: sua única missão propriamente militar levou a ONU ao ato inédito de pedir ao governo brasileiro a sua retirada do Haiti, onde manchou com operações desastradas e numerosas mortes o comando brasileiro de uma força internacional contra a violência local.

A nota de Augusto Heleno contra Celso de Mello e o Supremo é uma dupla consagração da ignorância que nunca deveria estar no generalato. Nesse nível, tomar uma tramitação judicial corriqueira por uma medida "inaceitável e inacreditável", de "consequências imprevisíveis" sobre a "estabilidade nacional", é ameaça criminosa.

Essas consequências silenciadas por covardia resumem-se a uma, que conhecemos. Por um acaso preciso, apenas horas antes da nota obtusa e ameaçadora a Folha trazia este título: "Militares não vão dar golpe no país". Nota e declaração do general Augusto Heleno.

O vídeo não nega, nem reforça, a intenção de manipular a PF, já clara em fatos anteriores e posteriores à reunião. Mas o confessado propósito de proteção policial também para amigos, além de familiares, não é bondade ilegal de Bolsonaro. É necessidade e recado.

Com dois balaços, o capitão PM Adriano Nogueira deixou de ser amizade preocupante, mas para o sumido Fabrício Queiroz, e sabe-se lá para quantos outros, continua a preocupação protetora e mútua. Isso vale vidas, em meios peculiares como milícias, gangues e tráficos.

As vidas que nada valem são outras. "Eu quero todo mundo com arma!", "eu quero todo brasileiro armado!", "eu quero o povo armado!", berrou o chefe aos seus generais impassíveis e paisanos desossados.

Bolsonaro sabe que o povão maltratado, humilhado, explorado e roubado em todos os seus direitos, no dia em que também tivesse ou tiver armas, não teria dúvida sobre o alvo do fogo de sua dor secular. Adeus ricos, adeus classe média alta.

Em quase três décadas no Congresso e ano e meio com o título de presidente, Bolsonaro só teve atos e posições prejudiciais aos assalariados, aos trabalhadores aposentados, aos que sobrevivem do trabalho informal —à larga maioria brasileira, ao povo.

Para isso tem Paulo Guedes na orientação do que pode fazer para destruir os ralos programas sociais, a educação, o arremedo de assistência à saúde. A gana de armar "todo mundo" não vem de insuspeitada e extremada revolta de Bolsonaro com a desumanidade dominante no Brasil. Vem da sua propensão obsessiva para a morte alheia, até mesmo por meio de um vírus.

O desespero de Bolsonaro por certo corresponde à gravidade do que teme, se levadas com decência as investigações que o envolvam e a seus filhos maiores. Daí que a figura de Bolsonaro no vídeo seja a de quem não está longe da implosão.

Uma análise abrangente do Governo Bolsonaro.

Igor Gelow, FSP.

'Por volta das 7h do dia 4 de maio, uma segunda-feira, Davi Alcolumbre (DEM-AP) deixou o Palácio da Alvorada convencido de que o pior passara por ora. O presidente do Senado havia chegado cerca de duas horas antes para encontrarse com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que estava disposto a, como disse um ministro depois, "tocar fogo na República". O ato carbonário seria renomear Alexandre Ramagem para a direção da Polícia Federal, desafiando ordem contrária do Supremo Tribunal Federal. Naquela que foi apelidada da "mais longa das noites", talvez o ponto mais tenso do governo, Bolsonaro estava incendiado pela participação em mais um ato antidemocrático no domingo, e convencido de que apenas a radicalização romperia seu isolamento político. Na última hora, desistiu, após uma romaria presencial e telefônica de políticos, da qual o senador foi o último integrante. Dias Toffoli, o presidente do Supremo que tem buscado acomodação entre Poderes, só dormiu quando Alcolumbre disse ter visto a nomeação de Rolando Souza para a PF pronta.

A noite cessara, e mais um dos 500 turbulentos dias do governo Bolsonaro começava. A marca, atingida nesta sexta-feira (15), deve ser lembrada por uma campanha publicitária, mas que nada terá do tom triunfalista daquelas dos 100 ou dos 300 dias. Como um general sem recursos para liderar um recuo tático, o capitão reformado está numa ofensiva com características extremas. A crise do coronavírus veio catalisar um processo que muitos observadores do meio político veem como de busca por ruptura. Em seu primeiro ano no poder, o estranhamento do Congresso e do Judiciário com as práticas de Bolsonaro, de negação do diálogo, eram vistas com certa tolerância. O Parlamento, notadamente a Câmara sob Rodrigo Maia (DEM-RJ), lograra aprovar a reforma da Previdência e encaminhar pautas econômicas que, para consumo externo, Paulo Guedes (Economia) chamava de suas.

Os mercados, que já haviam se empolgado com Bolsonaro e suas promessas liberais apesar de seu passado, fizeram a festa. A Bolsa de São Paulo fechou o ano com o maior retorno desde 2016, 27,6% deflacionados. Seu índice parecia rumar aos 120 mil pontos. Na vida real, contudo, os problemas econômicos se acumulavam. O desemprego manteve-se em nível alto. Mas o principal problema para Bolsonaro sempre foi político. A sua dinâmica de tensão permanente e de tomada errática de decisões começou a isolar o presidente. A agenda ultraconservadora e a insistência na defesa de tudo o que fosse associado à ditadura militar (1964-1985) passaram a alienar não só a esquerda, mas boa parte do centro político. O Congresso, em 2019, Maia controlava os 2/3 da Casa que apoiavam a pauta econômica nominalmente de Guedes. Com a popularidade estabilizada em confortáveis um terço do eleitorado, após uma sangria acentuada no começo da gestão, Bolsonaro seguiu sem alterar o rumo.

No começo de 2020, uma importante alteração se deu na dinâmica da relação do presidente com o estamento militar que trouxe ao governo. A ala fardada começara 2019 com ares de poder moderador do governo e encerrou o ano em baixa, sob fogo dos radicais ideológicos comandados pelos filhos do presidente. No começo deste ano, o isolamento crescente de Bolsonaro levou à maior ocupação do Planalto por generais, com o simbolismo de Walter Braga Netto à frente da Casa Civil. Em conflito aberto com o Congresso pelo manejo do Orçamento, o presidente passou a prestigiar movimentos que pediam o fechamento do Legislativo e do Judiciário. E o Sars-CoV-2 chegou ao país, com

o alto preço humano e econômico —a expectativa é de que o crescimento do PIB fique 5% negativo neste ano. O incômodo na relação com os governadores tornou-se uma guerra aberta, não menos porque as pretensões presidenciais de João Doria (PSDB-SP) se tornaram obsessão de Bolsonaro. Aliados do presidente temem que o preço de sua opção pela defesa inamovível da abertura da economia em detrimento de questões sanitárias seja impagável com o recrudescimento da Covid-19. A insensibilidade do "e daí?" sobre os mortos ainda reverbera.

As imagens de caixões em série tendem a migrar do Amazonas para o Rio, e em São Paulo, Doria tem insistido em que o esforço para achatar a curva de infecções está sendo atrapalhado pelo presidente. O episódio da destituição de Luiz Henrique Mandetta da Saúde pontificou esse enredo, que só foi adensado politicamente pela muito mais explosiva perda de Sergio Moro. O ministro da Justiça deixou o governo no dia 24 de abril acusando o chefe de interferir na Polícia Federal para proteger seus filhos, alvos de apurações. Moro era um dos superministros de Bolsonaro, com o agora esvaziado Guedes, e simbolizava o comprometimento do presidente com a pauta lavajatista do combate à corrupção. A investigação que se segue já causou abalos, com o suspense em torno do vídeo da reunião ministerial que comprometeria ou não Bolsonaro, e o depoimento "sob vara" de três ministros generais.

A confluência de crises ainda não configura a famosa tempestade perfeita porque o caso garantiu ao centrão uma volta por cima. Antes um apoiador anódino de pautas econômicas no Congresso, o grupo agora é central na operação para manter qualquer risco de impeachment longe. E ganha nacos do governo em troca. Com uma impopularidade ainda longe dos níveis dos impedidos Fernando Collor (1992) ou Dilma Rousseff (2016), o presidente poderá contar com o centrão neste primeiro momento. Para os militares, há tensões subjacentes à sua adesão mais firme à defesa do governo, registrada nas últimas semanas. Se os oficiais-generais do governo cerram fileiras, o servico ativo das Forças não vê com tanta complaçência a politização das fardas. Com tantos fatores, qualquer artigo do general Hamilton Mourão, vice de Bolsonaro, torna-se objeto de grande inquietação. Como o episódio da saída de Moro e outros mostraram, os militares não exercem o controle que desejariam sobre Bolsonaro, e sim tentam contê-lo pontualmente. Ainda assim, formam o ponto de apoio de um presidente que declara uma guerra por dia para manter sua base coesa, mas cuja sapiência da tática é questionada por todos salvo seus aliados ideológicos. Com o passivo de crises para administrar, que começam em apurações sobre sua família e chegam à pandemia, Bolsonaro terá várias oportunidades para colocar o questionamento à prova.

Igor Gelow, FSP.

APELO À UNIDADE ANTI-FASCISTA

Luiz Eduardo Soares

(Antropólogo, cientista social, escritor e considerado um dos maiores especialistas em segurança pública do Brasil.)

No campo das esquerdas, tem sido crescente o apelo a revisões críticas e autocríticas. Afinal, se o país está à beira do abismo, com ameaças seguidas de golpe por parte do garimpeiro genocida do Planalto, se o que nos resta de democracia e de respeito constitucional está se esvaindo a cada dia, ante o avanço do fascismo, é porque, além de um vasto conjunto de fatores que não controlamos, alguns erros nós cometemos.

Pelo menos um deles é inegável: nós subestimamos o inimigo. Acho que até aqui há consenso. Muito bem, se é assim, o que não se pode admitir em nenhuma hipótese? A resposta é simples: repetir o erro. Que se cometam erros novos é natural e, na prática, inevitável.

Mas insistir no mesmo erro seria estúpido e irresponsável, e demonstraria um nível de incompetência, tibieza, pusilanimidade de nossas lideranças incompatível com a gravidade do momento que vivemos.

Não é preciso ser um estadista, um visionário ou um gênio para reconhecer que subestimamos o potencial de contaminação e de letalidade do fascismo no Brasil, e que não podemos continuar a subestimá-lo.

A história não se repetiria como farsa, mas, dessa vez, como tragédia absoluta.

Ontem, dia 16 de maio, Marcelo Freixo deu o primeiro passo, teve a coragem e a grandeza de fazer o gesto urgente, apontando o óbvio: diante da dupla catástrofe, a pandemia e Bolsonaro, não podemos pensar como antes nem agir como antes.

Não estamos diante de mais uma eleição municipal em contexto de normalidade democrática. Agora, tem de cessar tudo o que a antiga musa canta.

É imperioso e inadiável que cada partido, cada corrente, cada liderança, cada pré-candidato adie seus legítimos projetos próprios, ponha suas cartas na mesa, zere o jogo e se abra, desarmado, para uma grande concertação de todas as forças anti-fascistas, as quais não se esgotam nas esquerdas.

Não é hora de fazer cálculos para 2022, simplesmente porque as eleições de 2022 estão em risco, como as vidas de todos e todas nós, seja pela progressão da pandemia, seja pela iminência de um golpe.

O governo federal aposta no caos, anseia por saques, desespero popular, governos estaduais falidos, sem pagar funcionários, Congresso dividido, metade comprado, Supremo acuado, chantageado, mídia reduzida à irrelevância com sua fé retórica no funcionamento das instituições, crescentemente assaltadas pelo fascismo.

Este será o momento em que Bolsonaro reivindicará concentração de poderes excepcionais no Executivo e nós começaremos a ser presos, se não executados, como prometeu o próprio presidente, em famosa entrevista: "O erro da ditadura não foi torturar, mas torturar e não matar depois. O Brasil só vai mudar quando matarmos uns 30 mil."

As milícias estão a postos, segmentos policiais estão a postos, grupos se armam, setores das Forças Armadas aquecem os músculos e unificam o discurso ameaçador.

E nós, o que fazemos? Vamos continuar com as disputas miúdas de egos, carreiras, doutrinarismos sectários, calculando quantas cadeiras faremos nas Câmaras municipais, como ultrapassaremos a cláusula de barreira em 2022, como fortaleceremos nossos pré-candidatos à presidência?

Pelo amor do que houver de mais sagrado para cada um e cada uma de vocês, companheiros e companheiras, despertem de seu sono dogmático, despertem enquanto é tempo -se é que ainda há tempo.

Freixo saiu na frente, saindo da frente de um processo que estava congelado e agora precisa se completar na formação de uma ampla frente anti-fascista. Sem olhar para trás. Exigindo compromisso com o futuro. O que está em jogo é a vida ou a morte. É a história de lutas do povo trabalhador brasileiro.

É preciso a união de todos em torno da candidatura -em cada capital, pelo menos- da pessoa capaz de ampliar o movimento e de competir para vencer, em nome da resistência anti-fascista. A credencial indispensável é o compromisso claro de enfrentar o fascismo em todas as suas dimensões, chamando-o pelo nome.

Escrevo este texto com tanta emoção porque fui informado de que, assim que souberam que Freixo se retirara da disputa, partidos e lideranças do campo progressista passaram a rever suas estratégias de pontos de vista meramente eleitoreiros, sem qualquer alteração quanto à disposição de competir nos mesmos termos dos anos anteriores, sem nenhuma consideração, sem nenhuma consciência sobre o que está diante de nós.

Será que não resta um mínimo de lucidez e de grandeza? Ninguém mais se erquerá ao lado de Freixo, mostrando estar à altura de seu gesto e se somando a ele na convocação para um pacto anti-fascista?

A destruição do Brasil e a desmoralização dos militares

Aldo Fornazieri -18/05/2020

Não há nenhuma justificativa para tamanha presença de militares no governo e para a sua sustentação militar, provocando uma indevida e perigosa politização das Forças Armadas.

Disse bem o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, quando afirmou que "com método e paciência, Bolsonaro vai destruindo o Brasil e semeando a morte e o descrédito". Penso, porém, fosse melhor substituir a palavra "paciência" por impaciência, pois a fúria destrutiva de Bolsonaro deixou de ser semanal e passou a ser diária. Não edificou nada até agora que beneficiasse o povo e que engrandecesse o Brasil. De fato, está sendo metódico e sistemático na destruição.

Na mais grave crise de saúde pública dos últimos cem anos Bolsonaro se deu ao luxo de destruir o Ministério da Saúde, de semear a morte, a mentira e o charlatanismo curandeirista misturado com o charlatanismo religioso. Além de semear a morte e de ser o principal responsável pela disseminação do vírus pelo desgoverno, pela desorientação e mentiras sistemáticas, vai destruindo também a economia: ele é o principal responsável pelo isolamento longo e desorganizado, postergando assim a retomada das atividades produtivas.

PUBLICIDADE

Somente os isolamentos rígidos, dirigidos por um comando único nacional e unificado, tiveram grande adesão, foram curtos e permitiram mais rapidamente a retomada das atividades produtivas. Assim, Bolsonaro é metódico e sistemático também na destruição da economia, dos empregos e na disseminação da pobreza e da fome. Como se trata de um presidente cruel, humilhou o povo brasileiro pobre em intermináveis filas na CEF — pessoas humildes expostas ao medo, à contaminação, ao desespero e à vergonha. Não há a menor dúvida de que o governo postergou e criou dificuldades deliberadamente para liberar o auxílio emergencial com a intenção de criar tumulto social, pois Bolsonaro é um pescador de águas turvas e turbulentas já que é no caos social que ele encontra terreno fértil para avançar com o seu projeto de autoritarismo incremental.

Desde o início do governo, Bolsonaro é metódico e sistemático na destruição da democracia e do Estado de Direito. Vários de seus decretos e medidas provisórias eram flagrantemente inconstitucionais. Atacou com fúria demolidora os mecanismos de fiscalização, segurança, controle e investigação. Aqui podem ser citados: a Receita Federal, o Coaf, a Polícia Rodoviária Federal, a legislação de trânsito, o transporte de crianças, a liberação de armas com o objetivo de favorecer milícias, grileiros e bandidos, afrouxando, inclusive, a fiscalização pelas Forças Armadas.

Bolsonaro foi metódico e sistemático em destruir a política ambiental e as instituições que a sustentavam como o Ministério do Meio Ambiente, o ICMbio, o Ibama, a própria Funai e todo o sistema de fiscalização. O que se vê nessa área é terra arrasada, incêndios, cadáveres de árvores, florestas inteiras postas ao chão impiedosamente e animais silvestres queimados. O Brasil virou um pária ambiental global.

Bolsonaro é metódico e sistemático para destruir a pesquisa científica, a cultura, as universidades, o pensamento livre e crítico, inerente às democracias, à liberdade e ao progresso econômico e social. Neste aspecto, investe também sua fúria demolidora também contra a imprensa que não lhe é subserviente, ofende jornalistas e agride, principalmente, as jornalistas mulheres. Não por acaso, o seu ex-aliado Paulo Marinho testemunhou que ele despreza as mulheres.

Mas Bolsonaro está indo mais fundo e de forma mais perigosa na destruição dos poderes da República. Age para interferir, politizar e desorganizar a Polícia Federal, visando estabelecer seu controle sobre ela. Age para interferir, politicar, dividir, desorganizar e desviar de suas funções as Forças Armadas, visando criar um ambiente propício para implantar um regime autoritário. Hélio Gaspari também disse bem ao afirmar que Bolsonaro semeia a anarquia militar. Já tinha estimulado tumultos e rebeliões por meio de seus agentes em algumas polícias militares, notadamente no Ceará. Bolsonaro é especialista em indisciplina militar, expulso que foi do Exército.

Cada vez mais isolado, Bolsonaro encontra respaldo em suas milícias ideológicas, cada vez mais propagadoras da violência, em pastores e bispos charlatões que são verdadeiros caça-níqueis explorando a boa fé dos pobres, em militares e, agora, provavelmente, nos partidos do centrão, baluarte da corrupção, do oportunismo político e da prática da política mercenária.

O que mais preocupa é o apoio que os militares emprestam a este presidente que traiu o povo e traiu o país, desmoralizando o Brasil no mundo. É bem verdade que os militares têm episódios pouco edificantes com suas intervenções políticas. Intervenções políticas de militares revelam que se trata de maus

militares. O bom militar se prepara para a guerra, defende seu país dos inimigos externos, zela pela segurança e pela paz e cumpre a Constituição.

Quando o artigo 142 da Constituição diz que uma das funções das Forças Armadas consiste na "garantia dos poderes constitucionais", isto significa que elas devem garantir o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, tal como a Constituição os estabelece. Não é papel das Forças Armadas garantir ou interpretar a Constituição: este é o papel do STF e as Forças Armadas só devem agir quando convocadas por um poder constitucional. As Forças Armadas não são a Constituição, não são donas da Constituição, mas são servas da Constituição. Qualquer conduta desviante deve ser punida.

As Forças Armadas angariaram um legítimo e merecido prestígio depois do processo de redemocratização. Não há Estado-nação sem forças armadas. Este prestígio adveio do seu profissionalismo, dos serviços que os militares prestam ao povo e ao país e pelo seu relevante papel de integração nacional. Como diz o Aldo Rebelo, as Forças Armadas são a única instituição que tem uma presença realmente nacional.

Nesse período da redemocratização foram pontuais as manifestações políticas de militares. Mas deste a instalação do governo Bolsonaro, as coisas foram mudando. Hoje, o governo Bolsonaro pode ser definido como "o governo militar de Bolsonaro", tal a presença de militares em seu governo. Desta forma, o governo aparece aos olhos da população e dos observadores como um governo de consorciação com as Forças Armadas.

As Forças Armadas aparecem associadas com um presidente que destrói o Brasil e semeia a morte; com um governo que traiu o Brasil e seu povo; com um governo contra a ciência, contra a cultura, contra a saúde e que desmoraliza o Brasil no mundo. É bem verdade que o Ministério da Defesa emitiu notas afirmando o papel constitucional das Forças Armadas. Mas é inequívoco que o governo Bolsonaro se sustenta num aparato militar.

No passado, as intervenções militares eram feitas com base em determinadas justificativas. Agora não há nenhuma justificativa para tamanha presença de militares no governo e para a sua sustentação militar, provocando uma indevida e perigosa politização das Forças Armadas. Até mesmo porque alguns generais foram desmoralizados por Bolsonaro e seus milicianos ideológicos.

É bem verdade também que os militares, principalmente os de alta patente, angariaram privilégios sob o governo Bolsonaro em termos de aposentadorias e soldos. É provável ainda que os militares que participam do governo dobrem seus ganhos. Então, se não há nenhuma justificativa pela presença maciça de militares no governo a ponto de transformá-lo num governo militar, essa presença se deve ao oportunismo pecuniário e aos privilégios. Tudo isso é contrário aos interesses do povo e contrário aos interesses do Brasil. Esses militares precisam pensar na suas biografias, nos seus legados, pois a História será implacável com o governo Bolsonaro. As biografias dos integrantes desse governo aparecerão cobertas por milhares de cadáveres, pela fome e pela miséria, pelo desgoverno, pela desmoralização do Brasil no mundo e pela traição do povo. Os filhos, os netos, os parentes e os descentes dos que servem esse governo sentirão vergonha de seus antepassados porque se trata de um governo sem honra, sem moral e sem humanidade.

Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política (Fespsp).

A nova tropa de choque do governo

https://istoe.com.br/a-nova-tropa-de-choque-do-governo/?fbclid=IwAR0B59oBnwp1fhp9HVI77aWaj8mqtCeutshbYPIOxWoIGXV8Z-afEAxsaNk#.Xq2OfiTriTo.facebook

O presidente procura atrair para sua base de apoio os líderes partidários encalacrados com denúncias de corrupção na Justiça, inaugurando uma nova fase do seu governo: a aliança com os partidos mais comprometidos com malfeitos na história recente do País



Germano de Oliveira = 01/05/20 - 09h30

Em 1988, durante o governo Sarney, ganhou força um personagem que inaugurou o toma lá dá cá na política brasileira: o falecido deputado Roberto Cardoso Alves, líder do Centrão na Câmara naquela ocasião. Ele se imortalizou ao apropriar-se de um trecho de uma oração de São Francisco de Assis: "é dando que se recebe". Ou seja, os parlamentares dão apoio ao governo e recebem em troca cargos e benesses. Robertão, como era conhecido, pertencia ao fisiológico PTB e deixava transparente seus métodos de atuação: trocava votos na Câmara por toda espécie de favores. Virou ministro da Indústria e Comércio de Sarney e, em contrapartida, ajudou o então presidente a evitar que seu governo fosse removido, iá que nos últimos meses de seu mandato houve hiperinflação de mais de 90% e só não caiu porque sua base parlamentar. apoiada pelo Centrão, não permitiu. Agora, essas estratégias estão sendo postas em prática pelo novo Centrão, liderado, entre outros, por Roberto Jefferson, também líder petebista como Robertão e que, desde Collor de Mello, é um dos maiores adesistas de governos em troca de cargos e verbas públicas. Jefferson foi da tropa de choque de Collor, mas não conseguiu impedir que o então presidente sofresse o impeachment em 1992. Depois, aderiu a Lula, recebendo R\$ 4 milhões em troca, e conseguiu dar maioria ao PT no Congresso. Foi preso, inclusive, como um dos principais envolvidos no mensalão petista. Mostra, porém, que não aprendeu nada na cadeia. Agora, está oferecendo a Bolsonaro os votos dos 12 deputados petebistas na Câmara e, em troca, pode levar o Ministério do Trabalho, a ser recriado. Até recentemente, Jefferson era vilipendiado pelo bolsonarismo, que rechaçava a velha política por ele representada. Mas o capitão mudou radicalmente de ideia, sobretudo porque

deseja, desesperadamente, ter maioria na Câmara para evitar o impeachment.



A nova tropa de choque de Bolsonaro na Câmara, porém, não se limita ao PTB de Jefferson. O presidente está procurando os líderes do PP, Republicanos, PL, PSD e Solidariedade, que têm em torno de 200 parlamentares, para construir sua base no Congresso, depois que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mostrou que não se submeterá aos desmandos do mandatário e acabou encaminhando votações desfavoráveis ao governo, como a ajuda aos Estados. Gracas a isso, Maia foi vítima de uma onda sem precedentes de ataques do "gabinete do ódio", comandado por Carlos Bolsonaro. Se bem que há dezenas de deputados do DEM de Maia ávidos por novas boquinhas no governo. Na negociata com o Centrão, Bolsonaro oferece cargos em estatais e até ministérios. Ao presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, investigado por corrupção, Bolsonaro chegou a oferecer o Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, ocupado pelo astronauta Marcos Pontes. O PSD é um dos partidos que o bolsonarismo mais deseja atrair, pois tem 37 deputados e 11 senadores, a segunda maior bancada no Senado. Ao colocar apadrinhados de Kassab em seu governo, Bolsonaro dá ainda uma estocada no governador João Doria (PSDB), já que o tucano tirou o presidente nacional do PSD de seu governo em São Paulo logo que ele foi denunciado à Justiça por corrupção. Dessa forma, Kassab dá o troco em Doria, hoje o pior inimigo de Bolsonaro.

Acusados de corrupção

Mas entre todos os novos aliados de Bolsonaro, um dos mais nocivos representantes da velha política agora atraídos está Valdemar da Costa Neto, líder do PL, que tem no balcão de negócios 39 parlamentares a oferecer ao

governo. Também condenado a sete anos de prisão no caso do mensalão do PT, por ter recebido R\$ 8,8 milhões em propinas, Costa Neto deve levar a presidência do Banco do Nordeste e a direção do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), exatamente o órgão do Ministério dos Transportes do governo petista que "Boy", como é conhecido, dilapidou. Outro acusado de corrupção, o deputado Marcos Pereira (Republicanos), que comanda 31 deputados, deve ser contemplado com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). Pastor da Universal, ele é investigado no STF por receber propinas da Odebrecht (R\$ 7 milhões) e da JBS (R\$ 6 milhões).

Arthur Lira (PP-AL), investigado pelo STF por receber R\$ 106 mil em propinas para manter o presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) no posto em 2012, vai ganhar cargos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Paulinho da Força, que negocia em nome de 14 deputados do Solidariedade, é investigado por receber R\$ 1,8 milhão em propinas da Odebrecht e lhe foi oferecido o Porto de Santos, conhecido antro de corrupção. Todos esses políticos, contudo, reclamam que Bolsonaro está demorando a concretizar as promessas. Mas, como agora o mandatário está acossado por quase 30 pedidos de impeachment, que se avolumam na mesa de Maia – além de duas investigações no STF que podem levar seu mandato a naufragrar -, é possível que o capitão corra para cumprir os compromissos selados com os discípulos de São Francisco.

Documento que autorizou cloroquina não tem assinatura

Ministério da Saúde não criou um protocolo para liberar o medicamento para o tratamento da covid-19

Mateus Vargas 20 MAI2020

Sem passar pelas etapas necessárias, o Ministério da Saúde mudou nesta quartafeira, 20, a orientação sobre o uso da cloroquina, estendendo a possibilidade de
médicos prescreverem a substância a todos os pacientes da covid-19. Em vez de
um protocolo, como vinha defendendo o presidente Jair Bolsonaro, a pasta
divulgou apenas um documento, sem assinatura e fora dos padrões, em que
recomenda a administração da droga desde os primeiros sinais da doença. Na
prática, Bolsonaro perdeu dois ministros que se recusaram a assinar a medida e,
mesmo assim, continuou sem conseguir exigir de Estados, municípios e da rede
privada mudanças no atendimento.

O documento divulgado nesta quarta-feira, porém, foi a alternativa encontrada pelo ministro interino da Saúde, general Eduardo Pazuello, diante das dificuldades de se criar um protocolo propriamente dito, este sim com poder de ditar regras de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Para isso, seria necessária a aprovação de um Protocolo Clínico de Diretriz Terapêutica (PCDT), medida que passa por um rito próprio e, muitas vezes lento no governo. Um dos pilares para elaborar o protocolo é a comprovação científica da eficácia da droga - o que não existe. O órgão responsável por avaliar se um produto será usado na rede pública é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), colegiado formado por representantes da indústria e diversos setores.

powered by Rubicon Project

"O protocolo precisa ser algo cartorial, com obrigação de cumpra-se. O que estamos fazendo é orientação, a partir da liberação do Conselho Federal de Medicina (CFM) de que médicos brasileiros possam ter livre arbítrio. Queremos garantir que o tratamento de tantos brasileiros não seja retardado", afirmou a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação, Mayra Pinheiro.

Para gestores do SUS, ao divulgar apenas uma orientação de uso do produto, o ministério contornou a dificuldade de criar um protocolo do SUS sobre um medicamento sem benefício comprovado contra a covid-19 - e ainda agradou ao presidente e à sua militância.

O uso em larga escala da cloroquina para combater o coronavírus se tornou uma das principais bandeiras de Bolsonaro durante a pandemia, mesmo sem qualquer respaldo da comunidade científica sobre a eficácia da droga. Nas redes sociais, aliados do governo destacaram a "coragem" de Bolsonaro em "liberar" a droga.

O @minsaude divulga orientações para tratamento da Covid-19, onde a Cloroquina pode ser ministrada em casos leves, com recomendação médica e autorização do próprio paciente/família.

46 mil

12:31 - 20 de mai de 2020

Informações e privacidade no Twitter Ads

Médicos já vinham receitando a cloroquina nas redes privada e pública de forma "off label", ou seja, fora das recomendações da bula. Para dar respaldo a esta situação, mas sem seguir recomendações científicas, o CFM decidiu, no fim de abril, livrar de infração ética o profissional que prescrever a cloroquina contra a covid-19.

O médico sanitarista Gonzalo Vecina, colunista do Estadão e fundador da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), afirmou que a nova orientação é apenas política. "O ministério fez para deixar o presidente (Bolsonaro) satisfeito. Vai ser uma arma de pressão aos fracos, para quem não acredita na ciência", disse. "É uma questão de fé. Quando não tem o que fazer, as pessoas querem qualquer coisa. Esse negócio além de não fazer bem, pode fazer mal", completou Vecina.

Para o advogado sanitarista Tiago Farina Matos, a orientação do ministério é "frágil", pois não passou pelo rito correto. "Não seguindo este caminho, você tem uma deliberação com vício de origem e falta de credibilidade. O fluxo de análise na Conitec poderia ser acelerado, mas não há justificativa para não usar este processo", disse.

Especialistas e gestores do SUS ouvidos pela reportagem temem que pacientes passem a exigir a prescrição após a orientação da

pasta. Secretários estaduais alertam para a possibilidade de o presidente usar a droga como justificativa para reduzir o distanciamento social.

O secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula, disse que o documento divulgado nesta quarta-feira pela pasta não muda a rotina no Estado. "O PCDT seria mais forte. A gente passa a ter consequência, inclusive, civil. Pode haver obrigação de se adequar", disse.

Segundo o secretário, há receio sobre a orientação estimular pressão da população sobre gestores do SUS e médicos. "Indiretamente já tem acontecido, mas é um erro. Debate equivocado. O presidente (Bolsonaro) acaba trazendo isso ao centro do debate", disse.

AULA ABERTA - SOBRE CLOROQUINA (OU HIDROXICLOROQUINA)

https://cartacampinas.com.br/2020/04/vejas-algumas-informacoes-e-alertas-sobre-a-cloroquina-hidrocloroquina/

Dra. Ligia Moreiras

Vamos lá. Algumas informações básicas:

- 1) A dose diária recomendada é 25 mg/kg. Se chegar a 30mg/kg, pode matar. E aí, vai encarar aquela caixinha que você comprou no desespero?
- 2) Você quer usar? Sim. Você faz parte de ensaios clínicos controlados? Não. Então é melhor não usar... Pela sua vida...
- 3) Ela é metabolizada pelo fígado. Seu fígado tá bom? Tem absoluta certeza?
 - 4) Ela se liga facilmente à placenta e ao leite materno.
- 5) Como ela se liga facilmente a muitos tecidos, tem que haver uma dose de ataque relativamente alta. Lembra da pequena margem entre dose terapêutica e dose letal? Então.
- 6) Sabe quanto tempo ela demora pra sair do corpo, pra ser eliminada? Entre 1 e 2 meses... Lento... Pelos rins. Como estão seus rins, estão bem?

- 7) Lembra que eu falei que a dose terapêutica e a dose fatal são bem próximas? Então. Isso significa que o envenenamento agudo é extremamente perigoso e pode levar à morte em poucas horas.
- 8) Que tipo de efeito tóxico pode induzir? Sintomas cardiovasculares como hipotensão, vasodilatação, arritmias cardíacas e parada cardíaca irreversível. Sintomas centrais como convulsões e coma. É por isso que a equipe tem que saber administrar, porque deve haver diluição e tem que ser bem lento. Toda a equipe do front tem esse treinamento? Pergunta importante, né?
 - 9) Tem reações adversas? Pode ter sim. Quais? Bora lá: fotossensibilidade; edema da retina; degeneração macular; supressão do nodo sinoatrial (lá no coração); insuficiência cardíaca; distúrbios de parâmetros sanguíneos; perda de cabelo; psoríase; mialgia; miopatia; quadros depressivos; psicose.
 - 10) Todo mundo pode tomar? Não. Quem tem insuficiência renal não pode tomar, nem epilepsia, nem miastenia gravis, nem doenças sanguíneas ou neurológicas, nem psoríase, nem dermatites esfoliativas.
 - 11) NÃO PODE SER ADMINISTRADA A QUEM FIZER USO DOS SEGUINTES MEDICAMENTOS (estou pegando só os mais comuns, hein?):
 - anticonvulsivantes
 - antiácidos a base de magnésio
 - procainamida
 - hidroclorotiazida
 - eritromicina, claritromicina, azitromicina
 - fluconazol
 - estreptomicina
 - antidepressivos tricíclicos como amitriptilina, imipramina, doxepina, clomipramina, melitrazina
 - citalopram
 - antipsicóticos
 - inibidores da MAO
 - domperidona
 - odansetrona
 - heparina
 - apomorfina
 - tiroxina
- 12) Há resultados promissores? Há. Em quem? In vitro. In vitro? Sim, lá no teste fora do ser humano. Mas e as pessoas que usaram e foram curadas? Há alguns poucos relatos. Não sabemos as reações adversas que tiveram para além de relatos pessoais. Não sabemos quais suas condições prévias de saúde. Não sabemos muito.
- 13) HÁ EVIDÊNCIA SUFICIENTE DE EFICÁCIA EM SERES HUMANOS? Não.
 - 14) "Ah, mas ela é usada há tanto tempo como anti-malárico, mal não vai fazer...". Volta lá e lê de novo a margem estreita entre dose eficaz e letal,

pessoas cujas condições prévias de saúde tornam não recomendável o uso e interação com outros medicamentos.

- 15) Temos tempo para informar todo o (pouco) staff que temos de tudo isso? Não. É melhor esperar outros estudos e resultados? SIM, COM CERTEZA.
- 16) "Ah, mas Bolsonaro acha bom tomar". Deixa ele tomar primeiro, uns 30 mg/kg ou um pouco mais pra ser dose de ataque e não ficar dúvida, em rede nacional, e depois a gente decide.

É isso.

Enquanto isso, tem gente precisando da cloroquina realmente pra sobreviver em decorrência de outras doenças.

Vamos transformar quem amamos e a nós mesmos em testes duplo cego? Bom, eu não recomendo.

Não até que tenhamos protocolos seguros. Ou vamos trocar uma morte evitável por outra?

=======

Sou Ligia Moreiras, sou Doutora em Farmacologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Também sou Doutora em Saúde Coletiva pela mesma universidade. Mas caso isso não seja suficiente por qualquer motivo, todas essas informações estão na nota técnica emitida pela FIOCRUZ no dia 03/04/2020.

Obscurantismo e negacionismo também matam. E nesse caso, não vamos nem ficar sabendo que foi em decorrência dessa droga. Vai tudo pra conta da COVID-19.

Bolsonaro sabota médicos e usa Brasil como cobaia

Ao recomendar cloroquina, presidente expõe agentes da saúde a enorme pressão

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2020/05/bolsonaro-sabota-medicos-e-usa-brasil-como-cobaia.shtml

Fernando Canzian - Folha de S Paulo

Além de pregar contra as instituições e afugentar investidores, Jair Bolsonaro agora expõe os brasileiros a um experimento médico absurdo ao tentar enfiarlhes goela abaixo a cloroquina e outros medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento do coronavírus.

As drogas, segundo dezenas de estudos, não são apenas ineficazes — <u>oferecem perigo e podem matar</u>. Mas elas agora fazem parte da orientação do Ministério da Saúde para que sejam <u>administradas precocemente</u> em pacientes infectados pela Covid-19.

A covardia do governo impediu que os medicamentos integrem um protocolo formal do ministério, o que exigiria a assinatura de um médico. O subterfúgio foi publicar um documento de "orientações" da pasta, sem um responsável, mas que sugere inclusive as dosagens a serem utilizadas.

Com os leitos de UTI <u>chegando ao fim em muitos estado</u>s, não tardará para que a população em desespero ouça o garoto propaganda Bolsonaro e passe a constranger médicos contrários ao uso da cloroquina.

Com as drogas agora recomendadas pelo próprio Ministério da Saúde (tocado por um militar do mesmo <u>Exército que as produz</u> e faz sua distribuição), será difícil para os médicos convencer os pacientes a caírem fora do experimento idealizado pelo presidente.

Além de já terem de lidar com o coronavírus, o risco para os médicos é uma enxurrada de pacientes com efeitos colaterais graves provocados pela medicação, em especial arritmias cardíacas que podem matar. Já fatigados, eles agora podem sofrer mais pressão.

Se por um lado os médicos têm a prerrogativa final de receitar ou não a cloroquina, eles terão sobre seus ombros o peso de encarar centenas de doentes sem UTIs; e agora contaminados pela campanha de um presidente que avança sem que lhe imponham grandes limites.

A pandemia da ignorância

https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,a-pandemia-da-ignorancia,70003309513

O remédio de que dispomos contra ela responde pelo nome de impeachment

Eugênio Bucci - O Estado de S Paulo

Para falar das coisas prementes, vamos começar por um diagnóstico antigo: "Hoje, a maioria dos homens está doente, como que de uma epidemia, em função das falsas crenças a respeito do mundo, e o mal se agrava porque, por imitação, transmitem o mal uns aos outros, como carneiros". Essas palavras foram mandadas gravar em pedras na cidade de Enoanda, na Capadócia (atual território da Turquia), por um certo Diógenes, no século 2.º desta era. Seguidor dos ensinamentos do filósofo grego Epicuro (341-270 a.C.), Diógenes fez essas e outras inscrições em nome de seu mestre, para quem a filosofia teria o poder de nos curar. Epicuro via na ignorância um terrível mal da humanidade e nisso concordava com outros sábios gregos. A ignorância é um mal que mata. Se alguém ainda duvida, que olhe para o Brasil. Em nosso país ficaram escancarados os nexos entre a estupidez e o fracasso no combate à pandemia da covid-19. Se quisermos olhar o mesmo fato por um ângulo invertido, diremos que estão mais do que patentes os nexos entre o conhecimento e o sucesso contra a pandemia. Países onde as autoridades evitam espalhafatos e ancoram suas decisões na ciência têm se saído melhor. Nesses lugares distantes, os governos agem com o que se pode chamar de bom senso: as decisões são pautadas na razão, nas evidências científicas, e, não menos importante, a sociedade compreende o que as autoridades falam. A comunicação honesta e

séria deve ser concebida como uma dimensão integrante da razão. Onde as autoridades alopram, predominam os surtos cloroquínicos, as mortes se avolumam e ninguém entende nada. Na televisão, os sepultamentos com retroescavadeira conferem aos funerais um aspecto de manobras de terraplanagem. Loucura desgrenhada. Embora o atestado de óbito registre covid-19, não há mais como fingir que a burrice governamental não seja uma assassina pior. A ignorância causa a mortandade – ou o morticínio. As provas estão aí. Se o novo coronavírus não se vê a olho nu, as engrenagens internas da irresponsabilidade estulta do presidente da República estão mais do que expostas. Todo mundo vê, todo mundo sabe, mesmo os que não sabem o que fazem ao apoiá-lo, como "carneiros" celerados, em transes dominicais. O presidente é um avatar do fascismo digital, com o detalhe de que, em lugar de um comando pensante em outra dimensão de si mesmo, tem as instruções de seus atos vindas de um lugar fora de si. Que ele pareça um ser fora de si é mero detalhe. O que não é detalhe é a lógica irracional (mas, ainda assim, lógica) a que ele obedece, como um personagem desses videogames em que os contendores se engalfinham pelas redes digitais. O presidente é um autômato teleguiado pela dinâmica das redes sociais. Ele e seus aduladores vivem a fantasia tecnológica de uma guerra permanente contra os direitos, a democracia, a modernidade e a civilização. E em tempos de pandemia essa brincadeira de criançonas psicóticas mata gente a uma taxa de mais de mil por dia.Os brasileiros estão morrendo não só de covid-19, morrem porque lhes foi inoculada a doença da ignorância apatetada do presidente da República. Estamos morrendo de bolsonarite. No inferno das UTIs precárias, das UTIs inexistentes, dos cemitérios revirados do avesso pelas motoniveladoras, a nossa maior tragédia não é que Bolsonaro seja fascista (o que ele é, embora não saiba o que quer dizer esse adjetivo), a tragédia maior é que nele a idiotia militante (e fascista) assume a forma de uma política pública de genocídio a céu aberto. Diante da vala comum a que este governo nos vai reduzindo, os juristas ajuizados (são poucos) trabalham para localizar elementos probatórios de crime de responsabilidade onde grassa a irresponsabilidade mais desarvorada e mais tanática. Trata-se de dar um jeito de montar um pedido de impeachment com começo, meio e fim que force o sujeito a sair de lá. Não é de descartar a hipótese de que, apavorado, ele renuncie. (O Centrão não será resistência, pois vai com quem dá mais e quando perceber que o governo não tem mais o que dar pulará fora.) O impeachment ganhou a força de um imperativo moral, um dever cívico, uma questão de sobrevivência, uma agenda de saúde pública e uma mobilização para evitar a morte pública da coisa pública, das vidas brasileiras e, se você quiser, também da economia nacional. Esse é o compromisso inadiável dos que acordaram para a urgência de construir uma unidade antifascista (uma frente) para estancar o genocídio. O remédio de que dispomos contra a epidemia da ignorância responde pelo nome de impeachment. O antídoto é mais simples do que o tetrafármaco prescrito por Epicuro: "Não há que temer a morte, não há que temer os deuses, a dor se pode suportar, a felicidade se pode alcançar". O impeachment é mais fácil de usar do que a ataraxia (imperturbabilidade da alma). Impeachment na veia. Aviemos logo a receita.P.S. - Este artigo foi escrito em memória do filósofo José Américo Motta Pessanha (1932-1993), que tanto ensinou sobre Epicuro e sobre liberdade.

O remédio de que dispomos contra ela responde pelo nome de impeachment



OPINIAO.ESTADAO.COM.BR

A pandemia da ignorância - Opinião - Estadão

O remédio de que dispomos contra ela responde pelo nome de impeachment

CARTA GENERAL HELENO Á NAÇÃO

https://rapidonoar.com.br/general-heleno-divulga-carta-a-nacao-apos-pedido-de-apreensaodo-celular-de-bolsonaro

Na manhã de hoje o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou para a Procuradoria Geral da República (PGR) três notícias-crime apresentadas por partidos e parlamentares que pedem novos desdobramentos na investigação sobre a suposta interferência do presidente na Polícia Federal.

O que causou a insatisfação do gabinete, foi uma das medidas que consta nos pedidos que é a apreensão dos celulares particulares do presidente e de seu filho, Carlos Bolsonaro.

Na carta divulgada por General Heleno cita que "o pedido de apreensão do celular do presidente da República é inconcebível e até certo ponto inacreditável". No final do documento o gabinete finaliza o texto dizendo: "o gabinete de segurança institucional da Presidência da

República al	erta as au	toridades	constituídas	que tal	atitude (é uma
evidente ten	tativa de	comprome	ter a harmon	ia entre	os pode	eres e
poderá ter co	onsequênci	as imprevi	síveis para a	estabilid	lade naci	onal".

Confira a carta na íntegra:

Nota à Nação Brasileira. pic.twitter.com/aykS99h49K



Nota à Nação Brasileira

Brasília, DF, 22 de maio de 2020.

O pedido de apreensão do celular do Presidente da República é inconcebível e, até certo ponto, inacreditável.

Caso se efetivasse, seria uma afronta à autoridade máxima do Poder Executivo e uma interferência inadmissível de outro Poder, na privacidade do Presidente da República e na segurança institucional do País.

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República alerta as autoridades constituídas que tal atitude é uma evidente tentativa de comprometer a harmonia entre os poderes e poderá ter consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional.

Augusto Heleno Ribeiro Pereira

GenSHalous

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

O verdadeiro Presidente do Brasil

Você leitora, leitor, que foi às urnas em 2018 pensando votar para Presidente do Brasil, foi enganado. Ele já estava designado pelo sistema financeiro internacional, pela banca, pela entidade supranacional que controla o dinheiro no mundo.

Seria até o caso de nos perguntarmos: seria diferente se o eleito fosse outro? Difícil responder. Mas certamente teríamos alguém com mais modos, melhor educação, mais respeitoso a seu cargo.

O presidente do Brasil chama-se Paulo Guedes (Paulo Roberto Nunes Guedes, carioca de 70 anos, pai de Paula Drumond Guedes). Nem sei como os militares presentes à reunião gravada, ficaram tão quietos, tão conformados em estarem sendo agredidos pelo povo, quando o presidente se oculta atrás de um Ministério, o Ministro da Economia.

Mas ele mesmo confessou (reconheceu) seu poder pois vários participante da reunião não eram ministros mas pessoas designadas por ele para protegê-lo, para confirmar suas palavras, para ratificar suas ameaças.

O general Braga Netto foi uma vítima preferencial pela ousadia de apresentar um plano de desenvolvimento brasileiro, o Pró Brasil, destinado a criar empregos, dar salário e ocupações a milhões de brasileiros sem qualquer outro rendimento.

Debochou do Ministro ter aceito o codinome Plano Marshall, ao Pró Brasil. E aproveitou para chamar todos de ignorantes, que não haviam lido os livros que ele leu, não cursaram a faculdade que ele cursou, enfim, que seu talento era incomparavelmente superior ao de qualquer outro naquela sala. E todos mudos e quietos, sabendo quem ali representava o poder.

O próprio Bolsonaro havia, entre impropérios e insultos, reconhecido que o único que ele não podia demitir naquela sala era o Ministro Guedes. E este nem precisou agradecer a deferência, pois sabia quem era a autoridade.

Brasileiros, se estão satisfeitos com o que ocorre no Brasil já sabem a quem agradecer, mas, estiverem descontentes, substituam o Fora Bolsonaro pelo Fora Guedes.

Democratas de todas as colorações, uni-vos!

Ou se unem com determinação, ou o Brasil ficará inviável por longo período

Marco Aurélio Nogueira, O Estado de S.Paulo

Não é preciso arrolar, pela enésima vez, os ilícitos e as perversões que desabam sobre a sociedade. Formam robusto prontuário. Só não os vê quem não quer.

A continuidade do governo Bolsonaro ameaça a vida, a Nação, a sociedade. Lança-nos num vórtice de destruição, que potencializa o vírus e infecta a reprodução da ordem social.

Precisamos dar um basta a essa situação, em que a insanidade governamental se mistura com o ativismo fanatizado da extrema direita e com o silêncio dos democratas.

Bolsonaro é a crise viva, em expansão. Sua remoção precisa ser posta na mesa, para que se evite o abismo. Mas não é só o impeachment. Será preciso reorganizar o País. Disputas internas não ajudarão, por mais que sejam inevitáveis. Também somos responsáveis pelo que está aí. Cometemos erros, que não foram processados.

Continuamos a nos dividir, a brigar com a própria sombra, a insistir em atitudes e discursos que não dialogam com as pessoas, não as direcionam, não as esclarecem. Somos prisioneiros do cálculo eleitoral, do oposicionismo retórico. Estamos carentes de ideias, de luzes, de lideranças. De articulação.

Temos de encontrar um meio de fazer oposição com eficácia e generosidade. Sem vetos. Sem postulações doutrinárias. Sem maniqueísmos. Sem tergiversações. É um suicídio continuarmos a repetir fórmulas que não funcionam mais e prolongam uma agonia paralisante.

Há que agir. No Parlamento, nas redes sociais, na imprensa, nos núcleos da sociedade civil. A quarentena não é pretexto para ficarmos à espera de um raio que caia em Brasília. A cautela não dispensa a denúncia veemente, antes a exige. Ainda há muitos brasileiros impregnados pela imagem redentora do "mito", ressentidos, frustrados, com raiva, sem compreensão dos tempos da política, do valor da democracia e da representação parlamentar.

Precisamos alcançá-los, trazê-los para o terreno da racionalidade democrática. Não avançaremos repetindo mantras surrados, que não levam a lugar nenhum, nem convencem quem precisa ser convencido.

Devemos reconhecer nossas limitações, insuficiências, falhas de compreensão da realidade.Os democratas brasileiros – de centro, liberais, conservadores, de esquerda – deixaram-se dividir por excessos, querelas ideológicas, batalhas infrenes de poder.

Levaram longe demais a exploração de suas diferenças. Não olharam atrás da porta. Não perceberam que pela direita crescia uma onda contrária a eles, hostil a seus programas, às perorações de seus líderes, ao modo como se apresentavam ao mundo. Não decodificaram a linguagem da época.

Continuaram amarrados aos mesmos dogmas, às mesmas diatribes e polêmicas, reunindo-se em tribos impotentes, agredindo-se reciprocamente. Menosprezaram o adversário principal, achando que poderiam derrotá-lo com

um sopro. Assistiram à propagação de uma gosma venenosa que contagiou parte importante da população.

Permaneceram agarrados às obsessões de antes, a fantasmas insepultos, a promessas ocas e frases de efeito. Em 2018 perderam a eleição presidencial para um político tosco, inescrupuloso e manipulador, que fez seus adversários comerem poeira.

Foi um espetáculo vergonhoso, trágico, pelo qual estamos pagando alto preço. Passada a refrega, os democratas permaneceram a lamber suas feridas. Viram o circo pegar fogo, orbitando lideranças que não lideram, rotinas engessadas, partidos estraçalhados e impotentes.

Hoje zelam pelas instituições e pelos ritos constitucionais, o que é ótimo. Mas suas falas não reverberam, só fazem prolongar a existência de um governo perdido e descompensado. Continuaremos a brigar as mesmas brigas? Teremos coragem e disposição para reorganizar a agenda, aposentar o que não mais agrega valor à política, buscar o que lateja em meio aos escombros do sistema que ajudamos a erguer, mas não mais nos ajuda?

Saberemos afastar preconceitos e abrir espaço para os jovens, as novas linguagens, os youtubers e comunicadores, os parlamentares que não seguem ordens partidárias rígidas? Ou vamos prosseguir achando que somos donos do futuro?

Muitos acreditam que o sistema de pesos e contrapesos está intacto. Em nome disso, ignoram o arbítrio e a violência legal do Executivo. Não criticam os jogos procrastinadores do Congresso, a covardia de suas lideranças.

São benevolentes com o Judiciário. Chegamos à hora da verdade. Necessitamos de pessoas que ajam com firmeza democrática e republicana. Nossa fronteira está além de contraposições inúteis entre esquerda e direita, liberalismo e socialismo, mercado e Estado.

Temos de nos reposicionar. Reaprender a dialogar, com paciência e tolerância. Que os moderados se disponham a lutar, que os radicais lutem de outro modo. Que todos baixem o tom, dispensem maximizações extemporâneas e apurem o foco.

Ou os democratas se unem com determinação – para fazer política, travar a luta cultural, interpelar a população – ou o País ficará inviável por um longo período.

Unamo-nos, enquanto há tempo!

Ou se unem com determinação, ou o Brasil ficará inviável por longo período



OPINIAO.ESTADAO.COM.BR

Democratas de todas as colorações, uni-vos! - Opinião - Estadão

Ou se unem com determinação, ou o Brasil ficará inviável por longo período

Que a HISTÓRIA não esqueça:

Marcelo Pimentel Jorge de Souza 12otgSnpgo nsorehsd -

1) São Generais da ATIVA (vedados por normas, preceitos éticos, coerência e bom senso) que estão fazendo POLÍTICA, esse tipo de POLÍTICA.											
Que 2) Militares POLÍTICAS.	a não devem s					es muito					
generais es É competênd ATIVA	mandante da in specificamente cia EXCLUSIVA	 terem dele autoriz cargo 	responsa invadido zar a nor fora	bilidade p o o mu meação d d	oor mil undo e qual a	litares - político	esses civil. litar da				
Abre-se o pre	ecedente, para	qualquer gov	verno qu	e suceda	este e	para q	ualquer				

Abre-se o precedente, para qualquer governo que suceda este e para qualquer comandante que suceda o atual, a cessão de outros generais para cargos políticos. Se futuramente um comandante de instituição negar o provimento desses cargos - o que estaria conforme sua competência - estará declarando que o atual agiu politicamente ou, o que é pior, por pressão ou amizade com o ocupante do Planalto, transformando a instituição que comandava numa agremiação política subserviente ao presidente ou em algo de que possa dispor para provar sua amizade ao presidente.

Marcelo Pimentel Jorge de Souza

5 h ·

Se o Editorial de ontem foi ridículo, o de hoje é golpista (sentido amplo e "culposo") ou ingênuo (minha opinião).

Depois de colocar Bolsonaro na berlinda, o que aparentemente está certo, "comete" esse parágrafo:

"É hora de as Forças Armadas, o Congresso, o STF, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a imprensa profissional exercerem suas atribuições republicanas sem desviar um milímetro das prerrogativas que a Constituição lhes confere. Não é fácil, mas resistir é preciso."

Simplesmente coloca as Forças Armadas como primeiras numa lista de "CONGRESSO", "STF", "PGR" e "IMPRENSA", instituições que, segundo o Estadão, não devem desviar "um milímetro" de "prerrogativas" constitucionais.

Há inúmeros equívocos na colocação acima e no editorial inteiro. Destaco 3:

1) O primeiro deles eh de entendimento do contexto, de ordem PRÁTICA.

As Forças Armadas já se desviaram quilômetros de suas missões constitucionais e de suas prescrições éticas pois equipam o governo bolsonaro em funções não militares, impróprias e impertinentes à sua natureza, por intermédio de milhares de militares da reserva e, o que é mais grave, da ativa.

Desempenhando cargos de relevância política tão inquestionável, pode-se dizer sem nenhum exagero retórico: os militares governam o País e dão suporte aos desvarios presidenciais.

Ainda que o Ministro da Defesa - um general (!) - emita 100 notas inócuas, nenhuma delas apagará a Ordem do Dia que classifica como "MARCOS DA DEMOCRACIA" o golpe de 64 e a ditadura que se seguiu.

Somente quem não entende patavina do ethos militar, da formação de oficiais, da dínâmica da carreira, do significado do EXEMPLO "de cima" na formação da mentalidade política do oficial (deveria ser neutra, isenta, imparcial e apartidária) e que somos a única categoria profissional que está junta desde o berço até o cemitério (mesma maternidade, mesma "faculdade", mesmos cursos, mesma vila, mesmos hospitais, mesmos clubes...) pode considerar que a presença de um ex comandante do Exército no governo de um capitão (vice general) com praticamente todos os generais 4 estrelas do Alto Comando do Exército dos últimos 4 anos exercendo algum cargo político no governo, NÃO representa, tudo isso, as próprias Forças Armadas assumindo o Governo do tresloucado "rebento".

2) Outro equívoco no parágrafo destacado é de natureza TEÓRICA e CONCEITUAL.

Consiste na equiparação das Forças Armadas a forças políticas que têm um papel constitucional muito bem definido de controle do chefe do poder executivo, com o traço característico comum de serem eleitos diretamente pelo povo (CONGRESSO) ou terem seus membros, após indicação do presidente da República, "sabatinados" e aprovados pelos representantes do povo no Senado Federal (STF e PGR). CONGRESSO, STF e PGR são, portanto, poderes harmônicos e independentes. Forças Armadas NÃO!

Colocar as Forças Armadas nesse rol de responsáveis pelo "controle" do presidente no sentido de mantê-lo dentro de limites legais constitucionais ou ordinários é mais do que um exagero retórico ou teórico. Constitui ideia despropositada e potencialmente perigosa, ainda mais considerando as circunstâncias apresentadas na primeira abordagem e o histórico das próprias forças armadas em suas relações com o poder político.

Forças Armadas não são um poder "independente" com atribuição de "controlar" o Presidente ou mantê-lo na linha. São instituições sob a autoridade suprema do presidente e não o limitam politicamente. Ao menos, não deveriam fazê-lo.

Daí não ser recomendado que integrantes tão proeminentes das Forças Armadas, como os generais da ativa do Alto Comando, saiam da subordinação funcional de seus comandantes imediatos (Marinha, Exército e Aeronáutica) e

passem a uma subordinação política do presidente da República: confunde os subordinados internamente e a opinião pública externamente; cria vínculos de natureza política de generais com congressistas ao mesmo tempo que se mantém vínculos e relações de natureza profissional e pessoal com militares da ativa; constrange o comandante do Exército (da Marinha ou da Aeronáutica) atual e cria precedente para os futuros.

Não vou nem aprofundar uma análise sobre a imprensa. Apesar de fundamental na democracia, com independência e liberdade de expressão, não pode ser equiparada ao Congresso, ao STF ou à PGR no controle de um Presidente, simplesmente porque não há previsão legal em fazê-lo. Elas não tem "atrubuições" na "república" nem "republicanas". Pode sim, apontando responsavelmente os fatos, analisando-os e criticando-os, sempre com liberdade e independência, insisto nisso, contribuir para a formação da opinião pública....esse é seu papel social, jamais "atribuição".

De modo que não são "prerrogativas" das "Forças Armadas" ou da "imprensa" se manterem dentro dos limites constitucionais, mas suas "obrigações", como de qualquer cidadão, instituição ou pessoa jurídica. Dentre essas, no caso das Forças Armadas, não se prevê controlar ou manter na linha o Presidente, ao menos não por sua iniciativa própria (das Forças Armadas), já que atuam sempre por determinação constitucional de um dos poderes sem romper subordinação ao Presidente da República. Não é no plano politico, portanto, que devem atuar as Forças Armadas.

Exortar as "Forças Armadas" a "RESISTIR" ao Presidente é o mesmo que pedir que se lancem numa aventura GOLPISTA.

Exortar as "Forças Armadas" a "RESISTIR" ao Presidente é freudiano, posto que já estão ao lado do Presidente, por intermédio de inúmeros oficiais da ativa e da reserva.

Exortar as "Forças Armadas" a "RESISTIR" parece com os pedidos feitos em março de 1964, pela mesma imprensa.....deu no que deu!

Como acho que o parágrafo do ESTADÃO não é golpista, mas INGÊNUO, exortar as "Forcas Armadas" a "RESISTIR" às investidas do Presidente é INÓCUO, tanto porque elas não resistiram ao bolsonarismo (basta ver as opiniões de colegas e familiares em redes sociais) quanto porque foram elas mesmas as inventores do bolsonarismo. Se dúvidas há sobre a ingerência indevida do presidente sobre as Forças Armadas, que não "resistiram", basta ver o exemplo da revogação das portarias do Exército (Comando Logístico- COLOG) que tratavam de regulações de armamento por civis "por ordem" do Presidente. Ordem....que não lhe cabia posto que as normas estavam de acordo com a Lei e dentro das atribuições e competências do Exército.

Será que não é perceptível, ainda, que esses generais no governo têm um "DNA" autoritário (um tanto inculto) e que editoriais como esse podem ser interpretados como uma senha para uma ilegalidade, em nome de um mal interpretado "apoio da imprensa"?

Ou é isso que o jornal quer? Dar a senha para que os criadores do cavalo de troia descartem seu "mito" e determinem sua renúncia, algo que já está acertado entre eles há pelo menos 3 anos.

3) outra impropriedade no meio do texto editorial é tratar as impropriedades e incorreções no comportamento do Ministro-chefe do GSI como fruto de má conduta do "CIDADÃO Augusto Heleno" (sic).

É completamente ilógica essa abordagem do Estadão.

Primeiro que suas atitudes são impróprias em grande parte porque são de um militar, mais ainda de um General do último posto da carreira, que já foi integrante do Alto Comando da Instituição, possui inúmeros admiradores dentre milhares da ativa e da reserva, possui um histórico polêmico quanto à sua conduta como comandante militar e assina a nota golpista como "GENERAL".

Segundo porque o garçom que ocupa é naturalmente reservado para um militar, tendo sido desempenhado ao longo de sua existência institucional na República - a "CASA MILITAR" - por um GENERAL.

Portanto, deveria ter sido "GENERAL" e não "CIDADÃO" o termo a ser empregado pelo Editorial ao fazer sua crítica a conduta reprovável do servidor público.

Do contrário, parece que o Jornal está querendo reforçar uma ficção narrativa de que militares no governo quando praticam atos reprováveis são "CIDADÃOS" e quando praticam atos louváveis são "GENERAIS". Será?

Reprovável é o aparelhamento do governo por militares e, mais ainda, o verdadeiro "trem da alegria" que se está criando, abordado magistralmente na reportagem de capa dessa mesma edição do ESTADÃO, tratando da possível anulação pelo TCU da vergonhosa contratação de milhares de militares da reserva para serviços de burocracia no INSS, na caracterização mais cabal de um dos objetivos inconfessáveis do aparelhamento do Governo e do Estado por militares: o aliciamento eleitoral e político da ativa e da reserva em troca de aumentos salariais, cargos em comissão e bônus.





OPINIAO.ESTADAO.COM.BR

Resistir é preciso - Opinião - Estadão

Jair Bolsonaro sente-se cada vez mais à vontade para revelar suas intenções autoritárias. Desafortunadamente, o Brasil hoje tem de lutar pela vida e pela liberdade. Mas se é assim, à luta, pois

Jair Bolsonaro sente-se cada vez mais à vontade para revelar suas intenções autoritárias. Desafortunadamente, o Brasil hoje tem de lutar pela vida e pela liberdade. Mas se é assim, à luta, pois

O bolsonarista Aras se insurge contra inquérito legal que apoiou há 7 meses –

Reinaldo Azevedo - 27/05/2020 18h14

Augusto Aras: procurador-geral da República transforma a PGR em mero palco dos interesses do presidente da República. Vergonha histórica - Foto: Adriano Machado/Reuters

Augusto Aras está há tão pouco tempo no cargo e já está fazendo história! Escrevi nesta manhã que a Procuradoria Geral da República se tornou o palco principal das manobras de Jair Bolsonaro contra os governadores. Pretende-se cobrir com a fumaça da caça aos corruptos a política de saúde homicida adotada pelo presidente da República. A do governo federal, que ele chefia, é ligeiramente distinta. Mas é de uma incompetência assombrosa. Agora, Aras se insurge contra o inquérito aberto para investigar agressões a ministros do Supremo.

Em outubro do ano passado, o doutor defendeu o procedimento. Chamou-o de legítimo. Afirmou: "Ainda que amparado na independência do Poder Judiciário e justificado como temperamento pontual ao princípio acusatório, a instauração atípica de inquérito judicial pelo Supremo Tribunal Federal não pode ser compreendida com auspícios inquisitoriais".

Em linguagem empregada por mortais — e, quero crer, também imortais —, isso quer dizer "sim".

O mais curioso é que o doutor aproveitou uma ação da Rede Sustentabilidade para, agora, combater o inquérito. Onde já se viu, não é? Afinal, desta feita, a coisa chegou perto daquele que se mostra, a cada dia mais, não um amigo apenas, mas um guia espiritual: Jair Bolsonaro. O inquérito se aproxima do chamado "Gabinete do Ódio", chefiado por Carlos Bolsonaro. E a Rede, do senador Randolfe Rodrigues, presta mais um de seus inestimáveis e constantes serviços à extrema direita. Uma vez, vá lá. Duas, huuummm..., pode ser coincidência. Três? Se não for má fé, é burrice.

A necessidade do inquérito está aí. Sim, ele tem amparo no Artigo 43 do Regimento Interno do Supremo, que tem força de lei, a saber: "Art. 43. Ocorrendo infração à lei penal na sede ou dependência do Tribunal, o Presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição, ou delegará esta atribuição a outro Ministro."

Alguém objetará: "Ah, mas ali fala em 'sede ou dependência do tribunal". Verdade. É preciso definir o que isso significa em tempos de redes sociais. A ameaça que chega a um ministro por via eletrônica se manifestou na sede do tribunal.

"Ah, mas seria tarefa do Ministério Público cobrar essas investigações, que seriam feitas pela Polícia Federal". Também acho! Mas cadê o Ministério Público? Onde esteve durante todo esse tempo? Como explicar tamanha omissão diante do avanço da extrema-direita fascistoide, que não se limita mais a criticar decisões de ministros? Há ameaças terroristas explícitas.

No dia em que a líder de um tal acampamento, onde há membros admitidamente armados, anuncia que seus seguidores vão perseguir um ministro em sua casa, assediando até empregados da Casa, Aras pede, então, suspensão do inquérito, expressando agora postura diferente de há sete meses?

O que mudou?

O relator do pedido é o ministro Edson Fachin. Espero que faça a coisa certa. Pode ser que a coisa acabe no pleno. Se for o caso, os 11 ministros vão decidir se é preciso um togado estendido no chão para que, então, se deem conta do risco.

Fato: há pessoas dispostas a fazer loucura, e há os financiadores da insanidade. A PGR virou um puxadinho da Presidência da República.

Vergonha histórica.

Escrestion Astas neatrinân á utã ca Provico ratelomiza Greratada de e iá está fazendo história!

Sobre este site

NOTICIAS.UOL.COM.BR

O bolsonarista Aras se insurge contra inquérito legal que apoiou há 7 meses

Augusto Aras está há tão pouco tempo no cargo e já está fazendo história! Escrevi nesta manhã que a Procuradoria Geral da R

Algumas notas para resistir

- O Estado de S.Paulo - 29 de maio de 2020

Fernando Gabeira

Depende de nós frear a marcha totalitária, deter o obscurantismo. É só querer

O poeta Carlos Drummond escreveu estes versos: *Deus me deu um amor no tempo de madureza/ quando os frutos ou não são colhidos ou sabem a verme*. Conversando com um político da minha geração, esta semana, lembrei-me do poeta quando ele disse: "Deus nos deu uma luta pela democracia, nos últimos anos de vida".

Não esperávamos por essa. No entanto, não dá mais para ignorar que o sinal vermelho do regime autoritário está aceso no Brasil.

De um lado, vê-se um presidente falando em armar o povo, como Mussolini ou Chávez, e isso diante de uma plateia de generais indiferentes à gravidade desse discurso; de outro, um general falar em crise institucional porque um ministro do Supremo apenas cumpriu um artigo do regimento interno, despachando um pedido para o procuradorgeral da República considerar: a perícia no telefone do presidente da República.

Nossa atenção estava toda concentrada na pandemia, o maior desafio depois da 2.ª Guerra Mundial. Mas um ministro diz na reunião do conselho que é preciso aproveitar nossa atenção no coronavírus para passar uma boiada de medidas que não suportam a luz do sol.

Pois muita coisa está se passando diante dos nossos olhos consternados com a sucessão de mortes e amedrontados com a síndrome respiratória aguda. Bolsonaro

seduziu as Forças Armadas com verbas orçamentárias e uma suave reforma da Previdência. E mais ainda, fez um apelo ao salvacionismo que viaja no espírito deles desde a Proclamação da República e abarrotou o governo com militares.

Tudo indica que estão anestesiados. Generais reagem com sonolência a um projeto de milícias armadas. Sabem que Bolsonaro é homem de denunciar fraudes nas eleições que venceu, logo estará pronto para pegar em armas quando for derrotado adiante.

A origem positivista marcada pela aliança com a ciência foi jogada no lixo e um general se adianta para substituir médicos e inundar o Brasil com uma cloroquina que a OMS não aprova. Se as Forças Armadas resolveram encampar a política negacionista de Bolsonaro diante do vírus, se aceitam que milhares de mortes sejam debitadas na sua conta, é porque já decidiram mandar para o espaço o tipo de credibilidade que ganharam nos últimos anos.

Elas vêm pra cima com o mesmo ímpeto com que os militares venezuelanos defendem o seu governo autoritário. Por isso é preciso preparar a resistência.

A primeira lição é não ver essa luta, que para alguns se dá no final da vida, com os mesmos olhos da juventude. Mesmo porque só generais incompetentes veem uma nova batalha como se fosse a repetição da anterior.

Nada de armas. Num conflito moderno, a superioridade moral é decisiva. Eles vão se enrolar nas benesses do governo numa das crises mais profundas da História.

Olhar para o mundo. Não como no passado, exportando relatórios clandestinos e, com alguns contatos, denunciar desrespeito aos direitos humanos. Isso não é mais o principal. Agora existe a internet, uma infinidade de contatos possíveis com o planeta. Não precisamos comover apenas com corpos torturados, mas convencer os outros povos de que um governo cuja política destrói sistematicamente a Amazônia e favorece epidemias como a do coronavírus é ameaça também à existência deles.

Compreendo que ter o mundo a favor não basta para derrubar um regime autoritário. A Venezuela é um exemplo de que sem uma força coesa internamente não se chega a lugar nenhum. Aí está realmente o problema central: o instrumento. Ele precisa ser uma frente democrática ampla, madura, sem conflitos de egos, sem estúpidas lutas pela hegemonia, tão comuns na esquerda.

Chegamos perto disso no movimento pelas diretas. Candidatos a um mesmo posto conviviam harmonicamente no período de lutas e mais tarde buscavam caminho próprio nas eleições. Mas o próprio movimento das diretas é muito velho para o momento. Novas forças surgiram. Atores políticos menos experientes, mas com a capacidade de falar para milhões de pessoas, entraram em cena.

Na conversa que tive com o amigo disposto a lutar a última luta da vida, chegamos à conclusão de que é preciso apenas um núcleo que saiba contornar as bobagens dos que só pensam no poder e consiga estimular a criatividade social, diante dessa ideia de que a democracia não pode morrer no Brasil.

Não adianta ficar reclamando que o Congresso e o Supremo não conseguem frear a marcha totalitária. Isso depende de nós: é só querer. Na verdade, milhares hoje dão sua pequena contribuição, criticando, resistindo, às vezes até ridicularizando pelo humor.

Todo esse esforço molecular está, na verdade, ligado entre si. O que às vezes impede a consciência dessa união é o desprezo pela política, compreensível pelo que ela se tornou no Brasil.

Mas não se trata de aderir a um partido, militar no sentido clássico. A luta contra o coronavírus, por exemplo, é uma ampla frente pela vida que vai do carregador de maca ao cientista. As pessoas estão unidas pela urgência do presente, sem perguntar de quem é a culpa pelo vírus.

Da mesma forma, não interessa agora saber de quem é a culpa pela marcha do obscurantismo. É preciso detê-la.

* Fernando Gabeira é jornalista

'Bolsonaro quer mudar o assunto das mortes para ele não ser responsabilizado', diz filósofo

https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-quer-mudar-assunto-das-mortes-para-ele-nao-ser-responsabilizado-diz-filosofo-24452361

Para <u>Marcos Nobre</u>, presidente tem projeto de implantar regime autoritário no país

Dimitrius Dantas - 29/05/2020 - 13:18 / Atualizado em 29/05/2020 - 13:59



Ver tb EQUIVOCOS DE MARCOS NOBRAE - https://racismoambiental.net.br/2020/05/28/equivocos-de-marcos-nobre-sobre-a-frente-ampla/

Nobre preside o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) Foto: Adriano Vizoni/Folhapress / Adriano Vizoni/Folhapress SÃO PAULO — O professor da Unicamp e filósofo Marcos Nobre lançou nesta sexta-feira "Ponto final - A guerra de Bolsonaro contra democracia", um dos livros em formato eletrônico (e-book) e físico da coleção lançada pela editora Todavia sobre o Brasil em meio à pandemia do coronavírus.

No livro, Nobre defende que Bolsonaro tem um projeto autoritário cujo objetivo é a ruptura da democracia. A chegada da pandemia, entretanto, alterou o plano e levou o presidente a ser ainda mais agressivo com as instituições.

Entenda: As investigações no STF e no Congresso que preocupam Bolsonaro

Em conversa com o GLOBO, Nobre defendeu o inquérito das fake news e classificou os ataques do presidente ao Supremo Tribunal Federal, como uma forma de fugir da responsabilidade do combate à pandemia.

— Bolsonaro conscientemente quer mudar o assunto das mortes para que ele não seja responsabilizado. Isso é algo que é a coisa mais pusilânime — diz.

O senhor começa o livro criticando o discurso que diz que Bolsonaro é "burro" e "louco" e defende que o presidente atua com uma racionalidade política. Como funciona essa racionalidade política?

O que quero dizer com isso é que tratar o Bolsonaro de outra maneira que não como um político é uma estratégia que reforça sua imagem de não-político, que é a que ele quer passar. É uma maneira que tira sua responsabilidade dos atos que pratica, afinal burros e loucos não podem ser responsáveis pelas burrices e loucuras. Então, é preciso tentar entender a racionalidade do Bolsonaro: o Bolsonaro como político. Isso significa entendê-lo como alguém que tem um firme projeto autoritário. Temos que levar isso muito a sério.

O senhor afirma que, antes da pandemia, ele estava numa fase inicial de destruição das instituições. O que caracteriza essa fase de destruição?

É colocar um ministro do Meio Ambiente que destrói o meio ambiente, um diretor de uma fundação pensada para lutar contra o racismo que diz que não existe racismo. É inverter o sentido das instituições democráticas. Fazer elas funcionarem ao contrário do que é a sua função. É introduzir no vocabulário político a ideia de que uma ditadura é uma coisa normal, que ela pode ser democrática.

Muitos criminalistas, mesmo de esquerda, criticam a forma como o inquérito das fake news foi criado no Supremo Tribunal Federal. Como o senhor vê este caso?

O ministro Alexandre de Moraes acertou no joelho do Bolsonaro. Porque sem a central de fake news, Bolsonaro não se sustenta. O ministro mostrou que ele sabe onde acertar, qual é a fraqueza do Bolsonaro.

Mas criminalistas questionam a constitucionalidade do inquérito criado de ofício, sem participação do Ministério Público.

Em um momento como esse, não adianta pensar em abstrato. Bolsonaro pratica a política da guerra e montou um governo de guerra. Uma guerra instaurada pelo

Bolsonaro. Vamos fazer a lógica da paz? Não, não existe isso. É claro que quem defende a democracia não vai recorrer à violência e à força para afastar Bolsonaro, mas a procedimentos democráticos, a articulações políticas em defesa da democracia.

Agora, não dá para imaginar que estamos numa condição institucional normal e que devemos nos pautar por critérios abstratos de como funcionam as instituições. Esse é um momento de clareza, é um momento em que a democracia não está funcionando.

Leia: Veja os acenos de Bolsonaro a Aras, que conduz investigação contra o presidente

Na questão da suspensão do Alexandre Ramagem para a direção da PF, alguns lembraram da medida tomada pelo Gilmar Mendes que impediu a posse do expresidente Lula.

As decisões têm sentidos completamente diferentes, porque naquele momento poucas pessoas razoáveis diriam que a democracia estava em risco iminente de ruptura. Quando fica claro que as instituições não estão mais funcionando, e que existe alguém que quer usar esse colapso para destruir a democracia, qualquer pessoa que tome decisões para defender a democracia, mesmo que isso pareça arbitrário, deve ser defendida.

Com a pandemia do coronavírus, Bolsonaro subiu mais o tom no ataque às instituições. Ontem, voltou a ameaçar o Supremo Tribunal Federal, por exemplo.

O que tento mostrar no livro é que, ao fazer isso, ele age por fidelidade às suas convicções autoritárias. Como todo líder autoritário, ele se apresenta como não-político, como antissistema. Portanto, ele precisa dizer para quem o apoia, que ele se tornou presidente, mas nem por isso foi domado pelo sistema.

O senhor diz no livro que a postura antissistema é exatamente o que o impede de governar.

Exato. Porque atualmente ele precisa não só dirigir o sistema. Isso é pouco. Numa crise sanitária dessa magnitude, ele precisa reorganizar inteiramente o sistema em função do combate ao vírus. Precisa pegar todo o aparelho do estado, todos os ministérios e remodelá-los de maneira a enfrentar a pandemia. Precisa remodelar a indústria brasileira para fabricar produtos.

Mas por que esses ataques logo agora?

São ataques severos às instituições mas tem muito de diversionismo, de produzir confusão. Esse efeito diversionista é ainda mais tétrico. Bolsonaro conscientemente quer mudar o assunto das mortes para que ele não seja responsabilizado. Isso é algo que é a coisa mais pusilânime. Não é que não temos que discutir esses ataques, porque ele de fato quer destruir a democracia ,mas o que ele está fazendo agora é confundir as pessoas.

Mas o senhor acredita que esses ataques são apenas diversionistas? Ou representam uma ameaça?

São reais. Se ele tiver uma chance, ele vai dar o golpe. Ele usa uma coisa que é real para confundir, para turvar as águas. Ele precisa ganhar tempo para três coisas: um acordo com o centrão, que seja anti-impeachment, aprofundar a aliança com as forças militares para coordenar o governo e tornar mais aguerrida sua base social de apoio.

Para superar o Bolsonaro, o senhor fala que é necessária a formação de uma frente ampla a favor da democracia. Mas também defende que o impeachment só viria se negociado com os militares ou o que chama de "partido militar". O que motivaria os militares a apoiarem um afastamento de Bolsonaro?

As Forças Armadas foram um ator político importantíssimo desde a proclamação da República. Quando deixaram de ser? Nos últimos 30 anos. Se sentiam excluídos da política de forma injusta e indevida e aproveitaram para voltar ao governo, assim como outros grupos. E não sairão tranquilamente, porque querem ser reconhecidas como um ator político relevante. O que eles querem dizer é: nós temos quadros aptos a servirem a governos. Temos quadros aptos a ajudar a desenvolver o Brasil e estamos sendo excluídos por pura discriminação. É isso que está em jogo nessa transição.

Por outro lado, essa frente também dependeria da união de forças políticas que, há pouco tempo, eram adversárias. PT e PSDB, por exemplo.

Exato. E é disso que se alimenta o Bolsonaro. Ele se alimenta dessa lógica dos três terços em que nenhum dos três negocia com o outro. Mas essa divisão não é só das forças políticas, é na sociedade. Tem PSDB e tem PT, mas também tem o tio e o sobrinho, o irmão e a irmã, essa divisão na base da sociedade. Se essa tendência de aumento de rejeição se confirmar, até o ponto de atingir algo perto de 60%, isso significa que está tendo um movimento na base da sociedade que diz o seguinte: "pode ser que tenhamos diferenças insuperáveis e que impediram a gente de almoçar juntos no domingo, mas temos que juntar forças contra essa ameaça maior." E as forças políticas organizadas são obrigadas a ir atrás. Enquanto não há condições objetivas para isso, ele aproveita esse tempo para montar seu governo de guerra. Hoje, Bolsonaro encena ser o único homem livre em um país de confinados.

Equívocos de Marcos Nobre sobre a Frente Ampla

https://racismoambiental.net.br/2020/05/28/equivocos-de-marcos-nobre-sobre-a-frente-ampla/

28 de maio de 2020 Brasil, Destaque Combate Racismo Ambiental

Para pensador, Bolsonaro sustenta-se no poder graças a sua parcela de apoio, e derrubá-lo requer união entre supostas forças democráticas. Esquece que presidente é blindado pela elite, e que a direita não parece disposta a reconstruir a política

por Ronaldo Tadeu de Souza*, em Outras Palavras

Marcos Nobre é um infatigável analista crítico da política brasileira contemporânea. Professor de filosofia no departamento de filosofia da Unicamp e atual presidente do lendário Cebrap-Centro Brasileiro de Planejamento, Nobre é um dos principais pesquisadores da teoria crítica da sociedade (a Escola de Frankfurt) no Brasil. Seus trabalhos, densos estudos sobre esta modalidade de teorização, compreensão, diagnóstico e práxis, versam sobre Lukács e Adorno, Hegel e Max Horkheimer. Seu último livro é um portentoso comentário sobre a *Fenomenologia do espírito* de Hegel, especificamente a *Introdução* do texto de 1807 – nele Nobre sustenta que o Hegel deste período estava, no impulso da modernidade que se iniciava e da Revolução Francesa, preocupado em fazer emergir o novo. Daí em diante o filósofo de Jena cristalizou seu pensamento em sistema, tanto método da ciência da lógica como na teoria do direito.

Como nasce o novo é fora de dúvida uma das principais contribuições sobre os estudos de Hegel entre nós desde os primeiros esforços de Henrique Lima Vaz e Paulo Arantes. As intervenções de Marcos Nobre, assim, merecem atenção e averiguação do campo da esquerda ao qual ele mesmo pertence: ainda que com níveis razoáveis de moderação. É de ressaltar que Nobre não transpõe para seus comentários e intervenções acerca da política brasileira recente sua especialidade enquanto filósofo e pesquisador. Prática comum no âmbito das ciências humanas e sociais — o que é positivo, mas por vezes problemático quando se tenta adequar nossos problemas políticos imediatos a certa agenda de pesquisa. Marcos Nobre aborda sempre a matéria bruta da política brasileira e suas implicações prováveis. Farei na sequência uma reconstrução de suas intervenções recentes e após isto algumas observações sobre suas insistentes formulações e propostas para a construção de uma frente ampla democrática (incluindo setores da direita e da esquerda), para enfrentar Bolsonaro.

As intervenções mais bem delineadas de Nobre sobre a ideia de uma frente ampla de democratas podem ser localizadas em o *Caos como Método* (Revista Piauí, Edição 151/Abril de 2019); *Falso Arrependimento de Bolsonaro sobre Coronavírus não pode serAceito* (Folha de São Paulo, 18 de março 2020) e *Do Panelaço ao Impeachment* (Folha de São Paulo/Ilustríssima, 19 de abril de 2020). Os dois últimos são textos recentes, já no contexto da pandemia da c*ovid-19*. O núcleo reiterado do seu argumento é que se quisermos alijar Bolsonaro do poder necessitamos de uma união ampla (e convergente) da sociedade – para Marcos Nobre é preciso, mais especificamente, que a direita democrática e a esquerda, também, democrática deixem de lado seus interesses e unam forças visando afastar o bolsonarismo das decisões políticas fundamentais, sobretudo, em circunstâncias da pandemia do coronavírus. Quais os pressupostos que organizam as asserções resolutivas de Nobre acerca da frente ampla?

Comecemos por Caos como Método. Ele, Marcos Nobre, formula a pressuposição que o grupo de Bolsonaro não pretende governar para a "maioria"; seu intuito dadas as condições políticas, sociais e morais é dirigir-se a "algo entre 30% e 40% do eleitorado". Nobre, então, entende que na visão de Bolsonaro "essa base fiel é fundamental para [ele] manter o poder". Em termos analíticos a base eleitoral de Jair Bolsonaro é conformada por pessoas que são lavajatistas, antipetistas, antissistema, abstencionista, moralmente conservadores e querem a lei e ordem. É esta morfologia social, portanto, que

irá dar suporte para o capitão reformado do Exército. Seu surgimento como entidade sociológica resulta, de acordo com Marcos Nobre, de "uma revolta" contra o sistema político que pouco ou nada expressa os desejos deste setor. Assim, diz Nobre: "o desmonte [do sistema] chegou [...] à cúpula" da política que vigorou no país desde há muito. Com efeito, este é o polo do caos avalia ele. No entanto, o grupo de Bolsonaro, ou o bolsonarismo, possui um polo racional. Nas palavras de Nobre – "uma máquina [...] com o qual pudesse vertebrar seu governo". Recorrendo ao expediente da comparação ele sustenta que malgrado Donald Trump ter o estilo de governo semelhante ao de Bolsonaro, o americano tem no Partido Republicano (um dos eixos de estruturação do sistema político nos Estados Unidos e que estabelece coerência e racionalidade) seu núcleo de vertebração. Aonde Bolsonaro foi buscar esta diretriz. Por aqui, nos trópicos, são os militares; em especial o "grupo dentro do Exército que participou da missão" de Paz no Haiti" a proves a arrumação política do bolsonarismo. Os militares têm um "papel de organização transversal [...] ocupando [...] cargos de segundo e terceiro escalões" (e agora de primeiro). Numa síntese lapidar acerca do bolsonarismo Marcos Nobre dirá que: "o conjunto do governo se move entre esses dois polos: o mobilizador das bases sociais em rede e o organizador, representado pelos militares". Algumas questões encaminham a parte final de o Caos como Método. (E daí se seguem as resoluções para a ação política sugeridas por Nobre). Jair Bolsonaro irá se adequar à institucionalidade do sistema político? Abandonará o capitão sua "ala antiestablishment"? Marcos Nobre responde que: por um lado, Bolsonaro e seu grupo não o querem, e por outro as forças armadas que poderiam canalizar o bolsonarismo para as instituições não conseguem fazer tal movimento dada sua estrutura hierárquica. Pelo que a alternativa, ou saída para Nobre é: "iniciar um movimento de refundação da institucionalidade democrática [...], formar convergência [...] (à direita e à esquerda) e apontar pra uma frente ampla democrática que congregasse os dois lados. [O] PT [...], [o] PSDB e [o] MDB são identificados com o sistema político [...], no entanto não há outra saída senão a organização [das] forças sociais democráticas dispersas [...] da direita à esquerda -[necessitamos] de uma concertação democrática". Esta é a fatura de o Caos como Método escrito no início de 2019 com menos de seis meses de governo do grupo bolsonarista.

Um ano depois, já no contexto da pandemia da covid-19 que surpreendeu o mundo, e está extirpando vidas aqui e alhures e que foi definitivamente negada por bolsonaristas em vista de seu projeto de destruição do Estado de 1988 -Marcos Nobre intervém no debate com dois outros textos de diagnóstico e ação. Em *Falso Arrependimento de Bolsonaro...* o argumento específico é sobre o fato do capitão ser um agente contumaz de desorganização das instituições, particularmente as da administração público-estatal. Nas palavras de Nobre, "Bolsonaro [exerce] ação desorganizadora" nos serviços públicos que mesmo assim continuam funcionando. É característico do presidente se voltar contra os que discordam dele, pois para Nobre, Jair Bolsonaro entende que "qualquer coisa, pessoa ou instituição" que o critique "faz parte do sistema". A consequência disto é a incapacidade do atual governo enfrentar a devastadora pandemia do coronavírus. Ao se voltar contra as instituições e, sobretudo, o sistema (político), o grupo bolsonarista não é capaz de "governar", lançando o país no precipício. Nobre, então, nesta primeira intervenção no contexto da crise da pandemia não sustentou a alternativa do impeachment – que alguns analistas

e setores da própria esquerda e progressistas o fizeram —, de maneira pragmática ele argumentou pela formação de "núcleos de racionalidade [...], forças políticas [...] [para a] coordenação de ações com caráter de união nacional [que] poderia ser [...] liderado pelo congresso nacional e [...] equipes técnicas". Assim, Bolsonaro e seu discurso de saudação da "ditadura de 1964" ao qual ele a todo o momento do seu governo do caos mobiliza contra o "sistema" (seja este representado pelo "PSDB, PCdoB, DM, PT ou PMDB [...] a Rede Globo, o *Brasil 247* ou a *Folha*"), precisa ser apartado por "um polo público de organização e de liderança": e isto, tal política, "precisa voltar a ser jogada dentro das instituições [...] mesmo que sejam [as] instituições avariadas e capengas" que temos.

O tríptico de Marcos Nobre se fecha (até o momento) com Do Panelaço ao Impeachment, publicado no Ilustríssima da Folha de São Paulo em 19 de abril de 2020. Aqui o processo de impeachment de Bolsonaro é, de certa forma, defendido por Nobre. De certa forma, pois existem algumas condicionalidades na análise. Marcos Nobre volta neste artigo ao que é sua virtude característica: ao exame fino sobre as forças política, as instituições, as tendências sociais e as condições para a ação dos progressistas em tal conjuntura. Com efeito, ele, assevera que "levar a sério a possibilidade de instaurar um processo de impeachment exige responder primeiro à questão se Bolsonaro perderá apoio nos próximos meses – e se essa perda de apoio inviabilizará seu projeto autoritário, mais ainda, seu próprio mandato". O impeachment, dessa forma, depende de se os 30%, 40% do polo do caos dará sustentação (social) a Bolsonaro – e, por conseguinte ao grupo bolsonarista. De acordo com Nobre, a atitude suicida do presidente frente a covid-19 se deve a que ele busca a todo custo "assegurar a fidelidade [do] grupo" de 30%, 40% de seguidores. Marcos Nobre, no entanto, ainda diz neste ponto de seu artigo que Bolsonaro faz cálculos, pois ele sabe que mesmo do seu grupo de eleitores, sua base de apoio mais ampla, alguns o abandonarão, de modo que ele irá intensificar o discurso e as atitudes em direção àqueles aguerridos "que o defenderá com unhas e dentes contra um eventual processo de impeachment". Estes são agora "12% do eleitorado": segundo as estimativas apresentadas por Nobre. Mas mesmo com esses aquerridos adeptos não será factível a Bolsonaro evitar o impeachment; a "baixa aprovação [12%] é um requisito para a remoção do presidente". Ainda que lutando – o bolsonarismo *heavy* será derrotado.

Entretanto, a derrota pede outra condição. Que a "maioria esmagadora" concorde em demover Jair Bolsonaro da chefia do Estado brasileiro. Neste momento, Marcos Nobre introduz variável que falta para as condições mesmas de impedimento do capitão reformado. Ora, para ele é somente, e arrisco a dizer exclusivamente, com "uma ampla frente [...] [com] algum entendimento mínimo entre diferentes posições políticas dentro do campo democrático [na] base [da] concordância de que Bolsonaro represente um risco grande demais do país e à democracia". Assim, se os campos da direita e da esquerda democráticas permanecerem culpando um ao outro pelo momento ao qual nos encontramos, a frente não será possível. É necessário "um pacto" para o impedimento de Bolsonaro; o sistema político e as forças que o constitui precisará de racionalidade coordenada e consensual sobre os termos da competição entre partidos: é uma escolha, "decisão", sustenta Nobre por fim, entre "a continuidade do colapso institucional [e o projeto autoritário de Bolsonaro]" e o entendimento,

uma "convergência mais ampla possível, que contenha a direita e a esquerda democráticas" para salvar o país do capitão e pandemia do coronavírus.

Decorre da argumentação geral de Marcos Nobre exposta nas intervenções públicas que comentamos três movimentos: o *primeiro*, é preciso reconstruir o sistema político (despedaçado e que Bolsonaro se valeu para se eleger e intensificar o despedaçamento); o *segundo*, é premente, na medida em que ainda existe entre nós, a união (frente) entre direita democrática e esquerda democrática para impedir Bolsonaro e salvar a democracia e o *terceiro*, Bolsonaro tem capacidade de ainda estar no governo porque possui um grupo aguerrido (que lutará com unhas e dentes) em luta por ele, mesmo esse grupo não sendo mais os 30%/40% da eleição, e o presidente governa para estes objetivando os manter em estado de guerra (caos). Algumas observações acerca desta argumentação geral de Marcos Nobre. Comecemos pela última.

Será que Bolsonaro governa efetivamente para o polo do caos? Por outras palavras, são os 30%, 40% e agora de acordo com as estimativas apresentadas por Nobre podem estar apenas em 12% de aguerridos seguidores os agentes de sustentação do bolsonarismo, pelo que o presidente fará o possível e o impossível para mantê-los fiéis? Jair Bolsonaro de fato acredita que este grupo ou setor (ou movimento se se preferir) tem reais condições de influenciar o jogo político brasileiro a ponto de livrá-lo de um processo de impedimento? É evidente que a presença social deste setor mais fidedigno às posturas autoritárias, preconceituosas, violentamente patriarcais e negacionistas de Bolsonaro tem importância significativa na movimentação do presidente e seus filhos. A imagem de uma das últimas manifestações numa manhã de domingo ensolarada em Brasília ao qual Bolsonaro acenava da ponta da rampa do Palácio do Planalto para seus seguidores fiéis é inquestionável. Mas ele seria pouco inteligente se assentisse em governar apenas para estes 30%, 40% ou 12%. Necessitamos ser cáusticos agui: o grupo bolsonarista, com Jair Bolsonaro como ponta de lança, tem um projeto de país bem delineado e que expressa concretamente as ambições materiais (e espirituais) da elite econômica. O setor empresarial (indústria), o sistema financeiro, grandes bancos - com seus executivos e economistas consultores – e os conglomerados do comércio se articulam simbioticamente com o grupo militar para de certo modo proteger o presidente. Bolsonaro é uma espécie de círculo de aço que protege aquele projeto político de quaisquer conjecturas adversas. (Ou ainda, o grupo bolsonarista é a síntese estrutural destes setores da vida social brasileira.)

Eles conquistaram o Estado, por aspectos contraditórios que emergiram a partir de várias contingências — e não vão no curto prazo, enquanto tais aspectos tiverem vigorando deixar de lutar, também aguerridamente, para manter a conquista. Ora, não é ocasional que o ministro inquestionável nos círculos bolsonaristas seja Paulo Guedes. Há inconvenientes aqui e ali. No entanto, negar a forte presença de Guedes no governo e a relativa moderação no trato de Bolsonaro com ele é pouco sugestivo no nosso momento. Parte decisiva do governo bolsonarista e seu projeto de país estão expressos na longa entrevista de Guedes para a *Folha de São Paulo* em 03/11/2019. Ali ele apresenta o núcleo de sua reforma ou transformação do Estado brasileiro forjado na constituição de 1988. Marcos Nobre, reiteradamente, secundariza estas variáveis de suas análises e intervenções. Mas este é o custo de referenciar as abordagens tendo

com pressuposto e horizonte o sistema político – e a asserção de que é preciso reconstruí-lo para preservar a democracia brasileira.

Daí que Nobre por colocar como secundário o círculo de aço: está sempre em busca de uma ampla frente composta pela direita democrática e a esquerda democrática. Isso repercute no núcleo da própria ideia e proposta de frente, pacto ou concertação como o quer Marcos Nobre: o segundo movimento de sua argumentação geral. Não se trata de questionar, quem são esta direita e esquerda democráticas como se estivéssemos fazendo uma arquição em banca de tese. Trata-se de termos a percepção crítica de como se movimenta na teia de relações políticas e de interesses o conjunto das forças de direita, a extrema (prefiro a designação de Perry Anderson, direita intransigente) e a democrática. Assim, é possível, a partir de uma teia de relações averiguar que a direita democrática se afasta de Bolsonaro no que diz respeito às questões de valores, costumes e posturas institucionais, enquanto a extrema direita ou a direita nãodemocrática defende e difunde as tendências autoritárias do presidente e o desprezo pelo sistema como assevera Nobre. Ocorre que a mesma direita democrática na teia de relações não tem delineado para ela qual posição a tomar diante de Bolsonaro, do bolsonarismo e do quadro político-histórico mais ampla. Notemos duas ou três situações da atual movimentação da direita democrática.

Quando Roberto Alvim em 18 de janeiro de 2020 cita um trecho do discurso de Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista, algumas figuras importantes do que entendemos por direita democrática (suponho que por esta Marcos Nobre veja um leque maior de personagens, grupos e setores sociais do que os partidos políticos) se postaram como se fosse um chiste a declaração de um membro do primeiro escalão do governo – incapaz, obviamente, de comprometer a agenda econômica. Não podemos menosprezar, ou mesmo secundarizar a fala (divulgadas por veículos importantes da imprensa) de figuras e grupos do campo econômico concernente às atitudes do governo Bolsonaro em geral. Com efeito, como podemos vislumbrar uma frente ampla quando da ocasião do discurso de Alvim nos defrontamos com: "é preocupante um cara do primeiro escalão [observe-se a admissão de ser Alvim do escalão primeiro do governo] do governo falando de Goebbels. Mas a questão moral é outro espaço, é vida privada, outro fórum [...] o mercado não tem posição política" (Samuel Pessoal, Folha de São Paulo, 18 de março de 2020); e mais adiante "por incrível que pareça, está tudo ótimo (no mercado) [...] é uma opinião pessoal e não relevante [...] e neste governo esse tio de coisa tem sido irrelevante [...] está passando reformas, é isso que importa" (José Francisco de Lima Gonçalves, Folha de São Paulo, 18 de março de 2020). É bem-pensante afirmar, vez por outra, que o conjunto da esquerda erra ao se voltar para seus interesses políticos e eleitorais, para o seu suposto revanchismo após a escalada da direita contra ela após 2014 – com a lava-jato, a mídia conservadora, as elites econômicas e figuras da opinião pública à frente -; que seja. Mas como poderemos formar um quadro cognitivo de legitimidade de sorte a convencer setores sociais, pessoas e comunidades que oscilam politicamente, de que esse governo nos leva para o precipício e continuará nos levando (como ocorre agora na pandemia) sustentando considerações como deste tipo. Quem quer a chuva tem que aceitar a lama. Assim, não seria das mais interessantes ações para a esquerda voltar à lama que está procurando sair.

Pode-se argumentar que esta postura da centro-direita, ou direita democrática como o quer Marcos Nobre, ocorreu antes da covid-19. No entanto, há uma ideia transversal de país - da direita democrática ao grupo bolsonarista e Jair Bolsonaro. (E isto não é de responsabilidade do conjunto das forças de esquerda, da democrática à radical.) Marcos Lisboa, presidente do Insper, debatedor democrata e economista mais do que influente na discussão pública, escreveu três artigos em sua coluna dominical na Folha de São Paulo no contexto da pandemia do coronavírus e dos ataques negacionistas (autoritários) de Jair Bolsonaro e seu grupo. Nenhum deles exigindo o afastamento do capitão para salvar o país. Ele, ao invés disso, intima o governo a não sacrificar seu projeto de país: pois não devemos aumentar nossa "dívida pública", não se deve remendar o "Plano Mansueto" e o "congresso deveria apenas aprovar [...] gastos temporários". Isto foi escrito em 05 de abril de 2020. Uma semana depois (12 de abril de 2020) Lisboa insiste; "a despesa obrigatória de muitos estados [é] com folha de pagamento", os estados (e os municípios) guerem aproveitar a pandemia para "postergar o pagamento de suas dívidas e fazer novos empréstimos com aval da união" (Sic). E na coluna de 26 de abril de 2020, não há mudanca de atitude do economista sobre o negacionismo do governo Bolsonaro ou mesmo seu desprezo pelo sistema político – já no auge da covid-19, Marcos Lisboa se exaspera com a "proposta de tributar em 10% o lucro dos últimos 12 meses das empresas com mais de R\$ 1 bilhão de patrimônio". Temos que nos perguntar: como é factível uma frente ampla com a direita democrática com este espírito político em situação de colapso social com o coronavírus?

Assim, ao que parece a direita democrática não quer frente ampla qualquer. No nível estrito do jogo institucional, Rodrigo Maia já se afastou na teia de relações da perspectiva do impeachment (ou de qualquer outra ação para demover o presidente) e no mesmo passo – aproximou-se de Bolsonaro, que agora controla o dito centrão (mais precisamente, segundo Bruno Stankevicius [do site De Olho nos Ruralistas/Unisinos], os partidos político que formam a Frente Parlamentar da Agropecuária, os ruralistas mesmo por assim dizer: que tem à intenção de isolar Maia) e adquiriu, temporariamente, estabilidade política. E o próprio Fernando Henrique Cardoso oscila em suas resoluções para a crise. A direita democrática mesmo se afastando de Bolsonaro e seu grupo, ainda assim, possui interesses objetivos, projeto de país e modos de ver a sociedade brasileira inclusive as forças de esquerda. Assim, se por um lado o governo Bolsonaro de certa maneira perdeu legitimidade e poder com a saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça, por outro lado, e contraditoriamente, as forças da direita fincaram outro eixo de articulação política: e não envolve de nenhum modo, qualquer vislumbre que seja de conformação de uma frente ampla com a esquerda democrática. Moro é visto ainda como representante do antipetismo, o homem que condenou Lula e destronou a esquerda corrupta do poder. Como sustenta o filósofo conservador Francisco Razzo "Moro pode encarnar a partir de agora a visão de uma direita democrática em contraste com o projeto marcadamente autoritário de Bolsonaro" (Folha de São Paulo, 10 de maio de 2020), e, por conseguinte, dar continuidade à nova ideia de Brasil que atravessa as forcas de direita. Em nenhum momento se verifica a intenção de foriar uma frente ampla com a esquerda, mesmo a democrática como quer Marcos Nobre - muito pelo contrário. Definitivamente se se quer reconstruir nosso sistema político, o primeiro movimento da argumentação geral de Nobre para a preservação da democracia, o que é discutível enquanto causalidade, não se

poderá contar com a direita democrática. Na teia de relações políticas seus fios têm outro destino que as preocupações de Marcos Nobre.

A angústia por salvar o sistema político e, consequentemente, nossa democracia de modo a salvar país do caos no contexto da covid-19 impedindo de alguma maneira Jair Bolsonaro e o autoritarismo que expressa e difunde, tem de ser substituída por outra angústia, e urgentemente. Desgraçadamente, nossa democracia de há muito não responde, supostamente, aos seus fins (pois o que dizer da foto do pai de João Pedro aos prantos debrucando-se sobre o caixão de seu filho exterminado pela polícia/Estado/elite no Rio de Janeiro); e estamos já no caos em meio à pandemia: a imagem e a situação das periferias, das comunidades pobres do país, hospitais públicos, unidades de saúde e cemitérios é indescritível do ponto de vista humano. Esta batalha nós já perdemos. A angústia tem de ser em reconstruir amplamente a esquerda - com frentes, pactos, concertações, sem sectarismo, crítica e percepção real de si mesmo, incluindo o maior número possível de figuras públicas, coletivos populares, movimentos sociais e partidos – para as próximas batalhas e não serão poucas e fáceis contra Bolsonaro, o bolsonarismo (o círculo da aço) e, "infelizmente", a direita democrática ao que tudo indica (Neste aspecto a intervenção de Chico Alencar aqui nas páginas do A Terra Redonda [A Unidade Necessária, 22de maio de 2020] propondo uma frente de esquerda/progressistas é fundamental e decisiva para o próximo período.) Entretanto, não faremos isto deitando, novamente, no leito de Procusto. Sem dúvida é preciso escutar, ler e estudar com seriedade o que nos diz a presciência e o refinamento analítico de Marcos Nobre – ele é um de nossos melhores intelectuais. Mas não se pode perder de vista que "os alfinetes de ouro são enfiados em seios também por fastio" (Dostoiévski, Memórias do Subsolo).

*Pesquisador e Pós-Doutorando no Departamento de Ciência Política da USP.

NOTÍCIA GRAVÍSSIMA PARA AS STARTUPS BRASILEIRAS E PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO BRASIL

Benedito Tadeu César – FB- Comité de Apoio a Democracia POA /RS

Neste 27 de maio de 2020, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (*MCTIC*) anunciou conjuntamente com a empresa norte-americana *CISCO*, *sem licitação, sem chamamento público, sem audiência pública e sem transparência*, um acordo entre as duas partes, para que a empresa CISCO "acelere a transformação digital brasileira".

O evento de lançamento contaria com a presença do presidente da República, que desistiu de participar na última hora, e contou com a presença do ministro do MCTIC, astronauta Marcos Pontes.

O presidente da CISCO, durante sua apresentação do acordo, pedia em inglês que as lâminas de power point fossem sendo trocadas, numa clara demonstração de que a apresentação era coordenada dos Estados Unidos.

Em seguida, o presidente da CISCO deu uma coletiva de imprensa fechada, quando deu detalhes do acordo e onde se recusou a detalhar investimentos que poderiam incriminar o acordo.

Muito embora se tenha solicitado os termos desse acordo, até o momento o MCTIC e a CISCO não os apresentaram, numa total falta de transparência sobre um ato que afetará a soberania nacional.

Até a RNP (rede utilizada pelas universidades) faz parte de referido acordo.

O presidente da CISCO disse que "em troca" dos "excelentes" investimentos que farão, o *MCTIC cederá funcionários*, *cederá informações e concordará com os termos da CISCO*.

Ou seja, o nosso setor público se coloca de joelhos perante uma empresa privada norte-americana, que coordenará TODOS os dados e informações de nossa sociedade.

Isso é gravíssimo! Estão aproveitando a pandemia para "passar a boiada", cuja tentativa vem sendo feita há alguns anos e recusada por todos os ex ministros, tendo em vista o escárnio que é.

Uma ação sem precedentes na história, cujos efeitos serão sentidos pela nação no futuro próximo.

Se a CISCO tem a prerrogativa de, *sem licitação*, utilizar-se de nossos dados e informações para implantar em todo o Brasil suas tecnologias, inclusive o 5G, ela será soberana no controle de nossa sociedade.

O ridículo chegou ao ponto de o presidente da CISCO entregar um chip 5G para o ministro, dizendo que aquele chip representava a porta de entrada da CISCO no 5G brasileiro, algo que nem regulamentado ainda foi.

Um escândalo sem precedentes!

- *Pedimos ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal* que ajam imediatamente, freiando esta loucura e nos ajudem a responder as seguintes perguntas:
- a) Quais os termos desse acordo?
- b) Outras empresas internacionais e nacionais foram chamadas para também apresentarem suas propostas?
- c) Que tipos de dados e informações da nação brasileira serão disponibilizados para a CISCO?
- d) O Governo Brasileiro terá também acesso a esses dados? De que forma?
- e) Os sistemas que a CISCO implantará serão abertos e interoperáveis, permitindo que a indústria brasileira desenvolva soluções tecnológicas e elas possam ser aplicadas em todo o País?
- f) Quando algum brasileiro desenvolver uma solução, ele terá que submeter a aprovação para CISCO para que tais soluções desenvolvidas "conversem/se conectem" com as soluções CISCO?
- g) Como fica a participação de outras empresas de tecnologia da informação e comunicação que investem no Brasil, como as Europeias e Asiaticas?
- h) Como será a participação de empresas nacionais que desenvolveram tecnologias abertas e querem participar do mercado Brasileiro e que não seguem o padrão da plataforma da CISCO?
- i) Quantos e quais funcionários públicos o ministério vai disponibilizar, às custas dos impostos brasileiros, para a CISCO?

j) As Universidades brasileiras foram informadas desse acordo? Estão de acordo com ele?

São perguntas que o Governo Brasileiro e a CISCO precisam responder imediatamente, antes de iniciar o desmonte da Ciência, da Tecnologia e da Inovação brasileiras, bem como a quebra de empresas nacionais que investem em tecnologias de comunicação. E antes que nossa soberania também seja quebrada.

De outra forma, em breve teremos os sistemas da CISCO implantados em todo o País, obrigando os prefeitos e governadores a comprar soluções CISCO, a preços aviltantes, bem como teremos todo o nosso ambiente de startups brasileiras indo à bancarrota.

É preciso que os órgãos de controle atuem imediatamente, sem pestanejar, garantindo a aplicação da Lei e da Soberania Nacional!

Associação Brasileira de Profissionais Autônomos de Startups e de Desenvolvimento de Tecnologias.

Como ministro, Sergio Moro ouviu seus primeiros 'nãos' https://www.poder360.com.br/opiniao/governo/como-ministro-sergio-moro-ouviu-seus-primeiros-naos-escreve-tognozzi/

Tornou-se juiz aos 24 anos Achou que seria disputados Mas é cortejado por siglas nanicas

MARCELO TOGNOZZI 02.maio.2020 (sábado) - 5h50

Sergio Moro começou a apanhar de verdade em agosto do ano passado, quando a renomada professora de Direito da Universidade de Yale, Susan Rose-Ackerman, assinou um manifesto condenando seus métodos de fazer justiça. Susan foi uma espécie de fada madrinha da Lava-Jato e seu livro "Corrupção e Governo" inspirou o procurador Deltan Dallagnol, Moro e toda a República de Curitiba. O pedestal trincara.

Neste mesmo mês, Moro entrou em atrito com o presidente Bolsonaro. Até abril, quando saiu do governo, ele tentou administrar uma situação cujo desfecho era previsível. Deve ter sido muito difícil para uma pessoa acostumada a conjugar verbos no imperativo –cite, cumpra, intime– a experiência de ser ministro de um

presidente que não abre mão um milímetro do seu poder e faz política brigando todo o tempo para dentro e para fora.

Receba a newsletter do Poder360

todos os dias no seu e-mail

Moro passou no concurso de juiz em 1996. Aos 24 anos já era autoridade. Numa entrevista à *Rede Vida*, da Igreja Católica, dona Odete, mãe do Sergio, contou que antes de ser juiz ele viveu uma vida de menino classe média em Maringá, cidade do interior do Paraná, onde "nunca faltou nada" e sua rotina incluía, escola, aulas de tênis, tae-kwon-do e inglês. Nunca passou dificuldade e, principalmente, nunca apanhou.

Uma pessoa que se torna juiz federal aos 24 anos vê o mundo de um ponto de vista muito diferente dos demais humanos. Vive na redoma do Judiciário, não tem patrão, se acostuma a mandar e a receber anuênios, triênios e outros penduricalhos no contracheque. O maior problema de Moro no ministério não foi o estilo de Bolsonaro. Foi seu próprio jeitão de ser, batendo de frente com o presidente da Câmara e semeando animosidades num Congresso onde todos – absolutamente todos— são eleitos pelo voto popular, gostemos ou não da escolha dos eleitores. O resultado foi seu fracasso ao tentar aprovar suas propostas.

O parlamento já teve vários ex-juízes. O atual governador do Maranhão, Flávio Dino, foi um deles. O ex-desembargador paulista Regis de Oliveira, outro. Sempre militaram em campos opostos: o primeiro no PCdoB e, o segundo, no PSDB e PSC. Regis ingressou na magistratura aos 26 anos e nos dois mandatos que exerceu na Câmara deixou a marca da simpatia e da elegância. Dino virou juiz com a mesma idade. Presidiu a Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e trocou a magistratura pela política em 2006.

Moro entrou na política por um caminho diferente: ainda era juiz quando começou a atuar. Trocou a toga pelo Ministério da Justiça e surpreendeu muita gente que acreditava na sua isenção. O juiz de 2014, aposentou o alfaiate de

Maringá dos ternos e camisas negros com gravata vermelha e passou a vestir modelitos *prét-à-porter* mais suaves e elegantes. Como escreveu Monstequieu, "à medida que o luxo se estabelece numa república, o espírito volta-se para o interesse particular". E, neste caso, o interesse era abrir caminho para a presidência da República.

Até então ele nunca havia apanhado, como bem registrou dona Odete. Em 24 de abril pulou no caldeirão ao deixar o Ministério da Justiça atirando. Tudo indica que, pelos seus cálculos, logo teria o passe disputado por partidos e continuaria inserido no dia a dia da política como ator altamente relevante. Mas parece que as coisas não são bem assim. Moro tem se explicado muito, se vacinado muito. Explicou entrevistas, previu ataques contra sua esposa, difamações por enquanto restritas à moagem do Twitter. A pior coisa na política é o sujeito ficar se explicando. Isso nunca acabou bem.

Até agora nenhum partido relevante cogitou filiar Sergio Moro. Seus pretendentes são uma legião de nanicos, com o Podemos do seu amigo e mentor Álvaro Dias puxando a fila. A situação do ex-ministro e ex-juiz é a de um candidato a candidato que depende muito mais dos outros do que dele próprio para chegar lá.

Seu caminho não tem volta. Conviverá com vaias, críticas justas e injustas, acusações, perseguições e desprezos. Não tem mais poder de mandar prender e soltar, intimar e processar. Até aqui a maior lição sobre sua trajetória brotou da lucidez de dona Odete ao falar da popularidade do filho famoso: "O orgulho você deixa guardado, porque ele é efêmero (...). Você não tem garantia alguma de que esta situação vai durar o resto da vida. Tudo isso um dia acaba".

CONTINUAR LENDO

O Poder360 integra o

Saiba mais>

Gostou?

Marcelo Tognozzi

Marcelo Tognozzi é jornalista e consultor independente há 20 anos. Fez MBA em gerenciamento de campanha políticas na Graduate School Of Political Management - The George Washington University e pós-graduação em Inteligência Econômica na Universidad de Comillas, em Madrid.

CAMINHO ABERTO PARA A CASSAÇÃO DE BOLSONARO

 $\underline{https://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-do-caminho-aberto-para-a-cassacao-debolsonaro-por-luis-nassif/}$

L.Nassif

Nas últimas semanas, Jair Bolsonaro blefou dia sim, dia não. Ameaçou invocar as Forças Armadas, berrou palavrões, anunciou que "agora chega". Finalmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) pagou para ver. A intimação do Ministro Celso de Mello para a entrega do vídeo da reunião de 22 de abril, a posterior divulgação do vídeo, as operações de busca e apreensão do inquérito dos fakenews, a convocação do Ministro da Educação Abraham Weintraub depor, tudo isso gerou declarações indignadas que não mudaram em nada a determinação do STF.

Mostradas as cartas, a única coisa que Bolsonaro dispunha era a mobilização do Gabinete do Ódio, que se encolheu para não ser apanhado nas malhas do inquérito das fakenews.

PUBLICIDADE

Peça 2 – o fracasso do governo

Para completar o ciclo semanal, a divulgação do PIB do primeiro trimestre comprovou que Paulo Guedes blefava, quando mencionava uma suposta recuperação da economia que teria sido abortada pelo coronavirus. Os dados

trimestrais, portanto com dois meses sem o Covid, mostraram uma economia exangue, sem fôlego, mesmo antes da pandemia. O capital estrangeiro já tinha começado a sair mêses antes.

O quadro vai piorar devido à absoluta inoperância de Guedes, na frente econômico, e do gabinete da crise, comandado pelo general Braga Neto, na frente sanitária.

Guedes não foi capaz de destravar o crédito para pequenas e médias empresas, nem para financiamento da folha salarial. Atrasou enormemente os repasses para estados, travou o plano Pró-Brasil, ignorou as grandes discussões mundiais para financiamento do gasto público, minimizando os desdobramentos da crise. Só acordou com os resultados do PIB e, aí, desesperou-se comportando-se como aeromoça apavorada com a tempestade.

Por tudo isso, fica claro que o governo Bolsonaro é uma ameaça não apenas devido às pirações fundamentalistas do presidente, mas a uma incompetência generalizada, que coloca em risco as relações externas, as políticas científicotecnológicas, educacional, o meio ambiente.

O ponto final desse festival de amadorismo foi a tomada do Ministério da Saúde por militares sem conhecimento do setor.

Passo 3 – a ofensiva contra Bolsonaro

A semana terminou comprovando que os Bolsonaro são tigres sem dente e seus seguidores são mais barulhentos do que numerosos.

O vídeo foi entregue, Weintraub depôs, o general Augusto Heleno recuou de forma desajeitada; Bolsonaro condecorou o Procurador Geral Augusto Aras e lhe prometeu pastel de vento: uma indicação de Ministro do STF em alguma terceira vaga que vier a ser aberta. E ainda teve Carlos Bolsonaro, o filho mais abilolado de Bolsonaro, soltando imprecações incompreensíveis no grupo de WhatsApp dos vereadores do Rio; Eduardo Bolsonaro justificando Weintraub; e Flávio Bolsonaro sem se manifestar, depois de ter celebrado a operação contra o governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel e louvado a competência do foragido Queiroz. A Polícia

Federal foi até o Ministério da Educação ouvir o Ministro da Educação Abraham Weintraub, demolindo qualquer veleidade de resistência. Weintraub nada declarou, recorrendo ao direito de não se incriminar, disponível para qualquer cidadão.

A partir de agora, a porta está escancarada para iniciativas individuais de procuradores e promotores, para levar adiante a enorme quantidade de inquéritos, como desdobramento do inquérito das fake News.

Leia também: Presidente do STF apresenta sinais de infecção por coronavírus

Na sexta-feira, Celso de Mello encaminhou à Procuradoria Geral da República uma interpelação de um cidadão contra as declarações de Eduardo, ameaçando as instituições.

Ao mesmo tempo, a Polícia Civil do Distrito Federal indiciou manifestantes que agrediram enfermeiros em manifestação recente; e a de São Paulo prendeu manifestantes que montaram arruaças na frente da casa do Ministro Alexandre Moraes. A Polícia Federal pediu autorização para o STF para ouvir o próprio Bolsonaro.

O próximo passo será a definição de regras com redes sociais – incluindo o WhatsApp – para identificação e desmantelamento das correntes de ódio.

Em suma, os Bolsonaro entraram definitivamente na linha de tiro das instituições, quando caiu a ficha da impossibilidade de se esperar qualquer comportamento racional da família, devido a duas constatações definitivas.

- 1º Bolsonaro não vai parar. Sabe que na hora em que perder poder, filhos estarão sujeitos a prisão.
- 2º Mesmo se acalmar, a falta de comando do governo está conduzindo o país para desastre amplo.

É aí que se entra na fase decisiva, da campanha pelo afastamento de Bolsonaro.

Passo 4 – Inquérito no TSE

Já falamos no GGN

- Em nosso "Xadrez para entender o inquérito das fakenews" ficou claro que Aras perdeu a ocasião de impugnar o tal inquérito "extrapolicial – judicial" – e concordou com a existência dele.
- Na cautelar que ele propôs na semana passada, contra o inquérito, Aras abriu mão de seu poder de determinar. Ficou só com o de opinar. E opinou contra a diligência.
- Acontece que o STF n\u00e3o abriu m\u00e3o do seu poder de determinar, principalmente em casos em que quem deveria atuar, ou seja, o MP, ficou quieto. – Essa foi a s\u00eantese do nosso xadrez.
- Ao não atuar, Aras legitimou o inquérito, já que ao juiz é facultado a solicitação de provas, quando entende que há um vácuo nas investigações.
- De qualquer modo, como a denúncia contra o Presidente só poderá ser feita pelo PGR, cria-se um obstáculo jurídico aí, já que o STF, por ser julgador de última instância, não terá como recorrer.

É aí que se entra no busílis da questão.

Em outro texto, fica claro que o inquérito das fake news pode não gerar denúncia contra o presidente Jair Bolsonaro, porque precisaria da Procuradoria-Geral da República para isso e ela já disse que agora está contra esse inquérito.

Mas as provas colhidas neste inquérito não serão em vão. Elas podem ser compartilhadas com o Tribunal Superior Eleitoral, que tem duas ações relevantes que podem levar à cassação de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão e ao consequente chamamento de novas eleições.

As ações que tratam dos disparos em massa de fake news, via WhatsApp, que foram revelados pela Folha de S. Paulo ainda durante a eleição presidencial de 2018, bem com do financiamento empresarial dessas ações, que podem configurar crime de caixa 2 eleitoral.

No inquérito das fake news, o ministro Alexandre de Moraes determinou a busca e apreensão e a quebra de sigilo fiscal e bancário dos empresários Luciano Hang (Havan) e Edgard Corona (BioRitmo e SmartFit), do humorista Reynaldo Bianchi Junior e do militante Winston Rodrigues Lima. Eles são suspeitos de financiar a rede bolsonarista de ataques à honra e ameaça à segurança dos ministros do Supremo.

É bastante provável que, nessa diligência questionada pelo PGR, fique comprovado que essas pessoas, os filhos do presidente e o próprio presidente, abasteceram e integraram essa rede de fake news desde a campanha eleitoral.

Chama atenção que o novo presidente do TSE, Luis Roberto Barroso, em sua primeira manifestação tenha investido fortemente contra os fake News.

Segundo a Folha desta sexta (29), um advogado que defende um dos empresários no inquérito das fake news disse que "a informação extraoficial é que Moraes já reuniu mais de 6.000 páginas no inquérito como elementos contra os alvos da PF."

Passo 5 – o que ocorreria com a cassação da chapa

O resultado de uma ação desse tipo no TSE não leva a um impeachment, mas à cassação da chapa Bolsonaro/Mourão e, como isto ocorreria nos dois primeiros anos de mandato, diz a Constituição que devem ser convocadas novas eleições.

Impeachment depende da prática de um crime comum ou de responsabilidade durante o exercício do cargo – e justamente por ser durante o exercício do cargo, depende sempre, para que o processo se desenvolva, de autorização do Congresso Nacional – e daí entram as negociações que conhecemos tão bem.

Em outras palavras, as provas colhidas no inquérito das fake news não levam a um Impeachment, mas podem contaminar a eleição de Bolsonaro, e como a sua eleição foi impugnada no tempo correto perante o TSE, sob esse exato fundamento, abrese espaço para a cassação da chapa. Não se esqueça que, na quebra de sigilo fiscal dos supostos financiadores, Alexandre Moraes retroagiu para o período eleitoral.

Com isso, Bolsonaro (e seu vice) estão sujeitos a um decreto judicial, do TSE, de perda de mandato. Isto faz com que a aparente parcialidade de Aras e a capacidade de cooptação dos congressistas, do Centrão, parem de ter qualquer influência na situação da presidência.

Se ocorrer a cassação da chapa, a Constituição diz o seguinte:

- se isso acontecer nos dois primeiros anos de mandato, tem que ter novas eleições,
 no prazo de 90 dias;
- se isso acontecer nos dos últimos anos, também tem que ter nova eleição, mas daí a eleição será indireta, pelo Congresso Nacional, no prazo de 30 dias.

Em ambas as hipóteses, enquanto as novas eleições não acontecem, quem assume interinamente a presidência é o Presidente da Câmara dos Deputados, na sua falta, o do Senado Federal e, na sua falta, o do Supremo Tribunal Federal.

E mais, qualquer um que seja eleito nessas condições, assumirá apenas um mandato "tampão", isto porque esse mandato vai durar apenas até completar o período dos seus antecessores, ou seja, no caso de Bolsonaro e Mourão, até o ano de 2022. Foi o que aconteceu com Itamar Franco, após a cassação de Fernando Collor.

PARTE III - Entrevistas selecionadas

AARÃO REIS

"As milícias bolsonaristas não vão aceitar a derrota e as esquerdas precisam se precaver", diz historiador

http://marcozero.org/entrevista-daniel-aaraoreis/?fbclid=IwAR3P6i_0fOa7C02uJPDV8w8DHTJywQFZvUP5IV1QCmFwsIEfVY6CYTEdIUY Por Laércio Portela em 13/05/2020, 09:57.

Daniel Aarão Reis. Crédito: Bel Pedrosa/Divulgação

Bolsonaro constituiu um dispositivo de milicianos e paramilicianos ligados às polícias militares que não vão aceitar a alternância de poder em caso de derrota no projeto de reeleição do atual presidente. A análise é do historiador Daniel Aarão Reis, professor da pós-graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em revoluções socialistas no século XX e pesquisador das esquerdas e da ditadura de 1964 no Brasil.

Aarão Reis compara o que pode acontecer em 2022 com a ação dos grupos radicais que se mobilizaram no final dos anos 1970 para desestabilizar o processo de transição para a democracia no país, praticando uma série de atentados. "É um pessoal truculento, agressivo e tá muito autoconfiante. Têm armas na mão e, provavelmente, vão usá-las se não forem dissuadidos".

Autor de livros de referência sobre a ditadura militar no Brasil, Daniel Aarão Reis critica em entrevista à Marco Zero Conteúdo a postura dos expresidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff em relação às Forças Armadas brasileiras. "Nunca houve uma investida séria em chamar as Forças Armadas para discutir seu papel na democracia e reformular os seus currículos. Os governos sempre foram muito lenientes e civicamente covardes de enfrentar essas coisas", analisa o historiador, contrapondo o Brasil ao que aconteceu no governo Néstor Kirchner, na Argentina, quando o Estado pediu desculpas públicas pelos crimes cometidos durante o regime de exceção.

Para Aarão, existem pelo menos três dimensões de análise para entender a ascensão de Bolsonaro até a Presidência da República: as tradições estruturais do autoritarismo no Brasil, a longa conjuntura (a partir do processo de redemocratização até 2018) e a conjuntura curta (a eleição presidencial propriamente). Teria contribuído decisivamente para a derrota, o fato de as esquerdas subestimarem o debate em torno da corrupção e da segurança pública. "São temas que extravasaram a classe média e atingem hoje as camadas populares. Questões de vida e morte... porque afetam a saúde, a educação, a democracia".

Aarão lança uma provocação: "Todo mundo fala em derrubar o Bolsonaro, mas para fazer o que exatamente? Para voltar a aquelas alianças com as forças do atraso? As forças democráticas têm que apresentar um programa que seduza a população... A minha esperança é que venham articulações para defender a educação pública, para defender a ciência, políticas alternativas para enfrentar as desigualdades. Esse é o desafio das esquerdas e eu sou cético das possibilidades dos partidos, a chamada esquerda de Estado. Ou a esquerda social – sociedade civil, fóruns – vai formular e implementar essas alternativas ou então nós estamos mal".

O quanto nossa transição democrática conciliatória – lenta, gradual e segura – que não questionou e debateu abertamente os crimes da ditadura militar tem a ver com a retomada desse discurso da extrema direita no Brasil e os pedidos de intervenção militar?

Eu venho há muitos anos tentando chamar atenção para as correntes autoritárias da sociedade brasileira, que inclusive atravessam a sociedade de alto a baixo, não estão só presentes nas elites sociais. Uma tendência geral que é muito autoritária e estrutural. A partir do bolsonarismo, as pessoas passaram a reconhecer essa evidência. Eu fico feliz. É difícil você superar um problema quando seguer admite a existência dele. No entanto, a partir daí gerou-se uma perspectiva que não é muito construtiva porque vai de um extremo para outro. Antes, as tendências autoritárias sequer eram reconhecidas, agora passam a ideia de que esse país tem o autoritarismo na veia, de sorte que se elimina a política da história, como se o bolsonarismo fosse uma expressão mecânica dessa tradição. O que é uma incongruência porque essa mesma sociedade elegeu e reelegeu Fernando Henrique Cardoso, elegeu e reelegeu Lula, elegeu e reelegeu Dilma. Foi guando muita gente disse que as tendências autoritárias tinham acabado. Teriam sido absorvidas pelo processo da democratização. Antes disso, nos anos 1970, em seminários no Brasil e na América Latina, atribuíam-se as ditaduras no Brasil às nossas tradições ibéricas. Isso era então muito desanimador porque, se a gente está preso às tradições ibéricas, a gente não vai sair dessas tradições tão cedo. Até que a península ibérica, tanto a Espanha quanto Portugal, passaram por processos de democratização. E agora, vamos dizer então que as tradições ibéricas foram eliminadas? Não, elas continuam presentes. Mas ao tratar das questões estruturais você não pode eliminar a política da história. As tradições estruturais pesam, mas elas não resumem a história em termos exaustivos.

E como essa reflexão pode explicar o bolsonarismo?

Para a compreensão do bolsonarismo eu tenho introduzido a necessidade de refletir sobre duas outras dimensões, sem desprezar essa tradição estrutural. Uma delas é o que eu chamo da grande conjuntura, que vai desde o processo da transição para a democracia até o ano de 2018, quando houve as eleições que consagraram Bolsonaro. É uma grande conjuntura de 30 anos, no contexto da qual você teve muitas decisões políticas que foram contribuindo gradativamente para, de um lado, a manutenção dessas tradições autoritárias e, de outro lado, uma certa desilusão do sistema que foi sendo construído com base na Constituição de 1988. Esse sistema já teve muito prestígio, já teve muita adesão, mas progressivamente a confiança nele foi sendo corroída e isso, ao meu ver, deveu-se ao fato de que o nosso processo de redemocratização, a chamada Nova República, gerou dois partidos com vocações reformistas, o PT e o PSDB. Esses dois partidos nasceram anunciando projetos reformistas e, ao longo do tempo em que governaram. apesar de terem realizados algumas coisas bem positivas, eles não conseguiram empreender as reformas que anunciavam e que a população esperava. Reformas que pudessem realmente transformar esse país, que apresenta índices de desigualdade dos mais extremados no mundo. A reforma política é um exemplo. Um amigo meu, o Carlos Vainer (sociólogo e

economista), cunha uma expressão com a qual eu comecei a trabalhar. Referindo-se às esquerdas institucionais, aos partidos políticos, ele fala de uma "esquerda de Estado" à qual ele antepõe uma "esquerda social". A esquerda de Estado foi essa esquerda que se deixou recrutar, cooptar pelo jogo institucional, pelos calendários eleitorais. E foi perdendo gradativamente o contato com a sociedade. Eu trabalhei 35 anos na universidade, ainda trabalho na pós-graduação, e fui observando essa gradual perda de esperança da juventude. Isso também é muito claro nos estratos populares.

Uma desilusão...

O PT e o PSDB não foram capazes de articular uma aliança entre eles e cada um deles, ao seu modo, procurou o que havia de pior nas tradições brasileiras para se fortalecer no jogo institucional e foram contaminados por isso. De partidos reformistas se transformaram em partidos gestores, sempre com a ressalva de que eles, ao gerenciar a sociedade, fizeram melhor do que as chamadas forças do atraso, mas ao se alinharem a essas forças do atraso perderam a perspectiva de uma reforma política, de uma reforma econômica, de uma reforma tributária, uma reforma das polícias, do sistema penitenciário... Esse tipo de comportamento foi fazendo com que eles acabassem sendo compreendidos como um entre os outros.

Perdendo aderência na sociedade?

Eles foram perdendo o capital daquilo que os diferenciava. Eles nunca se interessaram em abrir uma discussão na sociedade sobre a ditadura, sobre as tradições autoritárias, sobre as Forças Armadas. As Forças Armadas mantiveram-se afastadas, remoendo seus ressentimentos, e formando as suas lideranças em padrões totalmente anacrônicos e autoritários. Nunca houve uma investida séria em chamar as Forças Armadas para discutir seu papel na democracia e reformular os seus currículos. Os governos sempre foram muito lenientes e civicamente covardes de enfrentar essas coisas. A ideia era: deixemo-las de lado e com o tempo a gente vai fazendo as mudanças. As mudanças iam acontecer naturalmente, mas nada na história acontece naturalmente. A intervenção humana é fundamental e eles ficaram lá remoendo esses ressentimentos. Eu me lembro a primeira vez que fui impactado por isso, nos anos 1990, quando li no jornal que os cadetes da Academia das Agulhas Negras escolheram como patrono o general Médici (Emílio Garrastazu Médici, general-presidente entre 1969 e 1974). Como os jovens que estão se formando podem ter como patrono o que a ditadura tinha de mais sinistro? Isso significa que está havendo zero de discussão democrática dentro das Forças Armadas. Os governos civis não exigiram que isso fosse feito, de sorte que as Forças Armadas voltassem a ser o que eram antes de 1964, Forças Armadas plurais, onde havia uma discussão, onde havia tendências políticas diferenciadas. Mas a ideia era fazer que nem avestruz: meter a cabeça no chão e fingir que não havia um processo altamente deletério.

Ignorar o passado acabou fortalecendo a posição das Forças Armadas no presente?

A tal da GLO, Garantia da Lei e da Ordem, que foi um princípio autoritário inscrito na nossa Constituição e permite aos presidentes dos poderes chamar as Forças Armadas para garantir a lei e a ordem, pois bem, os governos petistas cansaram de fazer isso, inclusive colaborando com que as Forças Armadas fossem reobtendo um prestígio, vistas como aquelas "forças impolutas" – que faz muito o ideário das Forças Armadas brasileiras desde a proclamação da República. Os militares sempre se viram como vetores da República, como anjos da guarda da República, e isso é totalmente antirepublicano e antidemocrático. Ao invés dos governos do PSDB e do PT lidarem com isso, enfrentarem isso, enquanto eles tinham força e enquanto os generais de direita nas Forças Armadas não tinham força, eles não se mexeram. Isso foi feito com muita coragem cívica na Argentina. O Kichnner (Néstor Kirchner, presidente argentino entre 2003 e 2007), quando assumiu, chamou lá o ministro e disse: "você vai pedir desculpas à sociedade pelas arbitrariedades, pelos assassinatos.." e o ministro se recusou, foi demitido e veio outro... E daí por diante, quando veio o oitavo, o oitavo decidiu "eu acho isso razoável, eu não estou comprometido com essas matanças e acho que as Forças Armadas fizeram mal" e pediu desculpas. Aí você tem um processo de outra natureza. Não houve uma discussão dessas tendências autoritárias no Brasil, inclusive muitos acadêmicos que hoje reconhecem essas tendências dizem que antes não viram. Não viram porque não quiseram. Diziam que a democracia estava consolidada. Lula, Dilma, políticos, acadêmicos viviam dizendo isso, sem perceber que ali estavam as células autoritárias, cancerosas, à espera de um momento que lhes fosse favorável e esse momento chegou a partir da crise de 2008.

Kirchner manda retirar os quadros de generais ditadores da Escola Militar de El Palomar, em 24 de março de 2004, aniversário do golpe na Argentina

A crise de 2008 criou as condições para a volta do protagonismo do autoritarismo?

A crise de 2008 aprofundou as questões econômicas, o desemprego, a insegurança... Isso tudo foi contribuindo gradativamente para que a extremadireita voltasse a ter voz. Ela, que nunca tinha exatamente desaparecido, ganhou força.

E o bolsonarismo?

Para entendermos o bolsonarismo, precisamos de uma terceira dimensão, além dessa da grande conjuntura. Uma dimensão mais concreta que é a conjuntura eleitoral do ano de 2018. Se você observar bem, em agosto de 2018, Bolsonaro ainda tinha de 15 a 20% de votos e muita gente não acreditava que ele pudesse crescer tanto a ponto de ganhar, e aí é que entra a necessidade de analisar a conjuntura curta. Temos as tradições autoritárias, a longa conjuntura, e a conjuntura curta que foi decisiva. Ao meu ver, a gente precisa discutir os erros que aconteceram na esquerda e os acertos de Bolsonaro para entendermos a vitória dele. Ele realmente tem aquele núcleo duro da extrema-direita que as pesquisas fixam em 12, 15, algumas dizem 20%, mas não passa disso. Acontece que ele ganhou as eleições com mais de

50%. O principal erro das esquerdas foi subestimar a força do bolsonarismo. A insistência em manter a candidatura Lula, depois fizeram do Haddad, no primeiro turno, um boneco do Lula. Todo mundo colocava a máscara do Lula no Haddad ou nas suas próprias figuras, de sorte que isso aí acabou tendo um efeito negativo. Eu penso que a incapacidade das esquerdas comporem uma frente para enfrentar o perigo bolsonarista foi muito decisiva para explicar a ascensão da extrema-direita.

O discurso de Bolsonaro obteve mais adesão do que o das esquerdas.

Foi decisiva a subestimação de alguns problemas que foram se tornando centrais e para os quais Bolsonaro apresentava falsas soluções, mas dizia que iria solucioná-los. Dois problemas que afetavam muito as classes populares e as classes médias. A questão da corrupção e a questão da segurança. As esquerdas sempre subestimaram a questão da corrupção, dizendo que essa questão era uma questão das elites, uma tradição da UDN, e era mesmo, só que extravasou muito além das classes médias para atingir as camadas populares. Essa ideia do sistema político brasileiro como corrupto, apodrecido, isso é um consenso que se estabelece muito para além da classe média. As esquerdas poderiam ter tido uma crítica a isso e uma autocrítica. É uma questão de vida e morte. Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, desviaram os recursos da saúde para o bolso dos políticos ligados a Sérgio Cabral (exgovernador do Rio entre 2007 e 2014). Em muitos outros lugares do Brasil isso aconteceu, então é uma questão que impacta a educação, é uma questão que impacta a democracia porque desmoraliza a democracia. Fica parecendo que o sistema político é um sistema ocupado por ladrões. Bolsonaro surge – apesar de todas as evidências que o comprometiam com processos de corrupção como o salvador da pátria. Nesse ponto de vista, reeditando discursos que tinham sido feitos no Brasil por Collor (Fernando Collor de Melo, presidente entre 1990 e 1992) e pelo Jânio Quadros (presidente eleito em 1960 e que renunciou em 1961). E esse não é um discurso só de classe média, é um discurso que tem ressonância popular.

E a questão da segurança?

A segurança passou a ser, nos grandes centros urbanos, e não só neles, o grande problema. Se as classes médias e as elites conseguem colocar grades e vigilantes nos condomínios, as classes populares estão à mercê dos bandidos e dos traficantes e sofrem demais com isso. Esses bandidos atacam também as camadas populares, quando entram em conflito entre eles mesmo, matando gente, interrompendo as aulas nas escolas, fechando os postos de saúde. Você não pode imaginar que uma criança e um jovem que deixam de ir à escola por causa de um tiroteio num dia, no dia seguinte vão à escola como se nada tivesse acontecido. Há um trauma. As esquerdas tinham uma ênfase justa nos direitos humanos, mas elas não contemplaram reformas no sistema penitenciário e reformas no sistema da ação da polícia. Se você faz uma comparação, os governos de esquerda não se distinguem dos governos de direita do ponto de vista da ação da Polícia Militar, do combate ao tráfico de drogas. E Bolsonaro vinha com uma proposta absolutamente absurda, primária

- "a gente mata os bandidos" -, fazendo aquele gesto da arminha toda hora, e aquilo impactou muito.

A esquerda deixou de fazer outros debates importantes?

O terceiro elemento que eu acho que foi muito pouco discutido pelas esquerdas foi o diálogo com as igrejas evangélicas, que cresceram muito no país. As esquerdas fizeram como fizeram com as Forças Armadas. Esses grandes caciques das igrejas evangélicas, os Malafaia da vida, foram aquinhoados com meios de comunicação. O Lula, a Dilma e o Fernando Henrique Cardoso iam lá beijar as mãos deles, legitimar a liderança dessa gente. Ao invés de entrar em discussão, porque os milhares de pastores dessas igrejas não são todos necessariamente de direita e desempenham um papel importante. Na medida em que o Estado deixa de aparecer em algumas regiões, eles ali vão criando redes de apoio mútuo de solidariedade que são muito importante. E aí você oblitera uma dimensão da realidade fundamental para ficar lá com seus próprios preconceitos. Esses erros todos foram se acumulando e corroendo as bases eleitorais das esquerdas, enquanto Bolsonaro foi muito rápido em constituir alianças, tanto do ponto de vista da luta contra a corrupção quanto do ponto de vista da luta pela segurança e também articulou o apoio do capital financeiro junto com o Paulo Guedes. A vitória de Bolsonaro não estava dada, ela foi construída, apoiada nas grandes tradições autoritárias, mas também na progressiva corrosão da confiança no sistema político, na grande conjuntura, e, finalmente, na curta conjuntura. É da união dessas três dimensões que podemos entender porque esse homem tão tosco e absurdamente grosseiro assumiu a Presidência da República.



O então presidente

Lula participa do lançamento da Record News com o pastor Edir Macedo em 2007/Divulgação

Até que ponto uma derrota de Donald Trump na eleição presidencial deste ano nos Estados Unidos pode impactar os governos autoritários pelo mundo e, especificamente, o governo Bolsonaro no Brasil?

Nós estamos vivendo desde os anos 1960 um processo profundo de desestruturação geral da economia, da sociedade, da cultura, da política, a revolução digital, da informação. Outro dia o Márcio Pochmann (economista, ex-presidente do Ipea) dizia que o Brasil de uns 40 anos pra cá mudou completamente. Ele começava com a análise do berço operário do Lula, lá no ABC Paulista, e que hoje desapareceu. Aquelas empresas já foram quase todas elas robotizadas, ou migraram para outros lugares. Essa revolução digital está desestruturando tudo. As pessoas sentem o chão tremer, vacilar, e esse é um processo mundial que está favorecendo em toda parte o crescimento de tendências autoritárias porque elas crescem nessas ocasiões de desespero, de desesperança, de crise de identidade. Você tem milhões e milhões de pessoas jogadas no desespero, e essa gente tem um potencial grande de apoiar os líderes salvacionistas, que aparecem em toda a parte, às vezes até responsabilizando o capital financeiro, os plutocratas, responsabilizando a riqueza, os comunistas, qualquer coisa, de modo a que você tenha ali uma tábua de salvação. O crescimento das governanças autoritárias é um fenômeno mundial e o Trump está nesse contexto e, ele ganhando, potencializa enormemente o contexto em função da importância dos Estados Unidos. Bolsonaro é a expressão radical desse processo aqui no Brasil e isso se vê na sua atitude muito dependente, sabuja mesmo, com o Trump. Essa coisa de bater continência à bandeira norte-americana, de estar sempre ali adulando o Trump, de uma maneira até constrangedora... Evidentemente uma derrota do Trump vai ter um impacto bastante positivo para as forcas democráticas em toda a parte agui da América Latina e do Brasil em particular.

O sr. acha que as esquerdas ainda vivem a "utopia do impasse" como no começo da ditadura de 1964, quando apostavam que o regime militar não ia se sustentar, que estava fadado a cair. Muitos setores da esquerda hoje parecem pensar assim sobre o governo Bolsonaro, como pensaram antes sobre o governo Temer.

Quando formulei essa ideia da "utopia do impasse" foi muito para entender aquela esquerda que a gente tinha e que se formou logo depois do golpe de 1964 e que foi uma esquerda que passou a alimentar um ceticismo muito grande a qualquer hipótese de mudança na ditadura que não fosse na luta armada. A ideia que a gente tinha, e <u>eu fui um militante daquela época</u>, era de que a ditadura tendia a piorar cada vez mais. Nesse sentido, quando veio o <u>Al-5</u>, até a gente achou que estávamos certos e que ia piorar. Mas não vimos ali duas coisas, que aquele sistema podia sim evoluir em outras circunstâncias e, segundo, que a sociedade, as camadas populares, principalmente, não estavam a fim de nos acompanhar no enfrentamento armado. A gente não teve essa sensibilidade. A ideia que a gente tinha era a de que o povo estava nos cascos, pronto a nos acompanhar se houvesse uma ação de vanguarda. Foi um raciocínio completamente equivocado e por isso nós pagamos caro.

E no caso do governo Bolsonaro?

Às vezes me impressiona muito essa obsessão com Bolsonaro. Ela é uma imposição das circunstâncias, mas às vezes as esquerdas ficam muito a reboque disso, sempre comentado a última do Bolsonaro, quando a gente tem

que investir na recomposição das forças democráticas, na recomposição das alianças e da formulação de um programa alternativo ao Bolsonaro. Todo mundo fala em derrubar o Bolsonaro, mas para fazer o que exatamente? Para voltar o lulismo? Para voltar aquela política de ampla conciliação de classes da esquerda petista? Para voltar a aquelas alianças com as forças do atraso? As forças democráticas têm que apresentar um programa que seduza a população. A população hoje está aí encurralada com a pandemia, mas mesmo assim é impressionante como Bolsonaro mantém 30% de apoio da população. Você tem que apresentar uma alternativa. Tudo bem, é preciso denunciar o Bolsonaro, mas o que é que a gente tem a dizer de novo, de alternativo?

O sr. acredita na capacidade dos partidos de esquerda de formularem essa alternativa?

Eu me pergunto é se os partidos políticos de esquerda vão ser capazes disso. Eu estou cada vez mais achando que é da chamada esquerda social que a gente deve esperar um movimento decisivo. A minha esperança vai mais é para que a sociedade civil, fóruns, articulações da sociedade civil, comecem a se formar, porque elas terão uma credibilidade muito maior do que os partidos de esquerda, que estão muito envolvidos no calendário eleitoral, nesses conchavos. A minha esperança é que venham articulações para defender a educação pública, para defender a ciência, políticas alternativas para enfrentar as desigualdades. Esse é o desafio das esquerdas e eu sou cético das possibilidades dos partidos, a chamada esquerda de Estado. Ou a esquerda social vai formular e implementar essas alternativas ou então nós estamos mal. Essa é minha esperança em relação às esquerdas.

O que acha do modus operandi de Bolsonaro? Ele está sempre tensionando as instituições, promovendo uma retórica de que o Executivo está tendo seus preceitos constitucionais invadidos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Congresso Nacional. Chegou a dizer que ele é a Constituição e que detém o apoio das Forças Armadas. Está em curso um autogolpe? Nos moldes de um Estado de direito autoritário, como o sr. apontou no primeiro momento do regime militar de 1964, antes da fase da ditadura escancarada?

Você vê essa perspectiva em muitos lugares do mundo. Na Rússia, na Hungria... As lideranças autoritárias, sem golpear a Constituição, às vezes vão mudando as coisas... Você veja que o primeiro-ministro da Hungria (Viktor Orbán) conseguiu passar no Parlamento, onde ele tem maioria, um decreto que prorroga por tempo indeterminado os plenos poderes. Ele não mudou a Constituição, mas aprovou medidas que acabam concentrando nas suas mãos muito poder. Acho que a gente está arriscado realmente a viver isso. A democracia no Brasil está em risco. Bolsonaro está fazendo no Brasil muitas coisas nesse sentido, de emparedar as outras instituições, sempre com esse argumento, que é o argumento que ele vai usar na campanha eleitoral de 2022, de que "eu quis fazer mas não deixaram...". Os líderes salvacionistas sempre recorrem a essa coisa. Como eles são eleitos na base de um programa muito simplista, que não funciona, quando se vêm emparedados, eles tendem a esse discurso. Aconteceu com Jânio Quadro, com Collor... Então Bolsonaro vai

utilizar esse tipo de discurso intensamente em 2022, se a gente chegar até lá. "Não me deixaram governar, me deem um voto de confiança" e vai, naturalmente, propor que ele tenha uma concentração de poderes para ele aprovar o que for necessário no Parlamento.



Bolsonaro participa

de manifestação contra o Congresso Nacional e o Supremo em frente ao Palácio do Planalto

Vê a possibilidade de um autogolpe antes das eleições?

Eu penso que, para a conjuntura atual, um golpe ou um autogolpe não seja muito viável, mas se houver uma conflagração social, sim, essa hipótese pode se atualizar. Mas no momento atual eu acho que não. Eu até estou surpreso com isso. Eu imaginava que Bolsonaro ia tratorar o Congresso e o Supremo. E está acontecendo o contrário, você tá vendo que, muito timidamente, tanto o Congresso quanto o Supremo, cortaram as asas dele, para impedir que ele vá mais longe. Naturalmente, ele vai utilizar isso depois: "eu quis fazer e não deixaram." Para vencer esse discurso, as esquerdas estão desafiadas a apresentar um programa alternativo e não apenas denunciar Bolsonaro.

O sr. vê outras ameaças à ordem democrática?

Sim. Eu penso que Bolsonaro constituiu um dispositivo militar, que são as milícias e as paramilícias dentro das Polícias Militares e ele tem ali um apoio muito substancial. Eu estou seguro que esse dispositivo não vai aceitar pacificamente uma alternância de poder. Eu tenho a impressão de que, se Bolsonaro perder as eleições de 2022, essa gente vai partir pra ignorância. Vai partir pra uma explosão semelhante a aquela que as forças de segurança promoveram no final dos anos 1970, tentando impedir o processo de transição no Brasil, explodindo bombas, matando gente... Eu acho que esse dispositivo militar, que não é propriamente o dispositivo das Forças Armadas legais, mas é um dispositivo informal que é muito poderoso, está muito extremado, é muito agressivo e não vai hesitar em partir pra violência. As forças democráticas precisam se preparar para enfrentar isso porque se elas não se prepararem corremos o risco de ver muitas das nossas lideranças ceifadas, assassinadas,

porque não tiveram a sabedoria de se precaver. Você vê muitas vezes o discurso dessa gente nas redes sociais. É um pessoal truculento, agressivo e tá muito autoconfiante. Tem armas na mão e, provavelmente, vão usá-las se não forem dissuadidos.

O sr. acredita na reeleição de Bolsonaro?

Do jeito que as coisas, vão eu não acredito na reeleição. Eu acho que Bolsonaro está lá com seu núcleo duro, mas tá perdendo gradativamente suas bases, na direita democrática e no centro, e que foram muito pra ele em função do anti-petismo. Mas as forças em torno dele não vão aceitar uma transição democrática tranquila.

E quanto às Forças Armadas? Hoje <u>são nove os militares no primeiro</u> <u>escalão</u> e mais de 2 mil militares nos segundo e terceiro escalões do governo Bolsonaro. Numa situação de confrontação aberta e de possível ruptura institucional de que lado elas vão ficar?

Eu sinto nos próprios especialistas em Forças Armadas uma certa perplexidade. Como aqueles pilotos que estão num vôo cego. Essa característica que você falou aí é verdade, centenas de oficiais do Exército migraram para órgãos de poder, mas isso quer dizer que as instituições vão estar do lado do Bolsonaro, por exemplo, num processo golpista? Nas circunstâncias atuais, eu acho difícil. Agora, também me recinto muito de uma informação minuciosa, mais clara, a respeito de como andam os humores, as tendências das Forças Armadas. A verdade é que a grande maioria dos militares votou em Bolsonaro, mas muito mais animadas pelo anti-petismo e com a expectativa de que elas iriam domesticar o homem. Essa perspectiva hoje está completamente vencida. Bolsonaro já mostrou que ele é incontrolável. Agora, as Forcas Armadas vão ficar a reboque dele? Até quando? Até que limite? Isso é um ponto de interrogação que se coloca aí. Alguns argumentam que mesmo que elas figuem neutras, você pode ter um golpe efetuado pelas milícias. Num padrão boliviano. Lá, as Forças Armadas ficaram nos quartéis, a polícia também. E atuaram as milícias.

Acha possível essa postura no Brasil?

Eu acho que o Brasil é um país muito complexo para isso. Se as milícias atuam, elas vão querer depois ter uma força correspondente e esse é um nó que tem aí entre as forças de apoio ao Bolsonaro porque as Forças Armadas são as forças que detêm formalmente o monopólio das armas e elas estão vendo, nós estamos vendo, crescer esse poder paralelo das milícias, que é um poder armado também e que começa a determinar a vida de inúmeras comunidades Brasil afora. Então eu penso que isso aí é uma contradição que pode implodir a frente bolsonarista.

Existem também divergências do ponto de vista da economia no campo bolsonarista?

A aliança do Bolsonaro com os ultraliberais é muito impressionante porque a tradição das Forças Armadas é nacional estatista. Conversei outro dia com um pesquisador, que tem um estudo sobre as Forças Armadas, e ele me disse que isso se alterou gradativamente. Ele apontou o exemplo do Chile, em que as Forças Armadas fecharam os olhos a um processo ultraliberal porque lhes foi concedido um estatuto particular na sociedade: sistema de saúde próprio, remunerações próprias, gratificações. Hoje, a Constituição do Chile reserva às Forças Armadas um percentual fixo obtido com as exportações do cobre, que é a principal riqueza chilena, e com isso elas mantêm um sistema que as diferencia radicalmente do conjunto do funcionalismo público civil. Esse processo poderia acontecer no Brasil? A reforma da Previdência deu indicação nesse sentido. As mudanças que impactaram no funcionalismo civil preservaram as Forças Armadas, que tiveram inclusive reajustes salariais. A verdade também é que o ultraliberalismo do Guedes ainda não foi à prática, houve a aprovação da reforma da Previdência, à qual ele teve que fazer uma série de concessões, e as privatizações e os avanços da reforma Tributária que ele quer fazer ainda não foram para frente, assim como a reforma administrativa.

E com a pandemia essa agenda pode ficar comprometida, não é?

A resistência a isso fica muito grande. E foi muito impressionante surgir, agora, no contexto da pandemia, esse <u>plano do Pró-Brasil</u>, que é um plano que tem a ver com a tradição nacional estatista das Forças Armadas. Me lembro quando Bolsonaro nomeou Guedes e Moro para o seu Ministério e vozes experientes da política brasileira disseram que era um erro, nomear um ministro que você não possa demitir. Os dois eram vistos como indemissíveis. Um já foi. O Moro. E o outro já é cogitado para ser demitido caso essa política ultraliberal não dê certo. E parece que não vai dar mesmo porque o pós-pandemia aponta em todo mundo para os nacionalistas crescerem e não o ultraliberalismo. Guedes então vai se achar, de repente, numa situação anacrônica porque o programa dele se encaixa no contexto da globalização e a globalização pode sofrer fortes impactos com a pandemia.

O sr. acha a centro-direita vai construir uma candidatura para fazer frente a Bolsonaro em 2022?

Acho que sim. Eles estão manobrando nesse sentido. E têm dois potenciais candidatos, Moro e Dória (João Dória, governador de São Paulo). Os dois já vêm trabalhando nesse sentido. Mas o fato é que a gente não tem um quadro claro do pós pandemia. Estão anunciando aí uma grande crise econômica internacional, com impactos evidentemente no Brasil, e isso vai fazer crescer uma demanda muito grande por Estado. Claro que os liberais vão dizer que não são contra o Estado, desde que o Estado sirva à educação, à segurança, e dizer que eles são contra o Estado que se imiscua na economia, mas essa vai ser uma exigência para enfrentar o pós pandemia. Há muitas variáveis aí que a gente não domina, mas a tendência é o crescimento do Estado e isso é contra o Guedes, contra a linha liberal do Guedes. Eu penso que a centro-direita, sobretudo se Bolsonaro se inclinar para essas políticas estatistas, vai efetivamente tentar jogar uma alternativa. Existem forças muito consideráveis

entre as elites que estão insatisfeitas com Bolsonaro. Aliás, as últimas pesquisas dão uma queda muito grande na aprovação ao governo exatamente nas elites sociais, entre aqueles que recebem mais de 10 salários mínimos. Já Moro vai ficar aí como uma reserva moral a ser acionada e pode realmente ter resultados bem expressivos. Sendo assim, Bolsonaro pode ser empurrado de novo para aquele nicho de 12, 15 e 20%, que é a extrema-direita no Brasil.

LAÉRCIO PORTELA Co-autor do livro e da série de TV Vulneráveis e dos documentários Bora Ocupar e Território Suape, foi editor de política do Diário de Pernambuco, assessor de comunicação do Ministério da Saúde e secretário-adjunto de imprensa da Presidência da República

PARTE IV - MANIFESTOS

UNIDADE ANTI FASCISTA

Caso você ainda não tenha assinado o Manifesto e como o número de pessoas interessadas em assinar o manifesto pela unidade antifascista é muito grande e está crescendo, solicitamos a gentileza de preencher o formulário no link abaixo.

Muito obrigad@!

https://forms.gle/TsEGmcdt4zg5qkB38

Manifesto pela unidade antifascista

Quem valoriza e defende o Estado Democrático de Direito acompanha, a cada dia, a maneira como o país vai sendo empurrado para o abismo, com ameaças seguidas de golpe por parte de Bolsonaro.

O que nos resta de democracia e de respeito constitucional está se esvaindo de forma veloz enquanto o fascismo avança.

Agora, diante da dupla catástrofe – a pandemia e Bolsonaro – e das eleições municipais, não podemos pensar e agir como antes. Não será outra eleição dentro da normalidade democrática.

Por isso mesmo, é imperioso que cada um de nós adie seus legítimos projetos próprios e se abra, desarmado, para uma grande concertação de todas as forças antifascistas, as quais, vale enfatizar, não se esgotam nas esquerdas.

Não é hora de fazer cálculos para 2022, simplesmente porque as eleições de

2022 estão em risco, como as vidas de todos e todas nós pela ameaça de um golpe.

O governo aposta no caos, anseia por saques, desespero popular, estados falidos, Congresso dividido, Supremo chantageado, tudo isso enquanto o fascismo assalta mais e mais as instituições.

As milícias estão a postos, segmentos policiais estão a postos, grupos se armam e setores das Forças Armadas talvez sejam sensíveis a uma eventual convocação do Planalto, mesmo contra a opinião da cúpula militar.

É urgente que cada um de nós reconheça a magnitude do desafio e trabalhe em todos os níveis, em todas as instâncias, para a formação de uma ampla frente antifascista.

Nas próximas eleições municipais é preciso a união de todos e todas em torno das candidaturas capazes de ampliar o movimento democrático e de competir para vencer, em nome da resistência antifascista. A credencial indispensável é o compromisso claro de enfrentar o fascismo em todas as suas dimensões.

Nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, apelamos às lideranças democráticas que se mostrem à altura de nosso tempo e se empenhem na formação de um pacto antifascista.

28/05/2020 Assinam:

Luiz Eduardo Soares - Antropólogo
Silvio Tendler – Cineasta
Flora Sussekind - Ensaísta e crítica literária
Eric Nepomuceno - Escritor
Isabel Lustosa - Historiadora e cientista política.
Chico Buarque – Compositor e escritor
Carol Proner - Jurista

Celso Amorim –Diplomata e ex-ministro de Relações Exteriores e da Defesa Miriam Krenzinger – Professora da UFRJ

> Luiz F. Taranto – Jornalista Tereza Cruvinel – Jornalista

Boaventura Souza Santos – Professor e sociólogo
José Gomes Temporão – Médico sanitarista e ex-ministro da Saúde
Afrânio Garcia – Maître de Conferénces EHESS, Chercheur CESSP
Fábio Konder Comparato – Prof. Emérito da Faculdade de Direito da USP
Renato Janine Ribeiro – Filósofo e ex-ministro da Educação
Gregório Duvivier - Ator, dramaturgo, escritor e poeta
Roberto Amaral – Escritor e ex-ministro da Ciência e Tecnologia
Ennio Candotti – Físico ítalo-brasileiro e Diretor do Museu da Amazônia
Marieta Severo – Atriz, e produtora cultural

Aderbal Freire-Filho – Dramaturgo, ator e Diretor teatral Bob Fernandes- Jornalista

Tarso Genro, advogado, ex-governador do RS e ex-ministro da Justiça.

Marco Aurelio de Carvalho - Advogado

Arnaldo Antunes - Cantor e Compositor

Luiz Jorge Werneck Viana - Sociólogo, PUCRJ.

Caetano Veloso - Cantor e compositor

Paula Lavigne - Produtora cultural

Beatriz Resende- Crítica literária, UFRJ.

Marilza de Melo Foucher - Dra em economia - Sorbonne Paris 3

Flávio Wolf de Aguiar - Escritor, jornalista e prof aposentado da FFLCH/USP

Michel Misse - Sociólogo e prof. IFCS/UFRJ

Liszt Vieira - Advogado e Sociólogo

Ricardo Vieira Coutinho - ex-Governador da Paraíba

Dulce Pandolfi – Historiadora e pesquisadora

Maria Helena Arrochellas – Teóloga

Bia Lessa – Diretora de teatro

César Barreira - Professor Titular da Universidade Federal do Ceará

José Manoel Carvalho de Mello - Prof. Aposentado - UFRJ

Fernando Morais – Jornalista

Sonia Fleury - Dra. em Ciência Política

Silvia Capanema - historiadora, Prof. na Univ Paris 13, Sorbonne Paris Nord; Deputada departamental de Seine-Saint-Denis

Luis Antonio Silva – Sindicalista e Pres. Fed. dos trab. em Telecom-Livre

Vanessa Grazziotin - ex senadora e dirigente nacional do PCdoB

Leneide Duarte - Plon - Jornalista e escritora

Altamiro Borges – jornalista

Joel Zito Araújo - Produtor e Diretor/Casa de Criação Cinem

Ivan Lins - Músico

Antonio Grassi- Ator

Luiz Fernando Dias Duarte - Prof. UFRJ e Pres. Assoc. Museu Nacional

Lucia Murat - diretora de cinema

Marcio Abreu - diretor teatral

Aida Marques - montadora, cineasta e professora da UFF.

Paulo de Moraes - diretor teatral.

Pedro Bricio - ator e dramaturgo

Georgette Fadel - atriz e diretora teatral

Pedro Kosovski - dramaturgo, ator e encenador.

Malu Valle - atriz.

Orã Figueiredo - ator.

Betti Rabetti - teatróloga e professora da Unirio.

José Da Costa - professor da Unirio.

Márcia Zanelatto - dramaturga e roteirista.

Kelsy Ecard - atriz.

Aline Mohamad - produtora teatral.

Ernesto Neto- Artista plástico

Vilma Peres – Historiadora docente/UNIFESP

Adalberto Cardoso - Professor do IESP-UERJ

Laerte Coutinho - Jornalista

Vladimir Sacchetta – Historiador e Pesquisador

Bernardo Ricúpero - Cientista político/USP

Marcelo Ridenti – Prof. Titular Sociologia no IFCH/UNICAM

Marcos Costa Lima – Prof. Depto de Ciência Política da UFPE

Nilton Nunes - Cineasta

Tonico Pereira- Ator

Carlos Eduardo Braga Ferrão - Programador Visual Cruz

Hildegard Angel – Jornalista

Eryk Rocha - Cineasta.

Leonardo Boff - Teólogo

Lígia Bahia – UFRJ e CEBES

Otavio Velho – Antropólogo

Juca Kfouri - Jornalista

Gloria Kalil - empresária e jornalista

Patrícia Birman – professora Titular de Psicologia e antropologia da UERJ

João Trajano Sento-Sé - Cientista político, professor UERJ

Leandro Saraiva - Professor da UFSCar e roteirista

Eliana Sousa Silva- Ativista Social e Professora

Mariana Weigert - professora de Direito Penal e Criminologia

Salo de Carvalho - Professor e Advogado

Pedro Abramovay - Advogado

Marcos Pamplona - Historiador e Professor

Lígia MCS Rodrigues - Física SBPFe Feminista

José Maurício Bustani – Diplomata aposentado

Vicente Guindani - Músico e Geógrafo

Heloisa Buarque de Hollanda - Professora emérita UFRJ

Tainá de Paula- Presid. Relações Institucional IAB- RJ

Ingrid Sarti - Professora Titular de Ciência Política - IFCS/UFRJ

Ana Maria Cavaliere - Faculdade de Educação UFRJ

Márcio Arnaldo da Silva Gomes - Médico

Amir Haddad - diretor teatral

Frederico Lustosa - Professor

Antonio Herculano - Fundação Casa de Rui Barbosa

Moacir Palmeira – UFRJ

Ângela de Castro Gomes – Historiadora

Kátia Gerab Baggio - Profa. de História das Américas - UFMG

Isabel Travancas - professora ECO- UFRJ

Illana Strozemberg- Antropologia, Professora Letras/ PACC UFRJ

Se você quiser participar, por gentileza, preencha os dados abaixo e marque no enviar.

Muito obrigad@! Organizador@s

Acadêmicos da USP: afastar Bolsonaro deve ser uma prioridade https://conic.org.br/portal/noticias/3501-academicos-da-usp-afastar-bolsonaro-deve-ser-uma-prioridade?fbclid=lwAR0D7NzA8FjBL4TfMSRA54KFPmnleDe37lj1MBGgurf-

97EzmGJL9 VzQmg



Professores da Universidade de São Paulo (USP) alertaram, em recente manifesto, que afastar Bolsonaro deve ser uma prioridade para o Brasil. Em um dos trechos do documento, eles afirmam ser "urgente que todas as forças democráticas do Brasil unam-se de vez para dar um basta à escalada do projeto autoritário, colocando o afastamento de Bolsonaro do poder como prioridade número um da agenda. Antes que seja tarde demais."

Leia a íntegra:

I. O projeto bolsonarista e a pandemia

Nas comunidades antigas, costumava-se escolher chefes com poderes excepcionais em duas ocasiões: na guerra e na epidemia. Os romanos chamavam esse poder concentrado de "ditadura". Na época contemporânea, ditadura passou a ser o nome, não de um instrumento de governo passível de ser implementado em contextos de crise, mas de um regime político autoritário, necessariamente resultado de uma usurpação. A coincidência do nome nos lembra uma distinção sutil que o século XX provou fazer toda a diferença, confirmando um velho adágio: "a ocasião faz o ladrão".

A tentativa do presidente Jair Bolsonaro de instrumentalizar a Polícia Federal, que ocasionou a demissão do Ministro da Justiça, é apenas o último elo de uma longa cadeia de um projeto autoritário.

Antes da explosão do coronavírus, o núcleo duro do bolsonarismo vinha lançando as bases de um regime antidemocrático assentado na submissão das práticas de governo à lógica da mobilização permanente — nas redes, nas ruas, nas igrejas e, perigosamente, nos quartéis. Tal mobilização parte do diagnóstico do esgotamento dos espaços de negociação próprios à democracia liberal, mas não no sentido de reformá-la, muito menos substituí-la por mecanismos de democracia direta. Trata-se de uma guinada autoritária que se centra em uma liderança de culto personalista, cujos atos e palavras pretendem simbolizar a verdade, sem qualquer abertura para o dissenso.

Vemos o modelo espalhar-se pelo mundo. Tendo o presidente norte-americano Donald Trump como líder, Bolsonaro e o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán formam alguns dos principais integrantes dessa internacional autoritária de extrema-direita. Orbán usou a crise do coronavírus para obter poderes excepcionais, representando o experimento autoritário furtivo mais bem realizado até agora. Diz-se furtivo, nos termos de Adam Przeworski, porque não decorre de um golpe de Estado, mas implementa-se aos poucos, alicerçado na letra da lei, e conduzido por líderes democraticamente eleitos – semelhante, aliás, à maneira pela qual determinados regimes fascistas ascenderam ao poder, como o nazismo alemão.

Ainda candidato à presidência, Bolsonaro dera inúmeras provas de seu projeto autoritário, indo de declarações favoráveis à ditadura militar (1964-1985) ao encorajamento de execuções extrajudiciais pela polícia; da negativa à legitimidade de adversários políticos a ameaças de golpes de Estado. Uma vez presidente, os ataques ao Estado de Direito continuaram. No final de outubro

de 2019, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, porta-voz informal do presidente, ameaçou editar, em caso de radicalização, um novo AI-5. Um mês depois, o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, repetiu a ameaça. Em janeiro deste ano, o líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (GO), afirmou que a Constituição prevê a suspensão de garantias e liberdades individuais e coletivas em caso de necessidade. Em fevereiro, o motim de policiais militares no Ceará, apoiado indiretamente pelo presidente, representou uma ameaça ainda maior à democracia, com quebra de autoridade militar, esvaziamento do poder de governadores, e demonstração da fidelidade de lideranças dos amotinados a Bolsonaro.

No Brasil pré-pandemia, o pretexto que vinha se formando para o fechamento da democracia era a missão de vencer o inimigo interno, caracterizado como antinacional e anticristão. Aqui se amalgamam um conjunto de estereótipos e preconceitos que perpassam concepções sobre família, sexualidade, gênero, raça, drogas, segurança, educação, cultura, ciência, propriedade privada, relações internacionais e, unindo tudo, o papel do Estado na sociedade e no mundo. Assentado na construção do inimigo doméstico, o projeto bolsonarista de poder impõe uma dinâmica de contínua transformação do país, visando a consolidação de uma sociedade intolerante, violenta, e voltada à preservação e aprofundamento das estruturas historicamente desiguais de poder, status e riqueza.

O horizonte maior do bolsonarismo é a mutação ideológica de setores da sociedade, que passam a operar, sem recalque algum, a partir de profunda indiferença, aversão à solidariedade, e falta de respeito ao próximo. Estamos diante de uma tentativa de revolução conservadora. Essa revolução conta com uma base altamente mobilizada – e, o mais dramático, parte dela armada –, disposta a seguir cegamente os passos do líder. Alicerçado em sindicalismo militar, culto à violência, e glorificação das Forças Armadas e das polícias, Bolsonaro mantém seguidores fiéis nas fileiras dessas corporações, além de nas milícias. Trata-se de um poder que não se pode subestimar.

De que forma a pandemia afeta esse projeto? Na Hungria, a fim de empregar a Covid-19 como pretexto para fechar ainda mais a democracia, Orbán teve que reconhecer a gravidade das ameaças à saúde pública que se abatem sobre o mundo. A adoção urgente de medidas restritivas para frear a transmissão do vírus serviu para que o primeiro-ministro húngaro disfarçasse as ambições ditatoriais. No contexto pandêmico, o parlamento do país, controlado pelo partido de Orbán, aprovou a possibilidade de o primeiro-ministro governar por decreto, cancelar eleições e punir disseminadores daquilo que o próprio Executivo considerasse como informações falsas que pusessem em risco a saúde da população. Ficou claro, ali, que a pandemia pode se transformar em

grande ameaça à democracia, por tratar-se de um álibi perfeito para a necessidade de estabelecer um regime de exceção.

Mas a posição de Jair Bolsonaro tem sido, ao contrário, a de negar e esconder os enormes riscos trazidos pela doença. Em um primeiro momento, até mesmo a profundidade do colapso econômico causado pela pandemia foi minimizada: em 16 de março, o ministro da Economia Paulo Guedes ainda declarava que a economia brasileira "poderia perfeitamente crescer 2,5% neste ano". Num segundo momento, o Planalto passou a reconhecer o perigo econômico, porém apenas para atribuí-lo às medidas restritivas tomadas por prefeitos e governadores. Nesse sentido, ao minimizar a pandemia, Jair Bolsonaro abriu mão da possibilidade de tomar ele próprio as rédeas da situação, acumulando poderes excepcionais como Orbán; ao contrário, vem se apresentando como paladino das liberdades individuais, do direito de trabalhar, de ir e vir e, até mesmo, da privacidade dos dados.

Para a perplexidade geral, porém, os sinais de que o horizonte continuava a ser a concretização do projeto autoritário não cessaram em meio ao negacionismo. Em 15 de março, suspeito de portar o vírus, Bolsonaro decidiu misturar-se a manifestantes em Brasília que pediam o fechamento do Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). Alguns dias depois, declarou que decretar tanto o estado de sítio quanto o estado de defesa seria algo "relativamente fácil", coisa de "poucas horas", por meio de "medida legislativa para o Congresso." Se aprovadas pelo Congresso, isso permitiria restringir direitos de reunião, sigilo telefônico e liberdade de imprensa, além de viabilizar busca e apreensão em domicílio sem mandato judicial e até mesmo prisão por "crime contra o Estado". Em 19 de abril, Dia do Exército, Bolsonaro discursou diante de manifestantes pró-intervenção militar em Brasília na frente do QG do Exército, dizendo que não haveria mais "negociação" possível com os patifes (leia-se: Rodrigo Maia e STF, principais alvos da manifestação), e que "agora é o povo no poder".

A escalada contra o Estado de Direito, o negacionismo e a tática de esgarçamento das instituições vêm inflando a oposição ao presidente no Legislativo, no STF e dentro de seu próprio ministério, além de ter provocado perda de apoio ao governo em parte das elites econômicas do país. A garantia por parte do STF da autonomia de estados e municípios para determinarem políticas de isolamento social e as dificuldades para demitir o ex-Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, cujas políticas opunham-se diametralmente à retórica presidencial, sinalizam um contexto menos favorável ao projeto bolsonarista. Do mesmo modo, a saída do ministro Sérgio Moro representa um duro movimento de desconstituição da rede de apoios institucionais que sustentavam o presidente.

Ocorre que o isolamento político e institucional de Bolsonaro funciona para reforçar o mito do "salvador acorrentado", refém de instituições corruptas e antinacionais, permitindo-lhe manter a prática de jogar nas costas de supostos inimigos internos – agora representados especialmente pelos governadores e pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia – a culpa por uma potencial perturbação da ordem pública, enquanto o presidente seria o único preocupado com a defesa do emprego e da renda da população. Com isso, Bolsonaro visa ampliar apoio junto às camadas populares desprotegidas e consolidar sua relação com setores empresariais – como o varejo, por exemplo –, que sofrerão impactos profundos do que deve ser a maior queda anual de PIB de nossa história.

Apesar de ser uma aposta de altíssimo risco, ela poderá prosperar a depender da longevidade e gravidade da crise. Somando-se o culto quase religioso à personalidade de Bolsonaro com o fato de parte significativa dos apoiadores estar armada, concentrando-se nas fileiras inferiores do Exército (cabos, sargentos, tenentes e capitães), nas polícias e nas milícias, temos uma combinação explosiva para contextos de instabilidade e incerteza, ainda mais em se tratando de uma figura cujo projeto é exatamente o de destruir a democracia. Trata-se, em suma, de um projeto de revolução conservadora que é capaz de colocar Jesus Cristo atrás de uma arma e de militarizar nossas escolas.

II. As contradições do bolsonarismo

Mas a pandemia também cria uma oportunidade para os opositores do presidente. Por constituir um inimigo literalmente invisível, o combate ao vírus precisa ser coletivo para ser eficaz. Agir em coletividade, no entanto, representa diluir as divisões com as quais o bolsonarismo opera, com sua desumanização de inimigos internos e sua permanente polarização do bem contra o mal. Daí também o porquê de Bolsonaro negar a existência de uma ameaça à saúde pública, recriando dicotomias que mantenham os adeptos permanentemente mobilizados.

O ponto crucial de seu argumento é: como comparar a morte física de alguns à morte econômica do país, impedido de produzir, trabalhar e sustentar os filhos, que resultaria em número infinitamente maior de mortes? O Brasil está sendo colocado diante de uma escolha falsa: ou a morte física provável ou a morte econômica certa. A terceira e óbvia saída, que recusa o dilema entre a morte econômica e a morte física, envolve minimizar o quanto possível a letalidade do vírus, via isolamento social – este último coordenado com estados e municípios

e amparado por amplo apoio emergencial ao sistema público de saúde –; e atenuar também, na magnitude e no tempo necessários, a perda de renda e emprego, a partir da aprovação de medidas de proteção e de apoio a setores econômicos em colapso.

A adoção do terceiro caminho exigiria o abandono de dois dos principais pilares do bolsonarismo. Para frear o contágio do vírus e evitar o colapso do sistema hospitalar, é necessário valorizar mais do que nunca a ciência e a universidade, deixando de lado o antiintelectualismo que está na essência, sobretudo, da ala olavista. Para preservar ao máximo a renda da população durante a fase de isolamento e impedir uma depressão da economia após o controle da pandemia, é preciso pôr fim ao fundamentalismo de mercado que ajudou a eleger Bolsonaro. Essa questão não precisou ser enfrentada, por exemplo, por Viktor Orbán na Hungria, que une à plataforma autoritária uma forte oposição ao neoliberalismo e à globalização.

Para eleger-se presidente em 2018, ao invés de culpar estrangeiros pela perda de empregos, como fizeram líderes de extrema direita em países do Norte global, Bolsonaro aproveitou-se da frustração crescente da população com a piora das condições de vida desde 2014-16 para reforçar o senso comum de que a corrupção do establishment político – e da esquerda, em particular – teria sido a responsável pela recessão econômica. Para a economia voltar a crescer, seria necessário, portanto, livrar-se do próprio Estado em suas diversas esferas de atuação, exceto a da segurança e encarceramento.

Em meio à crise atual, que requer mais do que nunca a atuação do Estado, o governo se vê em uma encruzilhada. De um lado, se não abandonar o fundamentalismo de mercado, terá de lidar com a perda de popularidade entre os mais afetados pela crise. De outro, ao mudar radicalmente o discurso na economia, expõe contradições intestinas. Assim, o que estamos vendo são tentativas de fazer um pouco de cada.

Em uma mudança improvisada, mas substantiva, ao ser pressionado por projetos aprovados a toque de caixa pelo Congresso, o governo acabou implementando medidas radicalmente contrárias ao DNA neoliberal, entre as quais a concessão de vultosos recursos para o programa de renda básica emergencial, o pagamento de parte do seguro-desemprego para trabalhadores com redução de jornada, a desoneração de diversos setores econômicos, e a oferta de linhas de crédito subsidiado para empresas em dificuldade. No último dia 22 de abril, sem a presença de nenhum representante do Ministério da Economia, o Ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, anunciou um plano de recuperação econômica de R\$ 30 bilhões em investimentos em infraestrutura até

2022. De outro lado, apesar das importantes mudanças, a equipe econômica mantém o discurso neoliberal de que serão necessárias reformas estruturais, cortes agressivos de despesas e privatizações no contexto pós-pandemia.

No caso do pilar antiintelectual, a resposta foi menos ambígua. O presidente recusou-se por completo a valorizar a ciência e a apoiar as medidas de isolamento, optando, em sua qualidade de chefe de Estado e de governo, por uma verdadeira sentença de morte aos grupos de risco. Ao mostrar-se indiferente à tarefa de proteger os cidadãos contra a ameaça da morte, Bolsonaro rompe com o princípio basilar do pacto social e com a justificativa da existência do próprio Estado: a garantia do direito à vida.

As informações que surgem a cada dia sobre a dinâmica de espraiamento da pandemia, a natureza da doença produzida pelo coronavírus e as terapias eficazes para tratá-la ou preveni-la ainda precisam ser submetidas ao método científico de verificação e refutação empíricas – algo que requer tempo e cautela. Entretanto, com base no que já aconteceu em outros países, acumulam-se evidências sobre o grau de letalidade da Covid-19 e a grande variedade dos grupos de risco. No contexto em que a realidade tende a se impor sobre teorias conspiratórias com a força persuasiva do número de mortos e doentes, o modus operandi típico do bolsonarismo arrisca-se a perder força.

Há também fortes evidências de que os mais pobres serão muito mais afetados, não só pelo maior número de contaminações (transporte público, número de pessoas no domicílio, falta de acesso a saneamento, dificuldade de manter o isolamento sem perda excessiva de renda ou emprego), mas também pela maior gravidade dos casos pela incidência de comorbidades. A desigualdade no acesso à saúde é abissal: quase cinco vezes mais leitos de UTI por 10 mil habitantes na rede privada do que no SUS. Ou seja, os mais vulneráveis à morte econômica também são os mais vulneráveis à morte física, o que pode fazer das pressões por menos desigualdade uma questão de sobrevivência.

Nesse sentido, é na profunda indiferença do bolsonarismo ao direito à vida que jaz seu calcanhar de Aquiles em contexto de pandemia. Esta fraqueza merece toda a atenção dos setores democráticos, uma vez que pode ser convertida em fator poderoso para barrar o projeto autoritário e retirar seu chefe da presidência. A solidariedade e o espírito de comunidade que se formam em torno da experiência coletiva do adoecimento representam a antítese dos afetos típicos da onda neofascista.

A pandemia vem desencadeando uma coordenação de esforços de solidariedade que confronta diretamente o profundo descaso social do governo. Um caleidoscópio de movimentos com foco na assistência de áreas periféricas das grandes cidades ganhou força, especialmente na região metropolitana de São Paulo, a maior do país e a mais afetada pelo vírus até aqui em termos absolutos. Alguns desses grupos são antigos, outros nasceram do próprio acontecimento ou da união de movimentos populares pré-existentes. Todos, porém, do G10 Favelas ao UNAS Heliópolis e Região, do Movimentos Populares Contra o Covid-19 à Campanha Jd. Ângela Contra o Covid 19, articulam-se pelas redes sociais, com a ajuda de voluntários – religiosos e laicos – que atuam in loco nas periferias, formando uma linha de frente tão importante contra a crise quanto aquela constituída por profissionais de saúde em hospitais.

A constituição das experiências vinculadas à dependência mútua e à vulnerabilidade tem o potencial não somente de quebrar a polarização entre patriotas e inimigos da nação, mas também contêm, em seu germe, a própria negação da lógica de esvaziamento da capacidade estatal de atuação e de mobilização de recursos, indo ao encontro, a partir da base da sociedade, das políticas de cunho social recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional e das novas formas de "governar" suscitadas pela pandemia. As iniciativas de solidariedade podem se constituir no embrião de uma nova agenda de combate político.

É fácil perceber o potencial de mobilização que há aí para tornar permanentes as medidas de proteção social adotadas durante a fase de combate à pandemia e para a criação de sistemas efetivos de tributação da renda e do patrimônio dos mais ricos, a fim de distribuir melhor os custos da crise e impedir o retorno das políticas de austeridade. A garantia de recursos para a saúde pública, pesquisa científica, saneamento básico e outras áreas que a pandemia torna prioritárias exigirá também a mobilização intensa da sociedade civil em torno da revisão do teto de gastos. Certamente essas demandas enfrentarão forte resistência dos adeptos do Estado mínimo, mas o contexto engendrado pela agressividade do novo coronavírus abriu espaço para a construção de uma agenda efetiva de transformação social, que deve servir como pilar na luta da sociedade contra o autoritarismo.

III. A hora da decisão

O problema é que ao provocar o que pode se tornar a maior crise econômica da história do capitalismo, em meio ao grande número de óbitos derivados diretamente do vírus, o coronavírus ameaça, também, produzir um ambiente turbulento e propício aos ataques contra a democracia. Uma liderança

autoritária, como a do atual presidente, vai se lançar a todo o tipo de aventuras, usando os piores estratagemas — desde doses cavalares de desinformação e cortinas de fumaça até a instigação de violência contra "inimigos". Bolsonaro é o tipo de figura que não economiza no hábito de apontar o dedo e linchar "culpados", insuflando seguidores a destruir os obstáculos que estariam mantendo o "mito" acorrentado e que o impediriam de governar para o bem da nação. Tudo em meio a uma malta armada e fanática. Alguém duvida de quão trágica poderá ser essa história se nada for feito para barrá-lo?

Dado que a pandemia abriu janelas de oportunidades para os setores democráticos, expondo as contradições desse projeto nefasto, é esta a hora de agir. Nunca estivemos tão próximos do precipício, como deixa evidente o discurso de Bolsonaro no Dia do Exército, quando nem se deu ao trabalho de disfarçar sua disposição para golpear mortalmente as instituições democráticas. Não há como imaginar que os fanáticos que o seguem se restringirão ao plano da retórica, furtando-se de sacar as armas caso sejam convocados a salvar aquele que cegamente idolatram. Editoriais de jornal, admoestações, "broncas", sermões edificantes, mesmo as resoluções de contenção dos demais poderes constitucionais, nada disso terá o dom de os dissuadir. Aliás, quanto mais essas manifestações se repetem sem trazer consequências, mais perdem autoridade.

Só um gesto contundente e decisivo poderá alcançar aquilo que as palavras apenas não são mais capazes de obter. Sabemos que setores conservadores e liberais, predominantes no Congresso Nacional, e importantes em vários setores da sociedade civil, hesitam em dar esse passo e ainda buscam modos de evitar o confronto incontornável. A eles, lembremos o que disse o então parlamentar Winston Churchill sobre a estratégia dos governantes de seu país, à época liderados pelo também conservador Neville Chamberlain, a fim de apaziguar Hitler no contexto imediatamente anterior à eclosão da 2ª Guerra Mundial: "Preferem perder a honra a ter a guerra. No fim, perderão a honra e terão a guerra". Só que com uma diferença: terão a guerra em condições piores.

Quando a pandemia mostra de modo cru a face desumana e violenta do bolsonarismo, é urgente que todas as forças democráticas do Brasil unam-se de vez para dar um basta à escalada do projeto autoritário, colocando o afastamento de Bolsonaro do poder como prioridade número um da agenda. Antes que seja tarde demais.

André Singer, Professor Titular do Departamento de Ciência Política da USP

Christian Dunker, Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP

Cicero Araújo, Professor Titular do Departamento de Ciência Política da USP

Felipe Loureiro, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da USP

Laura Carvalho, Professora Associada do Departamento de Economia da USP

Leda Paulani, Professora Titular do Departamento de Economia da USP Ruy Braga, Professor Titular do Departamento de Sociologia da USP Vladimir Safatle, Professor Titular do Departamento de Filosofia da USP

Créditos da foto: Arte/Carta Maior

BASTA!

BASTIÃO DEMOCRÁTICO

Juristas dizem "basta" a Bolsonaro em manifesto contra ofensivas à democracia - 30- maio 2020











30 de maio de 2020, 11h16

Fábio Rodriques Pozzebom / Agência Brasil

Um grupo de juristas e advogados se organizou para lançar neste domingo (31/5) o manifesto "Basta" contra ataques do presidente Jair Bolsonaro às instituições.

O documento já tem mais de 670 assinaturas e conta com nomes de peso, como Antonio Claudio Mariz de Oliveira, Dalmo Dallari, Celso Lafer, Marcos da Costa, Mario Sergio Duarte Garcia, Pedro Gordilho, Sebastião Tojal e Cláudio Lembo. Também assinam os textos os ex-ministros da Justiça José Carlos Dias, José Gregori e José Eduardo Cardozo.

O texto afirma que "o Brasil, suas instituições, seu povo não podem continuar a ser agredidos por alguém que, ungido democraticamente ao cargo de presidente da República, exerce o nobre mandato que lhe foi conferido para arruinar com os alicerces de nosso sistema democrático, atentando, a um só tempo, contra os Poderes Legislativo e Judiciário, contra o

Estado de Direito, contra a saúde dos brasileiros, agindo despudoradamente, à luz do dia, incapaz de demonstrar qualquer espírito cívico ou de compaixão para com o sofrimento de tantos".

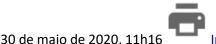
O manifesto aponta crimes de responsabilidade e afirma que o país "é jogado ao precipício de uma crise política quando já imerso no abismo de uma pandemia que encontra no Brasil seu ambiente mais favorável, mercê de uma ação genocida do presidente da República".

O texto afirma ainda que os juristas que assinaram o documento não vão se omitir em cobrar responsabilidade de todos que pactuam com essa situação.

https://www.folhaimpacto.com.br/noticia/5492/lbasta-r-juristas-compram-pagina-inteira-da-folha-e-do-estadao-para-divulgar-manifesto-contra-bolsonaro

BASTIÃO DEMOCRÁTICO

Juristas dizem "basta" a Bolsonaro em manifesto contra ofensivas à democracia - 31- maio 2020



<u>lmprimir</u>









•

Fábio Rodriques Pozzebom / Agência Brasil

Primeira página dos principais jornais de SÃO PAULO

Um grupo de juristas e advogados se organizou para lançar neste domingo (31/5) o manifesto "Basta" contra ataques do presidente Jair Bolsonaro às instituições.

O documento já tem mais de 670 assinaturas e conta com nomes de peso, como Antonio Claudio Mariz de Oliveira, Dalmo Dallari, Celso Lafer, Marcos da Costa, Mario Sergio Duarte Garcia, Pedro Gordilho, Sebastião Tojal e Cláudio Lembo. Também assinam os textos os ex-ministros da Justiça José Carlos Dias, José Gregori e José Eduardo Cardozo.

O texto afirma que "o Brasil, suas instituições, seu povo não podem continuar a ser agredidos por alguém que, ungido

democraticamente ao cargo de presidente da República, exerce o nobre mandato que lhe foi conferido para arruinar com os alicerces de nosso sistema democrático, atentando, a um só tempo, contra os Poderes Legislativo e Judiciário, contra o Estado de Direito, contra a saúde dos brasileiros, agindo despudoradamente, à luz do dia, incapaz de demonstrar qualquer espírito cívico ou de compaixão para com o sofrimento de tantos".

O manifesto aponta crimes de responsabilidade e afirma que o país "é jogado ao precipício de uma crise política quando já imerso no abismo de uma pandemia que encontra no Brasil seu ambiente mais favorável, mercê de uma ação genocida do presidente da República".

O texto afirma ainda que os juristas que assinaram o documento não vão se omitir em cobrar responsabilidade de todos que pactuam com essa situação.

https://www.folhaimpacto.com.br/noticia/5492/lbasta-r-juristas-compram-pagina-inteira-da-folha-e-do-estadao-para-divulgar-manifesto-contra-bolsonaro

Basta!

O Brasil, suas instituições, seu povo não podem continuar a ser agredidos por alguém que, ungido democraticamente ao cargo de presidente da República, exerce o nobre mandato que lhe foi conferido para arruinar com os alicerces de nosso sistema democrático, atentando, a um só tempo, contra os Poderes Legislativo e Judiciário, contra o Estado de Direito, contra a saúde dos brasileiros, agindo despudoradamente, à luz do dia, incapaz de demonstrar qualquer espírito cívico ou de compaixão para com o sofrimento de tantos.

Basta!

A Constituição Federal diz expressamente que são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação e contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais (artigo 85, incisos II e VII).

Pois bem, o presidente da República faz de sua rotina um recorrente ataque aos Poderes da República, afronta-os sistematicamente. Agride de todas as formas os Poderes constitucionais das unidades da Federação, empenhados todos em salvar vidas.

Descumpre leis e decisões judiciais diuturnamente porque, afinal, se intitula a própria Constituição. O país é jogado ao precipício de uma crise política quando já

imerso no abismo de uma pandemia que encontra no Brasil seu ambiente mais favorável, mercê de uma ação genocida do presidente da República.

Basta!

Nós profissionais do direito, dos mais diferentes matizes políticos e ideológicos, os que vivem a primavera de suas carreiras, os que chegam ao outono de suas vidas profissionais, todos nós temos em comum a crença de que viver sob a égide do Direito é uma conquista civilizatória. Todos nós temos a firme convicção de que o Direito só tem sentido quando for promotor da justiça.

Todos nós acreditamos que é preciso dar um BASTA a esta noite

de terror com que se está pretendendo cobrir este país. Não nos omitiremos. E temos a certeza de que os Poderes da República não se ausentarão.

Cobraremos a responsabilidade de todos os que pactuam com essa situação, na forma da lei e do direito, sejam meios de comunicação, financiadores, provedores de redes sociais. Ideias contrárias ao Estado e ao Direito não podem mais ser aceitas. Sejamos intolerantes com os intolerantes.

Ver também:

<mark>Politica Externa</mark> – 30 maio 2020 -

https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/politica-externa-une-adversarios-historicos,e311468fc40b0fc0cfb3f83e726b2c276atold39.html

Ex Ministros da Defesa -maio

2020

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/ex-ministros-da-defesa-

lancam-manifesto-e-rechacam-pedidos-de-golpe-militar-a-favor-de-bolsonaro.shtml

Ex-ministros do Meio Ambiente contra o desmonte de Bolsonaro - Maio 2019

https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2020/05/09/em-carta-oito-exministros-do-meio-ambiente-pedem-a-nao-votacao-da-mp-da-grilagem.ghtml

PARTE V -QUESTÃO CENTRAL DO MÊS:

OS MILITARES E APOLITICA NO BRASIL

ASSISTA: OS MILITARES EA POLÍTICA -Aldo Rebello e Emb. Amorim

https://www.facebook.com/redesoberania/videos/288901631122 0033/?t=641

Apresentação

O EXÉRCITO DE BOLSONARO NÃO É O DE CAXIAS-

Marcelo Pimentel Jorge de Souza

2haet7Spac deoo manmdihihnog nàs sh08fo:3rSeado4huiu · FB May RODA DEMOCRÁTICA

Ué?! Não é o "Exército de Caxias" que paga um dos dois salários do general da ativa?

Ademais, se não quer que as pessoas pensem que um general da ativa num cargo politico de 1a linha está representando o "Exército de Caxias", sair do serviço ativo do "Exército de Caxias" e ir pra reserva seria uma medida indispensável. Melhor ainda, demitir-se.

Mas deveria ter feito isso antes de constranger o comandante do "Exército de Caxias", colocando-a num "dilema" entre negar o pedido de um colega de turma de AMAN - o presidente - ou dar mal exemplo para outros militares da ativa, criando precedentes desconfortáveis e descabidos para seus sucessores.

O "Exército de Caxias" não tem a obrigação de pagar um general-político pra ajudar um amigo pessoal a fazer o que nunca teve vocação nem competência: governar e liderar. Aliás, o Presidente-capitão saiu pela porta dos fundos do "Exército de Caxias" porque mentia e era (ainda é) mal exemplo para todos os militares.

Quem "macula a imagem do Exército de Caxias" é o próprio general, por sua atuação no governo de um Presidente abaixo de qualquer padrão minimamente aceitável, ainda mais porque é ele mesmo - o general - quem está promovendo

verdadeiro "toma lá dá cá" de cargos tanto com o que há de mais corrupto e fisiológico no Congresso quanto com os militares da reserva e da ativa que, aos milhares, aparelham inúmeros cargos em ministérios, autarquias, estatais - se aboletam no governo.

Lugar de general não eh nos palácios luxuosos e nas mordomias. Lugar de general eh comandando tropa, liderando soldados, planejando operações, chefiando e dirigindo organizações militares. No caso de um general do último posto, é dando EXEMPLO. Esse não eh um bom exemplo de emprego para um General de Exército.

Finalmente, o Exército não é "de Caxias", mas do Brasil. Caxias é que foi do Exército.....no IMPÉRIO. Aliás, Caxias eh o patrono do Exército porque foi um General guerreiro e combatente, não porque foi senador e presidente do Conselho de ministros de D. Pedro II 150 anos atrás.

Estamos em 2020, 35 anos após o país sair de uma ditadura militar repleta de generais. Não há lugar histórico para novas aventuras....nem para generais da ativa na política.

O Exército de Caxias não é esse a que o general se refere. Esse, o dele, é o "EXÉRCITO de bolsonaro".

Ex-ministros da Defesa lançam manifesto e rechaçam

pedidos de golpe militar - Maio 2020

Os ex-ministros da defesa Aldo Rebelo, Celso Amorim, Jaques Wagner, José Viegas Filho, Nelson Jobim, Raul Jungmann escrevem um manifesto contra os pedidos por uma intervenção militar em favor de Jair Bolsonaro

17 de maio de 2020, 1 https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/ex-ministros-da-defesa-lancam-manifesto-e-rechacam-pedidos-de-golpe-militar-a-favor-de-bolsonaro.shtml

• .

247 - Os ex-ministros da defesa Aldo Rebelo, Celso Amorim, Jaques Wagner, José Viegas Filho, Nelson Jobim, Raul Jungmann assinaram uma nota em conjunto neste domingo (17) para fazer um alerta às Forças Armadas: "qualquer apelo e estímulo às instituições armadas para a quebra da legalidade

democrática –oriundos de grupos desorientados– merecem a mais veemente condenação"

Sem citar o atual ocupante do Palácio do Planalto, os ex-ministros pedem que os militares sigam a Constituição, que no seu artigo 142 determina que as Forças Armadas só podem ser convocadas a intervir para manter a ordem em caso de anarquia por algum dos Poderes constituídos.

Leia a íntegra da nota:

As Forças Armadas são instituições de Estado com importante papel na fundação da nacionalidade e no desenvolvimento do país. Sua missão indeclinável é a defesa da pátria e a garantia de nossa soberania. Merecidamente, desfrutam de amplo apoio e reconhecimento da sociedade brasileira.

Diante das imensas dificuldades decorrentes da crise imposta pela pandemia do coronavírus, cujos efeitos se alastram, de forma trágica, pelo Brasil, as Forças Armadas cumprem importante papel no enfrentamento das adversidades e na manutenção da unidade e do ânimo da população.

A democracia no Brasil, mais que uma escolha, conforma-se como um destino incontornável, que necessita da contribuição de todos para o seu aperfeiçoamento.

A Constituição estabelece no seu artigo 142 que as Forças Armadas "destinamse à defesa da pátria, à garantia dos poderes constituídos e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Não pairam dúvidas acerca do compromisso das Forças Armadas com os princípios democráticos ordenados pela Carta de 1988. A defesa deles tem sido, e continuará sendo, fundamento de sua atuação.

Assim, qualquer apelo e estímulo às instituições armadas para a quebra da legalidade democrática –oriundos de grupos desorientados– merecem a mais veemente condenação. Constituem afronta inaceitável ao papel constitucional da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sob a coordenação do Ministério da Defesa.

É o que pensamos na condição de ex-ministros de Estado da Defesa que abaixo subscrevemos.

Aldo Rebelo

Celso Amorim

Jaques Wagner

José Viegas Filho

Nelson Jobim

Raul Jungmann

OS MILITARES E A POLITICA NO BRASIL

Paulo Timm - A FOLHA - Torres R\$ 08/15 maio 2020

Desmilitarização - video

http://www.luizeduardosoares.com/portfolio/luiz-eduardo-soares-discute-desmilitarizacaono-dialogos-com-mario-sergio-conti/

Brasil lidera retrocesso global

*

O anúncio de que vários militares acabam de ser chamados a ocupar altos cargos no Ministério da Saúde, sublinha a presença de mais de uma centena Governo deles Bolsonaro no https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militares-devem-assumir-maiscinco-cargos-e-aumentar-dominio-do-ministerio-dasaude,70003294266?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fb clid=IwAR3m SUddUiV62UeuTS0oZIO1XOh8rxExGm4kKIEMeABaVFpKe4bC xzTGgw . Não bastasse isso, há ainda uma poderosa Bancada da Bala, no Congresso Nacional, composta na sua maioria por militares da reserva, que lhe hipoteca integral solidaderiedade. O "civilismo", arduamente defendido por Ruy Barbosa, no começo da República, lamenta e chora. Parece que estamos condenados ao eterno retorno verde oliva. Mas qual a origem desta tendência e quais os riscos que ela implica? O risco maior, nunca antes aqui pressentido, é a da formação de uma Guarda Pretoriana.

A guarda pretoriana (latim: Praetoriani) era o grupo de legionários experientes encarregados da proteção do pretório (praetorium), parte central do acampamento de uma legião romana, onde ficavam instalados os oficiais. Com a tomada do poder por Otaviano, transformou-se na guarda pessoal do imperador, que não raro contra eles se insurgia. Na verdade, a própria criação do Império, com Julio Cesar (140 AC/85 AC), no ocaso da República já se constituiu no primeiro passo para a militarização da vida romana. Cesar, embora de origem aristocrática, era um general e somou forças com sua sucessivas vitórias no campo de batalha. Com o tempo, a sucessão imperial via hereditária foi se esgotando e abrindo espaço político para os generais de turno, até o colapso final em 476 DC. Esse modelo de proteção militar do soberano fez escola. Até hoje, há inúmeros casos de loteamento entre eles das funções de Estado, como técnica de perpetuação de regimes. A fórmula é simples: Criação de privilégios. Cooptação presumida. Funciona.

O maior risco, enfim, do modelo pretoriano é a despolitização da vida pública, num caminho que reduz as possiblidades históricas ao cânone do status quo.

Mas qual a origem do militarismo no Brasil? Curiosamente, me parece que aqui não foi a despolitização da vida pública, mas no fato de que esta jamais se constituiu num caminho verdadeiramente popular para a construção da Política.

No período colonial a vida pública central era um monopólio da Metrópole, enquanto os Senados das Câmaras Municipais fossem, gradualmente sendo ocupados pelo grandes proprietários. Do Império ao fim da I República, em 1930, houve apenas a substituição do Poder Metropolitana pelo Poder Oligárquico, a ponto de que tenhamos tido, na maior parte deste período, um modelo de

liberalismo com a presença do trabalho escravo. Nada de participação propriamente popular na gestão da coisa pública. Para ser preciso, o único segmento popular que o fazia era o militar, sobretudo o Exército, recrutado nos escalões intermediários da sociedade. As transformações sócio-econômicas propiciados pelo café, trariam grandes mudanças estruturais no país, dentre elas o forte crescimento destes segmentos no Rio e São Paulo. Estas mudanças já haviam impulsionado a campanha abolicionista e contribuído à fermentação republicana, sem encontrar eco na vida política do país, salvo o episódio da Proclamação da República. A década de 20 não suportou esta frustração e encontrou nas fileiras do Exército a coluna mobilizadora que clamava por modernização e mudança nos padrões da Política do Café com Leite. Era o "tenentismo", que estourou abruptamente na Revolução de 30 e sintetizou, na figura de Vargas, num projeto, excepcional no Terceiro Mundo, de desenvolvimento nacional autoritário. Consagrava-se, assim, sob o manto civil, a forte presença militar na vida pública do País e foram eles, através de seus institutos qualificados, os artífices dos grandes projetos de siderurgia e energia que sustentaram a passagem do Brasil Rural para um país urbano industrial. Desde então, têm representado um verdadeiro Partido Político auto referenciado como salvador da Pátria, intervindo não raras vezes com poder autoritário para a redefinição dos destinos da Nação.

Agora não é diferente. A diferença é que o Brasil mudou. Detém uma Sociedade Civil vigorosa, dotada de poderosos veículos de comunicação, alta vertebração sindical e associativa, uma Igreja Católica atuante, todos com elevada articulação com um universo de 150 milhões de eleitores, com distintas opções ideológicas, nem sempre afina

das com as concepções militares. Daí a descontinuidade e as apreensões diante da escalada militar do Governo Bolsonaro e que já excluem o Brasil das Democracias Liberais -https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-05/brasil-perdestatus-de-democracia-liberal-perante-o-mundo.html. Quase um século depois da Revolução de 1930, os militares estão defasados e seguer absorveram o sentido da redemocratização. Um observador atento, Augusto de Franco, explica, FB 05 maio 2020:- "É claro que os currículos da AMAN e de outros centros formação de militares têm que ser revistos. Eles saem dessas escolas analfabetos democráticos. Ensinam-lhes noções pedestres de Estado de direito, mas não conseguem vaciná-los contra a recorrência de padrões autocráticos porque eles não aprendem a captar o DNA da democracia. Saem com a cabeça cheia de valores de ordem, hierarquia, disciplina, obediência, comando-e-controle e fidelidade - impostos top down, mas sem a menor compreensão do valor universal da liberdade (não como ausência de coação e sim como oportunidade criar novos mundos por meio da interação horizontal entre humanos). De sorte que, mesmo quando cumprem fielmente a Constituição, os militares o fazem como guardiães de manutenção de uma ordem pregressa (quando a noção de ordem, para a democracia, está baseada na emergência da auto-organização). Seus valores são espartanos, não atenienses e inspiram comportamentos consoantes com a cultura do patriarcalismo dório, não jônio. E é por isso que

têm imensa dificuldade de entender e de aceitar que o papel político dos militares em uma democracia deve ser nenhum."

De tudo isso e por tudo isso, uma conclusão: os militares brasileiros estão despreparados até para honrar líderes como Floriano Peixoto, Rondon e Mal. Lott. Estamos diante de um impasse. Corremos risco...

Xxx

OS MILITARES E A POLITICA NO BRASIL

Paulo Timm org.

Coletânea de artigos recentes para o debate sobre o assunto do COMITÉ DE APOIO À DEMOCRACIA, dia 22 maio 2020

"A questão militar no Brasil hoje"

 $\frac{\text{https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3050998068280229\&set=a.525904760789585\&type=3\&eid=ARAaZpM3ktE}{5YzCYzQtBE9MAQyOg6XeG4KGMI2ulucCZ-Xe_fiN5-}$

CXMBsJJ2ffEYSVIucZepJVDX2eh& xts %5B0%5D=68.ARA9iTHAPiwUk9bQIUJSfyH6LWQSNLbzboP4P3Cm42vMLJEKbxAcWymARCXP1HXqIVqDhyHD7HbH2qZT_Orr9ShkFCI7_7oOlhuH_Y2wasl9pcCd1GEQFVrlbshC1jVIZx7GnfYic3u7AVCqAqkABYrYGbuGese5omwBPqs7MGZK1Y-ispcx0VqJ5lHef7uJStJINJ_ZNiBTVidybacapDwjpqM54vJV_DcAb-D3TAXQJczDjZqRi7Nxq1UjT9B4q5EthlEq2kMxyq7dlK8kcpPa5zxFm_-

Urva3Nypsom7WbeHg9NnM5OStzEA6Kco9DhGlckKxBmoXJp-AkculHy1ZHg& tn =EEHH-R

Aqui vai o link para assistir o Debate: A Questão Militar no Brasil Hoje com os ex-Ministros da Defesa Aldo Rebelo e Celso Amorim, na sexta-feira, dia 22, às 18h. Se puder, compartilhe. https://www.youtube.com/channel/UCy3ilSpq7_s2WpaH28dZ0XA

Aqui vai o link para o debate de 22/V: A questão militar no Brasil hoje.

Inscrevam-se no canal e divulguem o link.

https://www.youtube.com/channel/UCy3ilSpg7 s2WpaH28dZ0XA

ASSISTA: OS MILITARES EA POLÍTICA -Aldo Rebello e Emb. Amorim

https://www.facebook.com/redesoberania/videos/288901631122 0033/?t=641

Indice

O GRANDE MARCO DA QUESTÃO MILITAR RECENTE



OPINIAO.ESTADAO.COM.BR

Limites e responsabilidades - Opinião - Estadão

https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,limites-e-responsabilidades,70003302275?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fbclid=IwAR3oV43zoozDm4wvBp2YvN_0_cEVF90smVH8kqlg3BNEwecowNJOYQ5FSQg 14 MAIO

Renato Janine Ribeiro FB 15 maio

-

Ontem o Vice-Presidente publicou um artigo no Estadão que me fez pensar no golpe de 1937.

Ele critica o Judiciário, o Legislativo, os governadores de estarem tirando poder do Presidente da República. Parece ignorar que numa federação presidencialista o equilíbrio dos poderes é exatamente esse, com limitações recíprocas de uns a outros.

O que me faz lembrar o golpe do Estado Novo é que ele fechou os legislativos, interveio nos Estados e municípios e castrou o Judiciário.

Uma coincidência curiosa é que na época foi invocado um suposto Plano Cohen, cujo autor verdadeiro, que chegaria a general, era também Mourão: Olímpio Mourão Filho, então integralista, que em 1.o de abril de 1964 deu início ao golpe militar.

Resumindo, se estivermos esperando que um eventual impeachment leve à presidência alguém mais democrático, podemos estar em enganados.

Segue o artigo do general Hamilton Mourão:

"Limites e responsabilidades

General de Exército Hamilton Mourão Vice Presidente da República

Com sensibilidade das mais altas autoridades é possível superar a grave situação que vive o País

Antonio Hamilton Martins Mourão*, O Estado de S.Paulo 14 de maio de 2020 | 03h00

A esta altura está claro que a pandemia de covid-19 não é só uma questão de saúde: por seu alcance, sempre foi social; pelos seus efeitos, já se tornou econômica; e por suas consequências pode vir a ser de segurança. A crise que ela causou nunca foi, nem poderia ser, questão afeta exclusivamente a um ministério, a um Poder, a um nível de administração ou a uma classe profissional. É política na medida em que afeta toda a sociedade e esta, enquanto politicamente organizada, só pode enfrentá-la pela ação do Estado.

Para esse mal nenhum país do mundo tem solução imediata, cada qual procura enfrentá-lo de acordo com a sua realidade. Mas nenhum vem causando tanto mal a si mesmo como o Brasil. Um estrago institucional que já vinha ocorrendo, mas agora atingiu as raias da insensatez, está levando o País ao caos e pode ser resumido em quatro pontos.

O primeiro é a polarização que tomou conta de nossa sociedade, outra praga destes dias que tem muitos lados, pois se radicaliza por tudo, a começar pela opinião, que no Brasil corre o risco de ser judicializada, sempre pelo mesmo viés. Tornamo-nos assim incapazes do essencial para enfrentar qualquer problema: sentar à mesa, conversar e debater. A imprensa, a grande

instituição da opinião, precisa rever procedimentos nesta calamidade que vivemos. Opiniões distintas, contrárias e favoráveis ao governo, tanto sobre o isolamento como a retomada economia, enfim, sobre o enfrentamento da crise, devem ter o mesmo espaço nos principais veículos de comunicação. Sem isso teremos descrédito e reação, deteriorando-se o ambiente de convivência e tolerância que deve vigorar numa democracia.

O segundo ponto é a degradação do conhecimento político por quem deveria usá-lo de maneira responsável, governadores, magistrados e legisladores que esquecem que o Brasil não é uma confederação, mas uma federação, a forma de organização política criada pelos EUA em que o governo central não é um agente dos Estados que a constituem, é parte de um sistema federal que se estende por toda a União.

Em O Federalista – a famosa coletânea de artigos que ajudou a convencer quase todos os delegados da convenção federal a assinarem a Constituição norteamericana em 17 de setembro de 1787 –, John Jay, um de seus autores, mostrou como a "administração, os conselhos políticos e as decisões judiciais do governo nacional mais sensatos. sistemáticos serão iudiciosos do aue os **Estados** isoladamente". simplesmente por que esse sistema permite somar esforços e concentrar os talentos de forma a solucionar os problemas de forma mais eficaz.

O terceiro ponto é a usurpação das prerrogativas do Poder Executivo. A esse respeito, no mesmo Federalista outro de seus autores, James Madison, estabeleceu "como fundamentos básicos que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário devem ser separados e distintos, de tal modo que ninguém possa exercer os

poderes de mais de um deles ao mesmo tempo", uma regra estilhaçada no Brasil de hoje pela profusão de decisões de presidentes de outros Poderes, de juízes de todas as instâncias e de procuradores, que, sem deterem mandatos de autoridade executiva, intentam exercê-la.

Na obra brasileira que pode ser considerada equivalente ao Federalista, Amaro Cavalcanti (Regime Federativo e a República Brasileira, 1899), que foi ministro de Interior e ministro do Supremo Tribunal Federal, afirmou, apenas dez anos depois da Proclamação da República, que "muitos Estados da Federação, ou não compreenderam bem o seu papel neste regime político, ou, então, têm procedido sem bastante boa fé", algo que vem custando caro ao País.

O quarto ponto é o prejuízo à imagem do Brasil no exterior decorrente das manifestações de personalidades que, tendo exercido funções de relevância administrações em anteriores, por sentirem desprestigiados simplesmente ou inconformados com o governo democraticamente eleito em outubro de 2018, usam seu prestígio para fazer apressadas ilações e apontar o País "como ameaça a si mesmo e aos demais na destruição da Amazônia e no agravamento do aquecimento global", uma acusação leviana que, neste momento crítico, prejudica ainda mais o esforço do governo para enfrentar o desafio que se coloca ao Brasil naquela imensa região, que desconhecem e pela qual jamais fizeram algo de palpável.

Esses pontos resumem uma situação grave, mas não insuperável, desde que haja um mínimo de sensibilidade das mais altas autoridades do País.

Pela maneira desordenada como foram decretadas as medidas de isolamento social, a economia do País está paralisada, a ameaça de desorganização do sistema produtivo é real e as maiores quedas nas exportações brasileiras de janeiro a abril deste ano foram as da indústria de transformação, automobilística e aeronáutica, as que mais geram riqueza. Sem falar na catástrofe do desemprego que está no horizonte.

Enquanto os países mais importantes do mundo se organizam para enfrentar a pandemia em todas as frentes, de saúde a produção e consumo, aqui, no Brasil, continuamos entregues a estatísticas seletivas, discórdia, corrupção e oportunismo.

Há tempo para reverter o desastre. Basta que se respeitem os limites e as responsabilidades das autoridades legalmente constituídas.

* ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURÃO É VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA"

1.0S MILITARES E A POLITICA NO BRASIL

Paulo Timm

www.afolha.com.br

2.INSERÇÃO DO QUARTEL NA SOCIEDADE: ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA

Pedro Pinho RJ

3.Desmilitarização- L.E.Soares entrevista M.Conti-

http://www.luizeduardosoares.com/portfolio/luiz-eduardo-soares-discute-desmilitarizacao-no-dialogos-com-mario-sergio-

conti/?fbclid=lwAR32iP0VKGc9rrjL3aY6hCdHWP_BssP4NFwbyimVHXTCIZD17ya5cHjGGNE

<u>4</u>H.MOURÃO – POSITIVISTA OU FEDERALISTA – L. Avritzer

https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/hamilton-mouraofederalista-ou-positivista/

5. AONDE MOURÃO QUER CHEGAR

José Alvaro Moisés –

https://jornal.usp.br/radio-usp/artigo-de-vice-presidente-da-republica-adverte-para-risco-de-caos/

6. 'O jogo cifrado do general Mourão'

Christian Edward Lynch, especial para o BR Político

https://brpolitico.com.br/noticias/artigo-o-jogo-cifrado-do-general-mourao/

7.Exclua ou oculte isso – Reinaldo Azevedo

https://www.youtube.com/watch?v=paOJgEJDIVI

8.Em artigo, general Mourão diz à imprensa como ela deve se comportar

Da Redação - https://www.sul21./

9. Mais ressentido, autoritário e insano que Jair,

Mourão publica rascunho de um possível Al-6

PAULO CANNABRAVA FILHO

https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/analise/64710/mais-ressentido-autoritario-einsano-que-jair-mourao-publica-rascunho-de-um-possivel-ai-6?fbclid=lwAR28SIW7Jyn864BBsvdfDzqLYudYaT ioKQZoek-2FwuFohdKuAr94 PQ2g

10. Militares tentam intimidar Celso de Mello

BLOGDACIDADANIA.COM.BR

Para militares, Celso de Mello tratou generais de Bolsonaro como 'bandidos'. Decisão do ministro ordena que os depoimentos dos generais Augusto Heleno, Walter Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos sejam tomados até por 'condução coercitiva' ou 'debaixo de vara'

11.0S ALOPRADOS NO PODER

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fjornalismo.online%2Fos-portoes-do-infernoforam-abertos-aloprados-e-desajustados-liberados-para-promover-ocaos%2F%3Ffbclid%3DlwAR2-

<u>JdXdBveCBmpC6Zatptyemt60oRIwN6u1LjOwkHy5wxPj7tYfGTKmkok&h=AT2OF4OiveZP1gon0Aopm-3MYIrcsZ3jzmmMju_G5lfHWmoQkL6_rJVrJ-</u>

<u>6SOVPsGcpYthD5vJgl37RZww_9nf1z1M3-dyooahHyGG7_vLALP5mzdLFis6MxRHJ-evRAkC8mrl9Fb3UqvxWlJRhyiofV73FYXCDJ</u>

12.CLUBE MILITAR AFRONTA CELSO DE MELLO

https://www.xn--falandodegraa-tgb.com.br/2020/05/clube-dos-militares-responde-em-nota-o.html?m=1&fbclid=lwAR0w5saz_qbzoxk9Ot355gk9iEgNM88h6cV67iFRDC06biyILxVftDgNGa

13.MILITARES NA SAUDE, QUESTÃO DE EFICIENCIA

Fernando Luiz Herkenhoff Vieira –ENT. Gen. Roberto

Peternelli

https://republicadecuritiba.net/2020/05/06/nelson-teich-nomeia-5-militares-em-postos-estrategicos-no-comando-da-saude-questao-de-eficiencia/?fbclid=IwAR2XY7ddV8SBHFHL64y-0wUPXGHnDfycpYjufp2odivsMHFQnltyasGjSv

14.BOLSONARO NÃO CAI

Independênciasulamericana

http://independenciasulamericana.com.br/2020/05/bolsonaro-nao-cai-e-chave-do-cofre-dos-bancos-e-

militares?fbclid=IwAR3wJdDtKKUMtTZAobTEzm5fkwnivfACPldiY4ILn0INWxfgKCqsQTyRF5E

15.Constrangimento dos generais *Míriam Leitão - O Globo*

https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/constrangimento-dos-generais.html

16.A voz da maioria: Somos Democracia

Helena Chagas maio 11, 2020, 13:23

https://osdivergentes.com.br/helena-chagas/a-voz-da-maioria-somos-democracia/

17.HAVERÁ AUTOGOLPE

Não tenhamos ilusões: as Forças Armadas apoiarão, sim, um autogolpe de Bolsonaro.

José Dirceu

https://www.diariodocentrodomundo.com.br/nao-tenhamos-ilusoes-as-forcas-armadas-apoiarao-sim-um-autogolpe-de-bolsonaro-por-jose-dirceu/

18.0 DISCURSO DE MOURÃO Alberto Aggio FB MAIO 2020

19.BABÁS FARDADAs Editorial ESP 10 MAIO Vera Magalhães

https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,babas-fardadas,70003297993

20.0S SAQUEADORES E O MARECHAL TEIXEIRA LOTT

Moisés Mendes 12 Maio, 2020

https://www.blogdomoisesmendes.com.br/os-saqueadores-e-teixeiralott/?fbclid=lwAR0u3pwtb8GwSXfSOFkCxPI7zpchucrdrXt0KlqD041sK8OeLht_Q6cpGMc

"Não há base ideológica para sustentar um golpe militar"

Moisés Mendes 25 maio 2020

http://www.jornalja.com.br/geral/nao-ha-base-ideologica-para-sustentar-um-golpe-militar/

Moisés Mendes

ASSISTA: OS MILITARES EA POLÍTICA -Aldo Rebello e Emb. Amorim

https://www.facebook.com/redesoberania/videos/288901631122 0033/?t=641

21. Censura inédita na Escola Superior de Guerra e carta de Heleno mostram a falta de apreço dos militares pela democracia

Lucas Rezende

https://theintercept.com/2020/05/26/censura-ineditaescola-superior-de-guerra-militaresdemocracia/?fbclid=IwAR0NzSD2qrk_sUGa_hVMKdoVrg H9YtVT9xr6enPRIAPK-tu6FYIDigh0Xig

23.Agora o BolsoMilitarismo se defronta com o contra-poder

https://www.robertomoraes.com.br/2020/05/agora-o-bolsomilitarismo-se-defronta.html?fbclid=IwAR1pxy4b8iFpIIA1-NxhvVjC7iNt4pthjkm7PRwJoK86nb8UQv-jEdG2IY0

BLOG DO ROBERTO MORAIS

24. O MILITAR E A POLÍTICA

General Santos Cruz

https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-militar-e-a-politica,70003317763?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fbclid=lwAR1kvEj80bkEtsmVB3lquBT1shQVqDCVCBlARNqr7CS9zlPtmLA1cB6KcoY



VIDEO DA REUNIÃO MINISTERIAL 22 AB 2020:

Impressões e Análises

Os crimes

nos termo do art. 9.º, 7, da referida lei, configura crime de responsabilidade o Presidente da República "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo".

••

art. 9.°, 3, da Lei de Impeachment: "não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição".

A determinação presidencial configuraria, em princípio, vários crimes de responsabilidade tipificados na Lei n.º 1.079/50: praticar contra os poderes estaduais ou municipais ato definido como crime neste artigo (art. 6.º, 7); intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais (art. 6.º, 8); subverter ou tentar subverter por meios violentos a ordem política e social (art. 7.º, 6); praticar ou concorrer para que se perpetre qualquer dos crimes contra a segurança interna, definidos na legislação penal (art. 8.º, 4); permitir, de forma expressa ou tácita, a infração de lei federal de ordem pública (art. 8.º, 7); expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição (art. 9.º, 4).

Quanta indigência moral na arquibancada do Circo: Gens.(serviçais), Ministros (oportunistas), Moro MJ (mudo), Teich (?!?..).!

Indice

Apresentação Contextual

A terrível distopia de Bolsonaro

https://oglobo.globo.com/economia/a-terrivel-distopia-de-bolsonaro-24427873

Pedro Doria

Existe um Brasil paralelo lá fora. Nele, não existem os muitos estudos científicos que vêm dizendo, nas últimas semanas, que a cloroquina não ajuda no combate ao novo coronavírus. O número de mortes este ano em nada difere dos anteriores. Há caixões sendo enterrados com pedras dentro. As pessoas não morrem de Covid-19, e sim de outras doenças, mas médicos desejosos de inflar os números fraudam as certidões de óbito. E, claro, o Brasil parou por ordem de governadores neuróticos, uma conspiração que inclui gente eleita da centro-direita à esquerda. O fato de que toda a Europa menos a Suécia parou, de que todas as Américas pararam, assim como um bom naco da Ásia, sequer registra. Em geral, damos a este fenômeno um nome: fake news. E é isso mesmo. Mas é hora de incluirmos um segundo anglicismo no debate público: gaslighting. Porque as notícias falsas servem a um projeto maior e mostram como a internet opera para ajudar a sustentar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

O Brasil paralelo não existe. Este é um dos problemas deste governo. Ele trabalha na mentira. E a arquitetura de comunicação baseada em redes sociais facilita a construção desta obra fictícia. Foto: Dida Sampaio/Estadão

Que fique claro: este Brasil paralelo inteiro não é real. É falso, mas é inventado com os requintes daqueles escritores tipo J. R. R. Tolkien, George R. R. Martin ou J. K. Rowling. É isso que está no *Senhor dos Anéis*, em *Game of Thrones* ou *Harry Potter*: a criação de mundos inteiros, com suas próprias histórias internas, para romances de fantasia. Assim, o país dos caixões enterrados com pedras é o mesmo onde uma conspiração marxista tomou as rédeas das artes, universidades e redações. O país em que governadores por algum motivo desconhecido decidem parar propositalmente a economia é o mesmo em que algo chamado "ideologia de gênero" tem por objetivo sexualizar cedo crianças e, sempre que possível, leva-las à homossexualidade.

Cada peça de informação dessas é uma *fake news*. Mas o conjunto forma um universo inteiro que tem sua lógica interna e apresenta uma visão de mundo. Isto é *gaslighting*. O termo vem de uma peça importante do Modernismo inglês, *Gas Light*, escrita em 1938 pelo dramaturgo Patrick Hamilton. No cinema, teve como atriz Ingrid Bergman. A história tem no centro um casal em que o marido manipula psicologicamente sua mulher até que ela começa a duvidar de sua própria memória e percepção.

Como estratégia política de comunicação, gaslighting é a mesma coisa. É a criação de um universo paralelo que, repetido consistentemente, passa a se tornar crível para alguns. Mas o processo não se dá apenas pela criação destas versões, ela inclui também uma técnica de ação que ocorre via redes sociais. Não é complicada: uma pessoa conhecida, com muitos seguidores e que defenda um ponto de vista, é desafiada com um argumento fantasioso. Não é raro que responda com desorientação. Porque não basta um contra-argumento. É preciso questionar toda a premissa que sustenta o desafio, é preciso provar que aquele mundo não existe. Porque esta pessoa tem muitos seguidores, aquele diálogo vai ganhando audiência.

Este Brasil paralelo vem sendo construído pelo escritor Olavo de Carvalho e seus seguidores há bem mais de uma década. Com a emergência das redes sociais, ganhou dinâmica e volume. E quando Jair Bolsonaro cita em suas lives ou comenta nas entrevistas à porta do Alvorada alguma destas histórias, ele só as torna mais plausíveis. Afinal, trata-se do presidente da República. O problema é o seguinte: continua sendo tudo mentira. O Brasil paralelo não existe. Este é um dos problemas deste governo. Ele trabalha na mentira. E a arquitetura de comunicação baseada em redes sociais facilita a construção desta obra fictícia.

Que, com o coronavírus, se tornou uma distopia terrível.

Análises e Comentários

O VÍDEO COMPLETO da reunião 22 abri 2020

https://www.youtube.com/watch?v=nfgv7DLdCqA

https://outline.com/ugUgb7

Principais pontos

O ministro Celso de Mello, do STF, retirou hoje o sigilo do <u>vídeo da reunião do</u>

<u>presidente Jair Bolsonaro com ministros</u> no dia 22 de abril. O encontro foi citado

pelo ex-ministro Sérgio Moro como prova da suposta tentativa de interferência do

presidente na Polícia Federal. <u>Assista a trechos da gravação</u>.

+ <u>'É fácil impor uma ditadura aqui. Facílimo!', disse Bolsonaro durante</u> defesa do armamento da população

- + Coluna do Estadão: <u>Defesa de Moro diz que vídeos comprovam</u> <u>acusações</u>
- + Weintraub: <u>'Botava na cadeia esses vagabundos todos, começando pelo STF'</u>
- + <u>Salles fala em 'ir passando a boiada' em medidas regulatórias durante</u> pandemia
- + Vera Magalhães: <u>Vídeo pode ajudar Bolsonaro com seu público, mas</u>
 <u>agrava crise institucional</u>

O que mais me surpreendeu vendo o vídeo de 22 ab foi a passividade do Min. Justiça. Demonstrou covardia. Saudades do P.Aleixo...

Vídeo mostrou reunião de loucos, impostores, fanáticos, aproveitadores, militares sectários, e uns poucos estarrecidos

Janio de Freitas 23.mai.2020 às 12h27

Ninguém, nem o próprio Bolsonaro, sabia que nele se escondia, até agora, uma vontade stalinista de exterminar fisicamente os ricos e os bem remediados. Sabê-lo foi, a meu ver, o mais importante efeito do vídeo —liberado em decisão retilínea do decano Celso de Mello no Supremo— da reunião de gente do governo. Como ato, a reunião está acima e abaixo de qualquer qualificativo.

A exibição justificou a expectativa, mas não pelo pretendido esclarecimento entre as versões de Bolsonaro e Moro sobre manipulações do primeiro na Polícia Federal. Tivemos o privilégio de ver e ouvir um fato, mais do que sem precedente, sem sequer algo assemelhado no que se sabe dos 520 anos brasileiros.

Foi a reunião de loucos, impostores, fanáticos, aproveitadores, militares sectários, e uns poucos estarrecidos como o então ministro Nelson Teich. E alguém que se divertiu, sem dar descanso ao ríctus irônico, às vezes insuficiente para deter o sorriso —o vice Mourão, um general, ora veja, com senso de humor.

Reprodução de vídeo de reunião ministerial do governo Bolsonaro ocorrida em 22 de abril

A exibição do ambiente de alta cafajestada, enfeitado pelo idioma doméstico de Bolsonaro, seguiu-se a uma sessão preparatória, da lavra do general Augusto Heleno e convalidada pelos generais palacianos. Resumido de corpo e ressentido típico, Augusto Heleno é dos que não falham: onde esteja, sua soma de arrogância e agressividade frutificará em problemas.

Exemplo definitivo: sua única missão propriamente militar levou a ONU ao ato inédito de pedir ao governo brasileiro a sua retirada do Haiti, onde manchou com operações desastradas e numerosas mortes o comando brasileiro de uma força internacional contra a violência local.

A nota de Augusto Heleno contra Celso de Mello e o Supremo é uma dupla consagração da ignorância que nunca deveria estar no generalato. Nesse nível, tomar uma tramitação judicial corriqueira por uma medida "inaceitável e inacreditável", de "consequências imprevisíveis" sobre a "estabilidade nacional", é ameaça criminosa.

Essas consequências silenciadas por covardia resumem-se a uma, que conhecemos. Por um acaso preciso, apenas horas antes da nota obtusa e ameaçadora a Folha trazia este título: "Militares não vão dar golpe no país". Nota e declaração do general Augusto Heleno.

O vídeo não nega, nem reforça, a intenção de manipular a PF, já clara em fatos anteriores e posteriores à reunião. Mas o confessado propósito de proteção policial também para amigos, além de familiares, não é bondade ilegal de Bolsonaro. É necessidade e recado.

Com dois balaços, o capitão PM Adriano Nogueira deixou de ser amizade preocupante, mas para o sumido Fabrício Queiroz, e sabe-se lá para quantos outros, continua a preocupação protetora e mútua. Isso vale vidas, em meios peculiares como milícias, gangues e tráficos.

As vidas que nada valem são outras. "Eu quero todo mundo com arma!", "eu quero todo brasileiro armado!", "eu quero o povo armado!", berrou o chefe aos seus generais impassíveis e paisanos desossados.

Bolsonaro sabe que o povão maltratado, humilhado, explorado e roubado em todos os seus direitos, no dia em que também tivesse ou tiver armas, não teria dúvida sobre o alvo do fogo de sua dor secular. Adeus ricos, adeus classe média alta.

Em quase três décadas no Congresso e ano e meio com o título de presidente, Bolsonaro só teve atos e posições prejudiciais aos assalariados, aos trabalhadores aposentados, aos que sobrevivem do trabalho informal —à larga maioria brasileira, ao povo.

Para isso tem Paulo Guedes na orientação do que pode fazer para destruir os ralos programas sociais, a educação, o arremedo de assistência à saúde. A gana de armar "todo mundo" não vem de insuspeitada e extremada revolta de Bolsonaro com a desumanidade dominante no Brasil. Vem da sua propensão obsessiva para a morte alheia, até mesmo por meio de um vírus.

O desespero de Bolsonaro por certo corresponde à gravidade do que teme, se levadas com decência as investigações que o envolvam e a seus filhos maiores. Daí que a figura de Bolsonaro no vídeo seja a de quem não está longe da implosão.

De tudo o que vimos no video ficará a lembrança do Tati-bi-Teich: "-Onde estou...? O que houve...? Não durou.

O BRASIL NÃO ESTEVE PRESENTE NA REUNIÃO MINISTERIAL

Vivaldo Barbosa - FB mya 2020

Faltou algo na reunião do Ministério de Bolsonaro: o Brasil e o povo brasileiro. Nenhuma palavra, um toque sequer nos dramas, anseios, esperanças e perspectivas para o povo brasileiro. O grande ausente da reunião. Nada sobre o interesse nacional. Nada se extrai da exposição medíocre do general chefe da Casa Civil. Nem sobre o momento dramático do corona vírus, o que fazer, como enfrentar, as experiências exitosas ou sobre os fracassos no mundo inteiro. Agora, sobrou o baixo nível, uma baixaria nunca vista nem nos piores momentos da vida nacional. Dizer que a mediocridade foi geral, ampla e irrestrita é até pouco. As conversas de botequim são mais ricas.

Quem esperava encontrar ali um crime, o ponto central para acelerar a derrubada do Bolsonaro, certamente se frustrou. Não houve crime revelado, embora os criminalistas terão uma palavra mais autorizada. Um ato execrável sobre o ponto de vista político, um despropósito e uma apunhalada na República, ausência das boas práticas republicanas, nenhum gesto de elevação moral. Mas um crime capaz de consequências institucionais mais graves. Moro não teve confirmado tudo que disse que a reunião revelaria, apesar do esforço dos meios de comunicação que sempre o sustentaram. Sairá arranhado do episódio, talvez até destroçado. Muitos vão rever a admiração que nutriram por algumas ações boas que praticou ao condenar poderosos do dinheiro e da política. Usou a magistratura politicamente e foi exitoso neste nível. Agora, o político que quis ser ou que pretenderam que fosse não acontecerá: falta-lhe grandeza, superioridade. Ao que tudo indica, Bolsonaro ganhou a disputa com Moro. Ainda bem. Moro é figura mais perigosa para os destinos do Brasil. Veja que Moro, então Ministro da Justica, ficou calado ao ouvir o Ministro da Educação dizer, ao seu lado, que era preciso prender os Ministro do STF. Papelão. Além das estripulias e baixarias das falas do próprio Bolsonaro, dos Ministros da Educação e Meio Ambiente, merece registro as sandices do Paulo Guedes e dos demais da área econômica. Guedes até disse que leu Keynes, mas não entendeu nada, nada assimilou. Dentre o palavreado chulo dominante na reunião e que lhe caracteriza, o ataque deles ao Banco do Brasil é chocante. Guedes: "Banco do Brasil: é preciso privatizar essa p...já, tá tudo pronto". Confirmado pelo presidente do Banco do Brasil. O presidente do Banco Central disse que o sistema financeiro internacional suprirá. Bolsonaro interveio e disse para guardar o assunto e discutir só em 2023. Enganadores. Querem continuar mentindo e enganando o povo brasileiro e agir só depois da eleição em 2022. Não conhecem, não sabem nada sobre o Banco do Brasil. Isto é, sabem, e querem exatamente apagar o papel que representa na nossa economia e na nossa história. O Banco do Brasil é um dos sustentáculos da economia brasileira, que dá amparo ao empresariado médio e de pequeno porte Brasil afora, está em todos os cantos do país. O Banco do Brasil sustenta a agricultura, inclusive na sua atividade de exportação que gera grandes divisas em moeda estrangeira, o que nenhum outro banco faz. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os Correios, presentes em todo o Brasil, foram fundamentais na sustentação da unidade nacional no Uma grande decepção: o nível dos generais que cercam esse governo. O Brasil e o povo brasileiro não merecem um governo como esse. Parte do povo brasileiro foi entorpecida por erros cometidos no nosso campo e pela mídia tradicional e de internet. Mas está se recuperando e se desgarrando do engano sofrido. Todos temos responsabilidade pelo destino do Brasil e do povo brasileiro.

O jogo político fica mais radicalizado, o conflito mais aberto. O desgaste do sistema de poder montado com a eleição de Bolsonaro aumenta. Bolsonaro daqui pra frente se agarrará nessa poderosa rede social bem nutrida financeiramente que o apoia, especialmente na fabricação de mentiras; parte da mídia tradicional que ele sustenta a partir do Governo; em uma direita tosca que remanesce, incluídos aí setores policias e militares; em um empresariado menos qualificado; setores mais perversos das elites e no apoio de segmentos evangélicos pentecostais, que já raleia. Isto não é suficiente para atitudes golpistas. Nem para ganhar eleições. Esperemos.

Com militância e luta forte de resistência e críticas a tudo que está acontecendo vamos alertar e mobilizar o povo e participar das eleições deste ano e as eleições nacionais em breve. A toda hora nos dão munição. Conteremos os malefícios e recuperaremos todos os direitos do nosso povo e o patrimônio público que estão nos tirando. Esses caras não podem atrapalhar ou prejudicar o Brasil desempenhar o seu papel no mundo de país continental, com sua relação geopolítica na América Latina e África e outras regiões do mundo. O Brasil não pode abrir mão do seu dever de ser polo político e econômico no mundo, dada sua situação estratégica. A mediocridade e a subserviência aos Estados Unidos não podem segurar o Brasil.

Marcelo Pimentel Jorge de Souza - 12 tsSsIhpaonsohred · FB May2020 = Comentário

Vou entrar num terreno polêmico, mas que precisa ser enfrentado, até porque temos um PRESIDENTE incentivando as pessoas a se armarem, alegando que isso é para promover a "DEFESA DA LIBERDADE". Defesa contra quem? Quem estaria atacando a "LIBERDADE" das pessoas? Como estariam fazendo isso? Qual seria a "OPRESSÃO"?

Em termos frios, qual diferença do "pegar em armas p/ combater a ditadura" (anos 60, extrema esquerda) de "pegar em armas p/ garantir a liberdade" (anos 2020, extrema direita)?

- Seriam ambos expressões SUBVERSIVAS já que se voltam contra a LEI? ou
 - Seriam ambos expressões de LUTA PELA LIBERDADE, contra a OPRESSÃO?
- O DIREITO tem suas fontes. Em linhas gerais são: a LEI (ou NORMA), a JURISPRUDÊNCIA e os COSTUMES.

Qual FOI a fonte da "LEI", do DIREITO (a "opressão"), contra a qual lutaram os da esquerda nos 60-70?

Respondo: Atos Institucionais, Constituição outorgada ("LEI" defeituosa), cortes coagidas (Jurisprudência constrangida) e costumes forçados (censura).

Qual é a fonte da "LEI", do DIREITO (a "opressão") contra a qual querem lutar os da direita hoje?

Respondo: Uma Constituição Democrática (LEI - "Estado Democrático de Direito"), cortes independentes (Jurisprudência livre) e costumes liberais (sem censuras).

Quem combateu - e venceu - os "SUBVERSIVOS" (ou DEFENSORES DA LIBERDADE CONTRA A OPRESSÃO) em 1960 está, em certa medida, no PODER hoje! Hoje, o presidente da república quer armar a população INDISCRIMINADAMENTE para "GARANTIR" a "LIBERDADE INDIVIDUAL", mesmo que seja contra a LEI, expressa por decisões executivas e decisões judiciais baseadas no DIREITO.

Em outras palavras, querem combater a LEI (fundada no Estado Democrático de Direito), a "JUSTIÇA" (emanada das decisões de cortes independentes) e os COSTUMES (cuja liberdade e limitações são garantidos por Lei).

NÃO SERIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA UM SUBVERSIVO, PASSÍVEL DOS RIGORES DA LEI?

Quem lutará contra a SUBVERSÃO do PRESIDENTE?

Bolsonaro 7 x 1 Moro

The Intercept Brasil [mailto:newsletter.brasil@emails.theintercept.com]

Leandro Demori -Editor Executivo 23 de maio de 2020

Sergio Moro saiu do governo atirando não por motivos republicanos, mas porque foi traído. Aceitou ser ministro de Bolsonaro porque se via maior que o presidente - e de fato era, em popularidade e aceitação entre a classe média que se mantém minimamente longe da psicopatia. Moro, com a ideia de uma vaga no STF e a garantia de independência no ministério, levou toda a turma de Curitiba. Durou colecionou pouco derrotas. Seu principal projeto, o perigoso 'pacote anti-crime', foi decepado, com aval de Bolsonaro, que sancionou o cargo de juiz de garantias – sob protestos públicos de Moro – e tirou das mãos do ex-herói o Coaf, onde Moro e seus procuradores já costumavam ter um amigo para espiadelas ilegais em contas alheias. Queria um governo seu, paralelo; Bolsonaro pagou com o que se espera: traição. Em depoimento à Polícia Federal, o ex-herói passou oito horas no prédio e pediu pizza. Gerou expectativa de delação premiada, disse que um vídeo confirmaria tudo. A imprensa cozinhou expectativas. E o vídeo não confirma muito. Na verdade, a sequência de frases dita por Bolosnaro durante a reunião o tira, por enquanto, das cordas. Nós sabemos que Jair queria, sim, controlar a PF no Rio para proteger o filho Flávio, mas isso não está absolutamente dado no vídeo Celso Mello de As promessas de Moro foram requentadas ainda mais pela parcela amiga da imprensa. Moro fala, publique-se. É assim, vocês sabem. Mas a montanha pariu Na verdade, enquanto se estapeia publicamente com seu ex-ministro, Bolsonaro usa o episódio para reenergizar a base. Fora as frases escandalosas de sempre - quem se importa se ele fala palavrão? - o vídeo é ouro aos eleitores que ainda não abandonaram a gangue. Tem defesa demagógica do povo, tem palavrão (claro), tem armamentismo, ataque à imprensa e aos prefeitos e governadores, tem mentira sobre liberdade de expressão. Tem muito mais. É o enredo completo destruição do plano extremista de do que resta país.

Gritamos na sala, mandamos áudios indignados pros amigos, mas perdemos a nocão de como se cria de fato uma peça de propaganda positiva no seio do radicalismo da terra plana. Eles já fizeram carnavais em condições muito mais adversas. O vídeo já está sendo usado nas redes, com óbvio sucesso. Ou: vocês acham de frases como que "E o que me fez, naquele momento, embarcar junto era a luta pela ... pela liberdade. Eu não quero ser escravo nesse país. E acabar com essa porcaria que é Brasília. Isso daqui é um cancro de corrupção, de privilégio." Ela foi Abraham Weintraub. por que essa? "São pessoas aqui em Brasília, dos três poderes, que não sabem o que é povo. Eu converso com alguns, não sabe o que é o feijão com arroz, não sabe o que um supermercado. Esqueceu." Ela Bolsonaro. Jair foi dita Ε essa? "Os nossos seringueiros são em números maiores do que a gente imagina no Brasil. Então, tudo que nós fomos construir, nós vamos ter que ver, ministro, a questão dos valores também. A questão, os nossos quilombos estão crescendo e os ... e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. tudo vai ter questão dos valores." Então, que ver Ela foi dita por **Damares** Alves. Os clips já estão sendo espalhados pela internet, mostrando que até mesmo a portas fechadas "o governo está com o povo". É falso, mas funciona. Sergio Moro fez um favor ao bolsonarismo. Quem acha o ex-juiz um gênio estrategista precisa repensar tudo.

Não escrevo isso pra reduzir a importância do que foi assistido pelo Brasil no final da tarde de ontem. Institucionalmente, esse vídeo derrubaria qualquer presidente. Dilma caiu por menos, Collor caiu por menos. Bolsonaro confessou até mesmo uma espécie de aparato paralelo de investigação. É uma guadrilha ilegalmente? grampeando pessoas Isso Disse também que quer armar a população civil para uma guerra contra os demais poderes. É delinquência, e é gravíssimo. Mas tudo depende das instituições brasileiras, que estão mortas sem data para ressuscitar. Não precisaríamos desse vídeo para destituir o governo. Motivos há de sobra sem precisar dessa denúncia esquálida e superestimada do ressentido e minguante Moro. O campeonato segue, e o vídeo pode, claro, ser uma peça importante no desmonte desse horror - um horror do qual Moro fez parte enquanto lhe convinha, lembre-se. Mas o jogo de ontem foi 7x1 pro Jair. As imagens agora espalhadas pelo zap são gasolina para o bolsonarismo. Nem quando poderia ajudar o lavajatismo prestou pra alguma coisa.

Espanto-me com publicações, nas redes sociais, de pessoas esclarecidas, inteligentes e politicamente comprometidas com a Democracia.

As reações mais respondem à sentimentos e vontades que à análise crítica da realidade factual.

Esperavam o quê ? Uma confissão explícita ?
Seria isto factível num cenário permanente de dissimulação de intenções
?

No entanto, apesar do esforço em "dissimilar" as narrativas seguem priorizando fatos que tendo a leitura atenta e necessária comprovam a "real intenção".

O vídeo (horroroso e assustador) expõe muitos pontos a comentar. Me atenho em 1 apenas, a intenção em intervir em caráter pessoal na busca de blindagem.

Em todas manifestações o desespero em "proteger" familiares e amigos (primeira estranheza pois "amigos" não tem cobertura de proteção institucional) manifesta-se com veemência (e uso até de palavões). Mas esta atitude desesperada justifica-se pela insegurança quanto a integridade física (sua própria e de familiares) ?

Por certo que não uma vez que por mérito e reconhecimento, o próprio desesperado promoveu o responsável por esta segurança (GSI/RJ) a General de Brigada. Ora, se desgostoso com seus préstimos que razões teria para promovê-lo ao mais cobiçado posto do Exército?

Desmonta-se aí a falsa narrativa corroborada por Ministros Generais até com a fantasia de que o presidente ao manifestar-se teria dirigido olhares ao Min. Gen. Heleno (responsável pelo GSI). O vídeo mostra o contrário, o olhar foi dirigido ao Min. Moro.

(responsável pela PF). É na PF que tramitam inquéritos que geram desespero .

O vídeo deixou muito claro a quem tem olhos para ver e não tem ouvidos moucos.

Vídeo mostra que Bolsonaro seguirá caminho do golpismo enquanto não for impedido

Presidente e ministros traduzem impulsos autoritários em ataques explícitos, sem nenhum pudor Bruno Boghossian - Folha de S Paulo

Seria uma injustiça afirmar que Jair Bolsonaro flerta com o autoritarismo. O <u>vídeo da reunião ministerial do governo</u> em abril mostra que o presidente e seus auxiliares, mais do que isso, traduzem seus impulsos golpistas em ataques explícitos, sem nenhum pudor.

Os assuntos do encontro eram o coronavírus e os planos para a economia, mas Bolsonaro estava mais interessado em atiçar seu conselho de radicais. Defendeu atropelar outros Poderes, falou em intervenção militar e prometeu armar a população contra seus adversários.

Nas quase duas horas de gravação, <u>aparece em estado bruto a aposta do bolsonarismo</u> na escalada de um conflito com as demais instituições democráticas, com o intuito de acumular um poder quase ilimitado.

O presidente disse que não aceitaria ser alvo de processos "baseados em filigranas" e que haveria "uma crise política de verdade" caso o Supremo tomasse "certas medidas". "Não vou meter o rabo no meio das pernas", desafiou. Quando Abraham Weintraub falou em mandar para a cadeia os ministros do tribunal, ninguém manifestou incômodo.

Bolsonaro não se conforma com o fato de que não reina soberano. Atacou o <u>"bosta desse governador"</u> e o "prefeitinho do fim do mundo" que decretaram medidas de isolamento social. A ministra Damares Alves afirmou que eles <u>deveriam ser presos</u>, repetindo o que parece ser o método favorito do governo para lidar com críticos e adversários.

Atormentado pela limitação de sua autoridade, o presidente passeia pelo terreno da exceção, sem ser incomodado. Exortou as Forças Armadas a reagirem ao que chamou de "contragolpe dos caras" e disse que era preciso armar a população contra seus opositores. No dia seguinte, o governo ampliou em 18 vezes o acesso de cidadãos comuns a munições.

O golpismo é o recurso único de um grupo que nunca teve interesse em seguir a regra do jogo. O radicalismo está enraizado no gabinete presidencial.

Bolsonaro seguirá esse caminho enquanto não for impedido.

Seasiolember proidiostros traduzem impulsos autoritários em ataques explícitos.

WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

Opinião - Bruno Boghossian: Vídeo mostra que Bolsonaro seguirá caminho do golpismo enquanto não for impedido

Presidente e ministros traduzem impulsos autoritários em ataques explícitos, sem nenhum pudor



Reprodução de

Vídeo

Print

O vídeo da reunião de 22 de abril pode ser um libelo contra Bolsonaro

https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/hugo-cavalcanti-melo-o-video-de-22-de-abril-pode-ser-um-libelo-contra-bolsonaro-reduzi-lo-a-discussao-sobre-moro-esurreal.html

por Hugo Cavalcanti Melo Filho*, especial para o Viomundo

23/05/2020 - 19h38 **Hugo Cavalcanti Melo:** FacebookTwitterWhatsAppEmail

A repercussão da divulgação do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril de 2020 é reveladora do grave momento brasileiro.

Os apoiadores de Bolsonaro comemoraram a atuação do "mito" e os opositores, em sua grande maioria, consideraram que a gravação é, na verdade, uma peça publicitária para o presidente, inclusive com vistas à reeleição, em 2022. Estarrecedor.

O injustificável fato de que, num momento de catástrofe decorrente da pandemia de covid-19, não se tenha discutido qualquer plano emergencial para enfrentamento do problema, já seria suficiente para indignar todos os cidadãos, em qualquer lugar do mundo, menos no Brasil.

Mas não ficou nisso. Ao contrário, o que se ouve são críticas pesadas e ameaças de prisão aos prefeitos e governadores que estão adotando providências necessárias e a revolta do Presidente com a causa mortis registrada no atestado de óbito de um policial rodoviário.

Para além disso, o conteúdo do vídeo é gravíssimo. Em menos de duas horas, à primeira vista, diversos crimes de responsabilidade teriam sido praticados pelo presidente e por alguns ministros de Estado, capazes de conduzi-los ao impeachment, o que se evidencia pelo cotejo das disposições da Lei n.º 1.079/1950 com as falas captadas.

Comecemos pela inacreditável vulgaridade demonstrada pelo chefe de Governo e por alguns ministros, de fazer corar o mais libertino dos irreverentes.

Bolsonaro profere dezenas de palavrões e expressões chulas, inclusive para se referir a autoridades públicas.

Comportamento inaceitável em qualquer ambiente civilizado, quanto mais em uma reunião da cúpula do governo.

Mais do que isso, nos termos do art. 9.º, 7, da referida lei, configura crime de responsabilidade o presidente da República "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo".

Os trechos que foram suprimidos por determinação do ministro Celso de Melo, já se sabe, correspondem a ataques do Presidente, do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Economia à República Popular da China.

Acusa-se a China de pretender dominar o Brasil, de haver infiltrado espiões no país, de ser responsável pela pandemia, entre outras coisas.

Ocorre que, nos termos da lei de impeachment, é crime "cometer ato de hostilidade contra nação estrangeira, expondo a República ao perigo da guerra, ou comprometendo-lhe a neutralidade" (art. 5.º, 3).

Independentemente de comprovarem ou não as acusações do ex-ministro Sérgio Moro, aspecto que será definido, a tempo e a modo, pelas autoridades competentes, as falas do presidente revelam, sem nenhuma dúvida, repreensão pública a Moro (e aos ministros militares e chefe do GSI, por razões semelhantes) pelo fato de não ter recebido informações que queria da Polícia Federal, além de demonstrarem a determinação em interferir em estruturas da Administração, para proteger familiares e amigos, com ameaças de exoneração.

Segundo a Lei, é crime de responsabilidade "expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição" (art. 9.º, 4).

Também o é "usar de violência ou ameaça contra funcionário público para coagilo a proceder ilegalmente, bem como utilizar-se de suborno ou de qualquer outra forma de corrupção para o mesmo fim" (art. 9.º, 6).

O presidente assiste ao ministro da Educação qualificar de vagabundos e propor a prisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal e não adota qualquer providência.

A fala do ministro configura, em tese, crime comum e infração disciplinar grave.

A omissão do presidente, na ocasião e depois, configuraria a hipótese do art. 9.º, 3, da Lei de Impeachment:

"não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição".

Na mesma linha, o ministro do Meio Ambiente afirmou que queria aproveitar o momento de pandemia da Covid-19 para passar reformas infralegais, "simplificando normas, de Iphan, de Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, ministério disso, ministério daquilo", relativas à proteção do patrimônio natural, histórico e cultural, todas de status constitucional, e não demonstrou discordância.

De todas as declarações, a mais grave, entretanto, coube ao presidente da República e merece transcrição:

"Por isso que eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Facílimo! Um bosta de um prefeito faz um bosta de um decreto, algema, e deixa todo mundo dentro de casa. Se tivesse armado, ia pra rua. (...)

Aí, que é a demonstração nossa, eu peço ao Fernando e ao Moro que, por favor, assine essa portaria hoje que eu quero dar um puta de um recado pra esses bosta! Por que que eu tô armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! E não dá pra segurar mais! Não é? Não dá pra segurar mais."

(...)

É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado".

Os ditadores a que se refere o presidente são os prefeitos e governadores que decretaram isolamento social, que seria a ditadura.

E a solução apresentada é armar a população para que ela possa se insurgir contra as autoridades municipais e estaduais, ir para a rua e resistir.

O que se propõe, abertamente, é a insurgência armada da população, contra prefeitos e governadores!

A determinação presidencial configuraria, em princípio, vários crimes de responsabilidade tipificados na Lei n.º 1.079/50:

*praticar contra os poderes estaduais ou municipais ato definido como crime neste artigo (art. 6.º, 7);

* intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais (art. 6.º, 8);

*subverter ou tentar subverter por meios violentos a ordem política e social (art. 7.º, 6);

*praticar ou concorrer para que se perpetre qualquer dos crimes contra a segurança interna, definidos na legislação penal (art. 8.º, 4);

*permitir, de forma expressa ou tácita, a infração de lei federal de ordem pública (art. 8.º, 7);

*expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição (art. 9.º, 4).

O fato de quase ninguém haver falado em nada disso é sintomático.

Significa que Bolsonaro conseguiu naturalizar o crime de responsabilidade. É como se a ele fosse permitido fazer e dizer o que bem entende, porque, supostamente, há forças mais ou menos ocultas a suportá-lo.

As instituições democráticas, diferentemente do que se afirma, todos os dias, aqui e ali, não estão funcionando adequadamente.

Prova disso é a nota divulgada pelo general Augusto Heleno, ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ameaçando o Supremo Tribunal Federal (terá sido a enésima ameaça de militares ao STF), caso viesse a ser determinada a requisição do telefone celular do Presidente.

Crime de responsabilidade escancarado (usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício – art. 6.º, 6), praticado por Heleno, pelo ministro da Defesa, ao chancelar a nota e, potencialmente, pelo próprio presidente, ao avisar que não entregará o telefone em nenhuma possibilidade.

Para quem testemunhou o impeachment de uma presidente por suposta "pedalada fiscal", reduzir o conteúdo do vídeo à discussão quanto à comprovação ou não das acusações de Moro (pusilânime, nada disse na reunião em face do que ouviu), tudo parece absurdamente estranho. Surreal.

Hugo Cavalcanti Melo Filho é Doutor em Ciência Política, Professor de Direito da UFPE, Juiz do Trabalho no Recife e membro da Associação dos Juristas pela Democracia.

DAMARES: Se fosse assim tão pudica e defensora da família, o que estava fazendo naquele "púcaro" de DST da reunião de 22 abr

Aldo Fornazieri – Comentario FB 1tS9pogn shoilredtcd · May 2020

Uma reunião de covardes e a esquerda imbecil. Além do que postei abaixo acerca da grotesca reunião ministerial, quero dizer duas outras coisas: 1) Se os ministros concordam com a conduta, os termos e o conteúdo proferidos por Bolsonaro são todos sem dignidade e revelam que são destituído de qualquer senso moral. Se tem alguns que não concordam, são covardes, pois nenhum ser humano digno aceitaria que o

presidente da República se pronunciasse nesses termos; 2) parte importante da esquerda fez propaganda do Bolsonaro ao dizer que a reunião foi feita para ser divulgada e que o Bolsonaro se saiu bem e o Moro se estrepou, coisa do gênero. É a esquerda imbecil. Objetivamente, defende o Bolsonaro. Ficou evidente que ele interferiu na PF. A esquerda que não é imbecil tem que dizer "nem Bolsonaro e nem Moro".



O vídeo da reunião ministerial é catastrófico para Bolsonaro, não o contrário https://www.brasil247.com/blog/o-video-da-reuniao-ministerial-e-catastrofico-para-bolsonaro-nao-o-

contrario?fbclid=IwAR0cjoKejyj0d0UoAm1niUrQRxIOMPQcPlVx B fRF63i MmehEebncnxbk

Gustavo Conde é linguista.

O colunista Gustavo Conde afirma que o ceticismo progressista adere perigosamente à naturalização de Bolsonaro. Ele diz: "o vídeo da reunião ministerial de Bolsonaro é catastrófico para Bolsonaro. É falso que ele sirva de atiçamento das hostes milicianas. É falso que ele represente a autenticidade ideológica do bolsonarismo"

23 de maio de 2020, 12:52 h Atualizado em 23 de maio de 2020, 18:59

Bolsonaro reuniao (Foto: Reprodução)

Muita gente do campo democrático está dizendo que a divulgação do vídeo da

reunião ministerial foi excelente para Bolsonaro, que ele não se comprometeu e

que pode, inclusive, crescer em popularidade.

Daqui do 'chão da fábrica do sentido' (e não da 'diretoria acadêmica' do 'eu sei'),

o que me resta seria tentar explicar por que isso acontece.

Vamos por itens, para ficar mais fácil:

1) Há um tom charmoso de ceticismo nesses enunciados. Quem os ostenta,

portanto, promove um efeito de 'inteligência' no tom de seu discurso. É uma

percepção embolorada de velha, mas o ceticismo ainda causa boa impressão

nas rodas intelectuais:

2) Ser contraintuitivo também é bom marketing. Dá a impressão de que 'você'

rema contra a maré ingênua de seus pares. Os céticos, no entanto, só

esqueceram de que eles é que se tornaram hegemônicos 'nessa' (portanto,

contraituitivos seriam os que realizaram a proeza de se espantarem com o vídeo

da reunião e de entenderem que ele poderia ser prejudicial a Bolsonaro);

3) O trauma nos setores democráticos é tão grande que há manifestações

cíclicas de carência e negação. É como no amor: eu não posso 'me apaixonar

de novo porque já fui enganado uma vez e sofri muito'. É mais simples se

proteger atrás da muralha do derrotismo;

4) Há também razões técnicas para o gesto, por incrível que pareça. A sequência

macabra de falas de Bolsonaro que "não dão em nada" levaria a crer que

continuarão 'não dando'. Razões técnicas, no entanto, também podem estar

erradas (senão não seriam técnicas mas, sim, dogmáticas). Contra estas, em específico, perguntaria: não estão 'dando em nada'? E Celso de Mello? E o STF? E as ameaças múltiplas? E as pesquisas acusando queda de popularidade do governo?

- 5) Claro, o trauma é grande (releia o item 3). Ser obrigado a apostar no STF mais uma vez é quase proibitivo. Mas o que os céticos da esquerda 'inteligente' e premonitória não sabem é que não é preciso 'apostar': basta 'interpretar'. Sobre essa 'amarra' cognitiva da necessidade da crença ou da aposta, eu aconselharia humildemente: não é preciso idolatrar nada nem ninguém para formular boas hipóteses sobre conjuntura política (não é preciso gostar de Felipe Neto para aproveitar alguns enunciados interessantes que ele venha ter a felicidade e a sorte de produzir);
- 6) O risco de se propagar aos quatro ventos com indefectível gozo que o vídeo da reunião ministerial vai ajudar Bolsonaro a se fortalecer politicamente é bastante alto (e eticamente, um desastre): a visão cética 'normaliza' a estratégia de comunicação do presidente genocida. Uma coisa é entender sua estratégia de comunicação, outra coisa é incorporá-la aos pressupostos técnicos de leitura política. Em outras palavras: quem acha que Bolsonaro se deu bem com a reunião e ostenta essa percepção em textos autorais como um alerta heroico à sociedade 'inocente' e 'burra', está cometendo um erro crasso de leitura e um desvio grave de conduta intelectual. Seria preciso ler Hannah Arendt novamente.

O país prossegue confuso em meio ao maior conjunto de catástrofes conjugadas da história. É compreensível que todos estejam 'perdidos'. O colapso é semântico - e quando o colapso é semântico, não há muito o que fazer, senão esperar a história agir, quem sabe tentando acelerar um pouquinho o fechamento do ciclo de horror.

Mergulhamos nesse ciclo gradativamente. Sairemos dele na mesma proporção tensiva (semiótica e histórica).

Lembrando que: sem líder, fica difícil - e desejar uma liderança não é carência (como a carência de se autoproclamar cético para não amar a democracia de novo): é apenas a constatação de como se dão os deslocamentos políticos ao longo da história.

O líder, obviamente, é Lula. Mas para que ele lidere, é preciso fazer o trabalho braçal de lutar contra o antipetismo endêmico que nos bloqueia a todo o momento - e nos embota o pensamento, mesmo os que dele não participam.

O vídeo da reunião ministerial de Bolsonaro é catastrófico para Bolsonaro. É falso que ele sirva de atiçamento das hostes milicianas. É falso que ele represente a autenticidade ideológica do bolsonarismo.

É falso que ele reverbere fundo no coração do brasileiro comum, tão afeito ao "genocídio estrutural e conceitual que nos caracteriza".

Dizer isso é de um prepotência sem limites.

Deixo a sugestão para que se leia mais história e menos 'análises' geniais de progressistas céticos.

Também deixo a sugestão para se conhecer melhor a semiótica tensiva, essa teoria que contempla as acelerações e desacelerações do sentido criada na França, mas adaptada com imensa felicidade por um linguista brasileiro chamado Luiz Tatit.

Essa dimensão teórica explica o processos de "acúmulos políticos" que estamos experimentando. Ela explicaria bastante bem o fato de Bolsonaro estar afundando de maneira acelerada, em meio ao caos político-sanitário em curso.

Ela explicaria, inclusive, a função estrutural do ceticismo progressista (porque este também tem uma função para o desenlace histórico no horizonte, embora não pareça).

Vamos ler um pouquinho mais.

Faz bem e não engorda.







Reprodução

VOCÊ ESCREVE

Parlamentares movem ações contra Damares, Salles, Weintraub e Heleno

https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/parlamentares-movem-acoes-contra-damares-salles-weintraub-e-heleno-integra.html?fbclid=IwAR3-VCS1XpKA9yUXPUjhp52D-7BcKv3wx IRTcZmKxuQbbx9tfM8DKSIL4

23/05/2020 - FacebookTwitterWhatsAppEmailPrint Da Redação VIOMUNDO

Os deputados Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Joênia Wapichana (Rede-RO), Alessandro Molon (PSB-RJ), André Figueiredo (PDT-CE) e o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentaram pedidos para quatro ações a partir da divulgação do vídeo da reunião ministerial do governo Bolsonaro em 22 de abril.

"Não se pode permitir, de forma alguma, qualquer tipo de ameaça contra a democracia. O Ministro precisa se compor e aceitar que está sob a égide do Estado Democrático de Direito. Não há espaço para ameaças às instituições e à

Constituição Federal", afirma o texto da ação contra o general Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Heleno divulgou mensagem afirmando que possível apreensão do aparelho celular do presidente da República poderia ter "consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional" — partindo de um general do Exército da reserva, uma clara ameaça de golpe.

"Nesse sentido, solicitamos a Vossa Excelência que, na qualidade de chefe do Ministério Público Federal, requisite a instauração de inquérito para apurar a licitude do comportamento do Sr. AUGUSTO HELENO, Ministro de Estado, em relação aos fatos narrados na presente representação, tanto sob a ótica de crime comum, quanto de crime de responsabilidade", requisitam os parlamentares ao procurador-geral da República, Augusto Aras.

Os outros três pedidos foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal.

Sobre o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, os parlamentares pedem que seja apurada possível "prevaricação" e "advocacia administrativa".

Já o ministro da Educação, Abraham Weintraub, teria cometido os crimes de "tentar impedir o livre exercício" de um Poder da União (o STF), fazer propaganda de processos violentos e de discriminação racial, incitar à subversão da ordem política ou social e difamar o STF.

A ministra Damares Alves, de acordo com os parlamentares, teria incorrido nos crimes de tentar impedir o livre exercício "dos Poderes da União ou dos Estados", difamação e desobediência.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO, DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ref.: Inquérito nº 4.831/DF

RANDOLPH FREDERICH RODRIGUES ALVES, brasileiro, divorciado, Senador da República, portador da cédula de identidade nº 050360, inscrito no CPF sob o nº 431.879.432-68, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Senado Federal, Anexo I, 9º andar, CEP 70160-900;

FABIANO CONTARATO, brasileiro, casado, Senador da República, portador da cédula de identidade nº 682250, inscrito no CPF sob o nº 863.645.617-72, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Senado Federal, Anexo 2, Ala Afonso Arinos, Gabinete 6, CEP 70160-900;

JOENIA BATISTA DE CARVALHO, brasileira, Deputada Federal, indígena Wapichana, portadora da cédula de identidade nº 90475, inscrita no CPF sob o nº 323.269.982-00, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete nº 231, Brasília/DF, CEP 70160-900;

ALESSANDRO LUCCIOLA MOLON, brasileiro, casado, Deputado Federal, inscrito no CPF sob o nº 014.165.767-70, com endereço profissional no Anexo IV da Câmara dos Deputados, Gabinete nº 304, via S2, Brasília/DF, CEP 70160-900;

Comentárioi Marcelo Pimentel Jorge de SouzaFB MAY 2020

QUE BAITA ECONOMISTA ele É!

Paulo Guedes: Nós sabemos pra onde nós vamos voltar já, já. Tá certo? E se o mundo for diferente, nós vamos ter capacidade de adaptação. Por exemplo: eu já tenho conversado com o ministro da Defesa, já conversamos algumas vezes. Quantos? Quantos? Duzentos mil, trezentos mil. Quantos jovens aprendizes nós podemos absorver nos quartéis brasileiros? Um milhão? Um milhão a duzentos reais, que é o bolsa família, trezentos reais, pro cara de manhã faz calistenia, faz é... fa... né? Aprende ci ... civil. .. organização social e como é que é o? OSPB, né?

M?: (Ininteligível)

Paulo Guedes: Organização Social e ...

Hamilton Mourão: Política.

Paulo Guedes: ... Política, né?

Paulo Guedes: Faz ginástica, canta o hino, bate continência. De tarde, aprende, aprende a ser um cidadão, pô! Aprende a ser um cidadão. Disciplina, usar o ... usar o tempo construtivamente, pô! É ... voluntário pra fazer estrada, pra fazer isso, fazer aquilo. Sabe quanto custa isso? É duzentos reais por mês, um milhão de cá, duzentos milhões, pô! Joga dez meses aí, dois bi. Isso é nada! Então, nós vamos pegar na reconstrução, nós vamos pegar um bilhão, dois bilhões e contrata um milhão de jovens aqui. A Alemanha fez isso na reconstrução. Aí você também quer fazer estrada? Precisa de três, quatro bilhões a mais. Tem um orçamento de oito. Toma aqui seus quatro bilhões. Isso não faz falta. Isso não faz falta. Não é isso o problema. A mesma coisa o nosso ... o problema do jogo lá na ... lá na ... nos recursos integrados.

Paulo Timm Os nazistas fizeram isso, não apenas com soldados incorporados, mas com toda a juventude alemã obrigada a entrar nas fileiras da Juventude Nazista, da qual nem o ex-papa escapou. O mesmo fez o Estado iSLÂMICO a ainda fazem algumas SEITAS RELIGIOSAS ORTODOXAS com meninos desde os 6 anos de idade, para serem soldados da fé. Horror!

O vídeo

Leonardo Sakamoto

"Pode chegar o momento da investigação em que Augusto Aras diga a Jair Bolsonaro que terá que entregar alguma coisa. Weintraub pode ser, então, sacrificado em nome da tranquilidade do presidente." A avaliação é de um dos ouvidos pela coluna na Procuradoria-Geral da República após a divulgação do vídeo da polêmica reunião ministerial de 22 de abril.

Contudo, procuradores veem as falas dos ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, como mais graves do ponto de vista legal e institucional do que a intervenção do ministro da Educação. O azar de Abraham Weintraub seria ter atingido o Supremo Tribunal Federal, ainda mais neste momento delicado.

A gravação, divulgada nesta sexta (22), em meio à investigação que analisa uma possível interferência indevida do presidente da República na Polícia Federal para a proteção de seus filhos e amigos, também revelou ameaças ao ordenamento democrático por assessores de Bolsonaro.

"Eu por mim colocava esses vagabundos todos na cadeia, começando pelo STF", afirmou o ministro da Educação. "Governadores e prefeitos responderão processos e nós vamos pedir inclusive a prisão de governadores e prefeitos", disse a ministra dos Direitos Humanos. "Nós temos a possibilidade, nesse momento em que a atenção da imprensa tá voltada quase que exclusivamente pro covid (...), de ir passando a boiada e mudando o regramento [ambiental e de preservação do patrimônio histórico]", declarou o ministro do Meio Ambiente.

"As três falas são muito ruins. Mas as declarações de Damares, ao incitar ação contra prefeitos e governadores, e Salles, ao propor que o governo reduza regras que dizem respeito à qualidade de vida do cidadão de forma escondida da população usando a pandemia para encobrir são piores", afirma um dos ouvidos pelo UOL. "O problema é que o ministro da Educação ofendeu os ministros do Supremo, o que tem impacto político."

"Weintraub foi tosco e violento. Mas o que Damares e Salles são mais graves. Porém, como o Supremo tem atuado como contrapeso a algumas decisões do governo e autorizado investigações, é a fala dos 'vagabundos na cadeia' que vai ficar", diz outro.

A avaliação na Procuradoria-Geral da República, segundo os ouvidos, é que Augusto Aras está em uma situação muito difícil e terá que dar alguma resposta ao final da investigação. É corrente na instituição que ele almeja a indicação presidencial para a vaga dos ministros Celso de Mello, neste ano, ou Marco Aurélio Mello, no ano que vem, no STF. Mas, mesmo querendo agradar o presidente, que o indicou foram da lista tríplice da Associação Nacional dos Procuradores da República, também não pode ignorar tudo o que aparecer.

(Leia a íntegra do texto no post do blog)

<u> Angelina Peralva – Depoimento FB MAY 2020</u>

Foi um dia cheio. Meu genro Paulinho passou horas na cozinha preparando um bobó de camarão. Tuca fez um bolo de aveia com banana e canela. Pelas dez da noite tive de participar dos parabéns, soprando as velinhas 7 e 0. Depois a Ana guardou as velas, dizendo que os próximos 70 serão os dela. Tia Lena ligou na véspera, com medo de esquecer. Há três dias perguntava "que dia é hoje" e nunca chegava o 22. Todo mundo sabe que detesto aniversários porque sempre penso: menos um. Paulinho explicou que adora aniversários e sempre pensa: vivi mais um. Amigos telefonaram. Outros passaram aqui pela linha do tempo para dizer parabéns, mandar flores, desejar feliz aniversário e muitas coisas boas. Alguns pararam para dois dedos de prosa, lembrando histórias de outros tempos. Muito bom. Obrigada a todos esses queridxs. Mas não foi só isso. Tive dois outros grandes presentes. Um foi a chegada de minha sobrinha Luisa, linda e corajosa, no meio do pandemônio. Outro foi o vídeo da reunião de 22 de abril - presente do Ministro Celso de Mello aos brasileiros. Valeu, ministro! Sei que é impossível pedir que cada cidadão deste país veja a integralidade do vídeo e leia a transcrição completa dessa reunião de pouco mais de duas horas. Mas ouso desejar ao menos que, em cada sala de aula virtual dos cursos de sociologia e ciência política deste país, ver o vídeo e ler sua transcrição integral tornem-se exercícios obrigatórios. O material é de uma riqueza impressionante. A questão que nos levou a ele - a interferência de Bolsonaro na polícia federal para blindar sua família - é apenas uma, frente a mil outras questões, de forma e de fundo, sobre os que nos governam. De forma: há uma extraordinária incompetência de quem filma, de quem opera o projetor de slides - em pleno Palácio do Planalto. como podem ser tão ruins? A Folha de S. Paulo registrou 37 palavrões, o campeão sendo Bolsonaro que teria pronunciado 29 deles. Isso não chega a surpreender. Já se sabia que o presidente eleito por 58 milhões de brasileiros era incapaz de entender a liturgia do cargo. Tudo bem. A meu ver, as questões de fundo são mais importantes. O chefe da Casa Civil, General Braga Netto, pediu a reunião para expor seu plano de saída de crise, o "Pró-Brasil". Interessante descobrir que há três ou quatro cabeças pensantes no meio de gente absolutamente delirante. Ernesto Araujo acredita que o Brasil da póspandemia fará parte dos cinco países que repensarão a nova ordem mundial. Paulo Guedes acredita que investidores internacionais estão ansiosos por vir aplicar dinheiro no Brasil e apoia com entusiasmo o projeto do ministro do turismo de criar resorts no território brasileiro - leia-se puteiros - onde bilionários virão "foder" (citando) à vontade. Dirigindo-se à ministra Damares, que observa que isso é fazer "um pacto com o diabo", ele a tranquiliza: ali "nenhum brasileirinho entrará". Para os "brasileirinhos" desempregados, o ministro da economia do país que repensará a nova ordem mundial preconiza um recrutamento pelas Forças Armadas para construir estradas. Estudarão OSPB para se tornarem "cidadãos" e serão remunerados à base de R\$ 200,00. Quanto é isso? pergunta o Ministro. E ele mesmo responde: não é nada! Paulo Guedes é pornográfico - no seu delírio, na sua incompetência e no seu desprezo pela população brasileira. Jair Bolsonaro sempre foi pornográfico. Incapaz de enxergar além do próprio umbigo, ele ignora o que está sendo discutido. Ignora a pandemia, distila seu ódio contra a imprensa acusada de fomentar o medo, e contra governadores e prefeitos na linha de frente das respostas à população. Ignora as divisões no interior da equipe ministerial em torno das soluções para a crise. E conclama os ministros a molharem a camisa por ele. Sente sua família ameacada. Seus "olhos e ouvidos", seus informantes, lhe dizem que ela está em risco. Mas ele não consegue saber tudo que desejaria pelos canais oficiais. O Jornal Nacional de ontem mostra uma conversa de Bolsonaro com a imprensa, onde ele diz temer uma operação policial na casa de um de seus filhos, onde provas seriam "plantadas". Estava à beira das lágrimas. Tudo isso é degradante. Nesse momento de incerteza radical em que vivemos, será preciso muita coragem e muita solidariedade para enfrentar o que está por vir.

vídeo mostra que B. seguirá o caminho do gospismo

B.Boghossiam

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2020/05/video-mostra-que-bolsonaro-seguira-caminho-do-golpismo-enquanto-nao-for-impedido.shtml?fbclid=IwAR31bi0oQ9Qfqmqfbj8aSHELW_ieg51k4FoM5mP9-oHT_IX2b7IPmHDcnm8

Comentário Paulo Timm

Posso estar enganado- tenho me enganado muito ultimamente! - mas temo mais o CENTRÃO do que as FFAA, que não confundo, aliás, como os amigos do Rei que o cercam e que até estão tentando levar as FFAA à aventura. Haverá um momento de tensão. Quem sobreviver ao CORONA verá...

As falas de Paulo Guedes que o Jornal Nacional escondeu

https://revistaforum.com.br/comunicacao/as-falas-de-paulo-guedes-que-o-jornal-nacional-escondeu/?fbclid=IwAR37IWTaYzX14RPkcdgRxPHCyRuXE-hbP2LRQX-newRWq8EcrCB5H1CODZI

Em sua pauta predatória neoliberal, Paulo Guedes une os desejos econômicos da Família Marinho aos anseios ditatoriais de Jair Bolsonaro e é poupado por ambos



Paulo Guedes (Reprodução/YouTube)

Por Plinio Teodoro

Ouça a matéria clicando aqui!

Na ofensiva contra o governo Jair Bolsonaro comandada por William Bonner e Renata Ceribelli, a Globo poupou o ministro da Economia, Paulo Guedes, nas duas edições – de sexta-feira (22) e sábado (23) – em que detalhou o vídeo da fatídica reunião ministerial de 22 de abril.

A pauta econômica neoliberal capitaneada por Guedes, que inclui desde a venda da "porra" do Banco do Brasil à liberação do turismo sexual no Brasil, passando pela estruturação de um exército bolsonarista pagando R\$ 200 para jovens brasileiros serem doutrinados pelo governo federal, é o fio que une os desejos da Família Marinho aos anseios ditatoriais de Jair Bolsonaro, que também poupou Guedes de interferências em sua pasta.

"Eu tenho poder e vou interferir em todos os ministérios, sem exceção", diz Bolsonaro na reunião, voltando atrás segundos depois. "(Inaudível) com Paulo Guedes. Nunca tive problema com ele. Zero problemas com Paulo Guedes, mas os demais [ministérios] vou [interferir]", diz Bolsonaro.

Embora seja o ministro que mais falou na reunião – até mesmo que o chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto -, Paulo Guedes teve declarações entreguistas e criminosas encobertas pelo Jornal Nacional.

A **Fórum**, no entanto, lista as declarações que passaram pela censura velada da família Marinho.

Venda da "porra" do Banco do Brasil "O Banco do Brasil não é tatu nem cobra. Não é privado, nem público. Então se for apertar o Rubem, coitado. Ele é super liberal, mas se apertar ele e falar: 'bota o juro baixo', ele: 'não posso, senão a turma, os privados, meus minoritários, me apertam' . Aí se falar assim: 'bota o juro alto', ele: 'não posso, porque senão o governo me aperta'. O Banco do Brasil é um caso pronto de privatização". Bolsonaro, então decidiu acionar o presidente do banco, Rubem Novaes, mas Guedes logo interrompeu: "Banco do Brasil a gente não consegue fazer nada e tem um liberal lá. Então tem que vender essa porra logo".

Servidores e as torres derrubadas pela política liberal "Todo mundo está achando que, tão distraídos, abraçaram a gente, enrolaram com a gente. Nós já botamos a granada no bolso do inimigo – dois anos sem aumento de salário".

"E estamos agora no meio dessa confusão, derrubando a última, a última torre do inimigo. Que uma coisa é que nós vamos fazer a reconstrução e a nossa transformação econômica. A outra coisa são as torres do inimigo que a gente tinha que derrubar. Uma era o excesso de gasto na Previdência, derrubamos assim que entramos. A segunda torre eram os juros. Os juros tão descendo e vão descer mais ainda"

Exército bolsonarista com jovens a R\$ 200 "Nós sabemos para onde nós vamos voltar já, já, tá certo? E se o mundo for diferente, nós vamos ter capacidade de adaptação. Por exemplo: eu já tenho conversado com o ministro da Defesa, já conversamos algumas vezes. Quantos? Quantos? Duzentos mil, trezentos mil. Quantos jovens aprendizes nós podemos absorver nos quartéis brasileiros? Um milhão? Um milhão a 200 reais,

que é o Bolsa Família, 300, para o cara. [...] Faz ginástica, canta o hino, bate continência. De tarde, aprende, aprende a ser um cidadão, pô! Aprende a ser um cidadão. Disciplina, usar o ... usar o tempo construtivamente, pô! [...] É voluntário para fazer estrada, para fazer isso, fazer aquilo. Sabe quanto custa isso? É 200 reais por mês, 1 milhão de cá, 200 milhões, pô! Joga dez meses aí, 2 bi. Isso é nada!".

Turismo sexual

"O sonho do presidente de transformar o Rio de Janeiro em Cancún Iá, Angra dos Reis em Cancún. Aquilo ali pode virar Cancún rápido. Entendeu? A mesma coisa aí Es ... é, Espanha. Espanha recebe trinta, quarenta milhões de turistas. Isso aí é uma cidade da Ásia. Macau recebe vinte e seis milhões hoje na ... na China. Só por causa desse negócio. É um centro de negócios. É só maior de idade. O cara entra, deixa grana lá que ele ganhou anteontem, – ele deixa aquilo lá, bebe, sai feliz da vida. Aquilo ali num atrapalha ninguém. Aquilo não atrapalha ninguém. Deixa cada um se foder. Ô Damares. Damares. Damares. Deixa cada um ... Damares. Damares. O presidente, o presidente fala em liberdade. Deixa cada um se foder do jeito que quiser. Principalmente se o cara é maior, vacinado e bilionário. Deixa o cara se foder, pô! Não tem ... lá não entra nenhum, lá não entra nenhum brasileirinho".

Relação com a China

"A China é aquele cara que cê sabe que cê tem que aguentar, porque pro cês terem uma ideia, pra cada um dólar que o Brasil exporta pros Estados Unidos, exporta três pra China. Você sabe que ele é diferente de você. Cê sabe que geopoliticamente cê tá do lado de cá. Agora, cê sabe o seguinte, não deixa jogar fora aquilo ali não porque aquilo ali é comida nossa. Nós tamo exportando pra aqueles cara. Não vamos vender pra eles ponto crítico nosso, mas vamos vender a nossa soja pra eles. Isso a gente pode vender à vontade. Eles precisam comer, eles precisam comer".

"Montamos um comitê de bancos, estamos lá com o Montezano agora fazendo justamente a reestruturação. Não vai ter molezinha pra empresa aérea, pra nada disso. É dinheiro que nós vamos botar usando a melhor tecnologia financeira lá de fora. Nós vamos botar dinheiro, e ... vai dar certo e nós vamos ganhar dinheiro. Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas. Então, nós estamos fazendo tudo by the book, direitinho".

A agenda do manicômio

https://www.sul21.com.br/colunas/marcos-rolim/2020/05/a-agenda-do-manicomio/

Publicado em: maio 24, 2020



Reunião ministerial de

22 de abril. Foto: Marcos Corrêa/PR

Marcos Rolim (*)

A divulgação do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril segue estimulando avaliações de todo tipo. Em muitas, se questiona se, de fato, a reunião produziu a evidência de crime de responsabilidade do presidente; se a referência à segurança era, mesmo, dirigida à Polícia Federal, etc. Esse ponto é evidente. Aliás, o Jornal Nacional da Rede Globo já revelou, em ótimo jornalismo, que Bolsonaro havia promovido mudanças no sistema de segurança pessoal e de sua família no Rio de Janeiro 30 dias antes da reunião, inclusive promovendo o responsável do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no estado. Estava, então, satisfeito com o serviço e não teve qualquer dificuldade de promover mudanças. Onde ele havia encontrado dificuldade de intervir era na Polícia

Federal. Onde seus filhos e amigos estavam enfrentando "problemas", digamos assim, era na Polícia Federal. Para não deixar "f****" seus familiares e amigos, ele anuncia, na reunião, a disposição de mudar o diretor da Polícia Federal e, se necessário, o ministro. E diz isso olhando para Moro. Mais claro, só desenhando.

O impressionante na reunião, entretanto, não é isso. O que impressiona (assim, com dois esses, ministro Weintraub) é que o primeiro escalão do Governo Federal se reúna no auge da pandemia, diante de milhares de mortes, e que o tema sequer esteja na pauta! Esses miseráveis se reúnem e não discutem, por um minuto sequer, o que fazer para conter a disseminação do vírus, o quanto investir para que o SUS não entre em colapso, o que fazer para salvar vidas de brasileiros, para diminuir o desespero dos mais pobres, para ajudar as pessoas. Nada, nenhuma palavra, nenhuma preocupação. O anti-ministro do meio ambiente, escolhido a dedo para acabar com todo nosso sistema de proteção ambiental, sustenta, então, que o governo deveria aproveitar "esse momento de tranquilidade", em que a cobertura de imprensa se volta quase que exclusivamente para a COVID, para passar as reformas infra-legais de desregulamentação na área. "Momento de tranquilidade", foram as palavras que ele escolheu! Alguém que diante do horror que se multiplica por todo o País fala em "momento de tranquilidade" age como um psicopata.

Ricardo Salles, Weintraub, Damares, Paulo Guedes, não são ministros por acaso. Eles espelham o chefe com esmero. Bolsonaro não fala palavrões apenas porque é mal-educado ou porque é, de fato, um ignorante que tem dificuldade de falar português. Ele fala palavrões também porque essa é a forma mais primitiva, usada por todas as pessoas primitivas, de expressar seu ódio. O palavrão é sempre a síntese de uma emoção que não cabe no discurso. É também uma forma usada por pessoas embrutecidas de subtrair a humanidade dos adversários. Aquele prefeito é um "bosta", o governador é um "estrume" e por aí vai. No mundo dos espelhos fascistas, a senha é apanhada por Damares que retruca: "estamos pedindo a prisão de governadores e prefeitos..." Tudo em nome da "liberdade", claro.

O que a reunião tornou claro, límpido e cristalino, é que o Brasil está completamente à deriva. O próprio Bolsonaro o reconhece quando afirma que "nosso barco está indo, mas pode estar indo em direção a um iceberg". Ou seja, ele não sabe para onde vai o navio, porque não o comanda. E não o comanda porque a agenda real do manicômio é retirar o Estado de tudo o que for possível e deixar que as grandes empresas toquem o barco. Com essa agenda, todos esses senhores e senhoras ganharão muito dinheiro enquanto seguimos em direção ao iceberg.

Para preencher o vazio dentro de si e do mundo imaginário em que habita, nosso Napoleão de hospício só se dedica, efetivamente, a dois objetivos: a proteção de seus filhos e amigos e à manutenção da base manicomial que pode lhe garantir sustentação para o golpe caso o STF e o Congresso o emparedem.

Diante do quadro delirante e paranoico que a reunião desvelou, a previsão feita pelo ministro Guedes, de que "o Brasil vai surpreender o mundo", parece ser a única coisa verdadeira. Na verdade, o mundo nunca esteve tão surpreso com o Brasil como agora. Ninguém fora do Brasil jamais imaginou que chegaríamos a esse ponto.

(*) Doutor e mestre em Sociologia e jornalista. Presidente do Instituto Cidade Segura. Autor, entre outros, de "A Formação de Jovens Violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema" (Appris, 2016)

§§§

As opiniões emitidas nos artigos publicados no espaço de opinião expressam a posição de seu autor e não necessariamente representam o pensamento editorial do Sul21.

Leia Mais

Editoria: Marcos Rolim Palavras-chave: Abraham Weintraub, Bolsonaro, Damares Alves, governo Bolsonaro, Paulo quedes, Polícia Federal, Polícia Federal de Curitiba

Marcos Coimbra, do VoxPopuli, sobre o vídeo: "Moro perdeu, Bolsonaro vai desabar até os 20%, mas no fundo perdemos todos."

Para o sociólogo e diretor do Instituto VoxPopuli, Marcos Coimbra, o vídeo da reunião ministerial vai acelerar a queda de popularidade de Bolsonaro, que pode chegar a modestos 20%, e enterra os sonhos de Moro como reserva ética e moral do país. Mas, para Coimbra, o vídeo mostra que quem perdeu mesmo foi o Brasil. Veja o vídeo, leia a transcrição.

"Fernando me pediu uma opinião a respeito de quem ganhou e quem perdeu naquela famosa reunião do Bolsonaro com a tropa dele. A minha avaliação é que simplesmente todo mundo perdeu. Perderam eles, perdeu Moro, perdeu Bolsonaro, perderam os milicos que estavam lá, perderam os idiotas da turma do Bolsonaro e perdeu quem estava fora daquela sala, quem viu a gravação. Foi uma calamidade em todos os sentidos.

Por que que o Bolsonaro perdeu? Perdeu porque não entende o que está acontecendo com ele, com a imagem dele, com as perspectivas de apoio popular para o governo dele – portanto, com as possibilidades eleitorais dele em 2022. Bolsonaro está em queda acentuada desde, pelo menos, março, quando a condução estapafúrdia da epidemia, seja no plano sanitário seja no plano econômico, fez com que ele perdesse aceleradamente apoio nas classes médias entre pessoas com um nível maior de informação. No final de março o Ipespe/XP fez uma pesquisa telefônica, como todas atualmente, que deu que ele tinha 36% de pessoas avaliando como ruim ou péssimo o governo. Dois meses depois, em 20 de maio, essa proporção tinha passado para 50%. E naquela mesma

pesquisa de março, 30% achavam ótimo ou bom o governo dele. Essa proporção caiu para 25.

Em outras palavras, ele aumentou a reprovação em 14 pontos, diminuiu a aprovação em 5 e caiu a proporção de pessoas que avaliavam o governo como regular. Ou seja, ele tá com metade da proporção que avalia negativamente, apenas metade avalia positivamente.

Essa queda é causada, como eu estava dizendo, pela condução da epidemia. E isso fica mais claro ainda quando eles perguntaram a respeito da maneira como Bolsonaro estava lidando com o coronavírus: 58% disseram que de maneira "ruim ou péssima" e 19% apenas que de uma maneira "ótima ou boa". Então, lá em cima dava 50 a 25. Aqui já está dando 60 a 20. E essa proporção, tudo indica que é aonde vai chegar a avaliação do conjunto da obra do cara. Vai ficar nessa casa de 20%, tendendo pra menos de 20.

E isso nós sabemos aonde vai dar: provoca grande reação no sistema político, o Centrão começa a achar que talvez não seja boa ideia, o mercado começa a duvidar da capacidade dessa turma de permanecer no poder... Ou seja, tudo se acelera no sentido negativo depois que você cai desse patamar de 20%, que logo vira 15 e sabe-se lá onde que para. Ele tem um piso, que é formado por esses idiotas que vão pra rua pedir pra ficar doentes, fazer palavra de ordem contra tudo e contra todos.

Bolsonaro há muito tempo não está mais na fase de manter o apoio que tem. Ele não tem mais aqueles 30% que achava que tinha. Ele está mais perto da metade desses 30% do que de preservar os 30. E isto obviamente justificaria uma estratégia completamente oposta dessa que ele tá adotando. Ele não precisa manter o que tem, ele precisa é conquistar o que não tem. E em algum sentido, reconquistar o que perdeu. E isso, a tal da reunião definitivamente, não faz.

No máximo a reunião açula esse núcleo de idiotas que gosta de ouvir idiotices. Mas essa classe média mais educada, mais informada, que saiu da base do governo, que passou a achar que ele é ruim ou péssimo, essa turma definitivamente não volta: porque ele fala palavrão, porque ele é grosseiro, porque ele não mostra nenhuma capacidade de resolver os problemas do país. E ainda tá envolvido nesse mundo dele, da turma dele lá no Rio de Janeiro.

Moro perdeu ou ganhou? Claramente perdeu. Um cara que queria ser a expressão da moralidade, da ética, das boas práticas morais, o que que ele estava fazendo naquela reunião? Por que que ele não se levantou e saiu? E por que que ao sair ele não pediu a demissão? Pelo contrário, o que ele fez foi tentar ficar. Então como é que alguém que luta pra ficar naquele mundo pode achar que sai bem? Ele sai sujo, porque ele se sujou – se é que ele não foi sempre isso que ele mostrou ser durante esse período em que foi unha e carne com Bolsonaro.

Então, perdeu Bolsonaro – porque não sabe o que fazer, porque não tá entendendo o que tá acontecendo com ele, porque acha que tem que ficar mantendo uma coisa que ele não tem mais. Ele teria é que fazer uma outra coisa, mas não sei se ele consegue, não sei se ele tem capacidade intelectual ou bom senso pra pensar uma estratégia mais adequada a ele mesmo.

Perdeu o Moro porque mostrou ser o que no fundo sempre foi: um oportunista, um picareta que usou da sua força no sistema judiciário, apoiado por uma parte grande da grande imprensa brasileira e se tornou esse personagem melancólico,

que sai com o rabo entre as pernas depois de ficar participando de uma reunião como aquela.

Perdeu todo mundo. Esses milicos que estão achando que estão prontos pra governar o Brasil, eles são uns incompetentes de marca maior. Tem um tal de Braga Neto que posa de figura competente, a pessoa vê o que o cara fala, e você vê que é um completo analfabeto em questões do que seria necessário pra este momento.

Tem esse general velho que fica falando mal da democracia, só ameaça todo mundo. Enfim, essa geração de milicos, sinceramente, é das piores, das que mais atrapalham a tentativa de recuperar a imagem especialmente do Exército depois de vinte anos de ditadura.

E aquela fauna de idiotas do Bolsonaro perdeu porque não tem o que ganhar, é tudo um bando de completos desqualificados.

E é claro que perdemos todos, porque você ter um país que é governado por gente como aquela é profundamente chocante. E chocante ver que nós estamos no meio de uma crise sanitária, humana, gravíssima. Da qual nós não vamos sair tão cedo. Com essa maneira completamente despropositada de condução da epidemia que está sendo feita no Brasil.

Nós já somos o segundo país com o maior número de casos, vamos ser em breve o primeiro em número de mortos e nós não vamos sair tão cedo dessa situação, de uma epidemia que não acaba. Porque não funciona assim.

E as consequências disso na economia nós estamos vendo. Esse bestalhão desse Paulo Guedes achando que uma receita velha, superada, anacrônica, que, sei lá, deu certo no Chile no auge de uma ditadura, de um golpe militar cruel como foi aquele lá do Pinochet, que foi o único lugar do mundo que aquele tipo de proposta funcionou. Lá parou, não funcionou em lugar nenhum do mundo, e neste mundo pós pandemia, menos ainda. Então, esquece. Nós não vamos sair tão cedo da crise sanitária e não vamos sair tão cedo da crise econômica.

E é por essas e por outras que perdemos todos ao ver que é assim que nós somos governados."

Armar o país: a "guerra santa" bolsonarista

https://www.brasil247.com/blog/armar-o-pais-a-guerra-santa-bolsonarista?fbclid=lwAR3nf9k1b1t92kqX00iNdcrosQWa9Or5Drso4XHbGbqbCHdHwh4ybO4QP1E

Robson Sávio Reis Souza -Doutor em Ciências Sociais e pósdoutor em Direitos Humanos

"O bolsonarismo está amalgamado, entre outras, na seguinte coalizão: armamentistas, militaristas e obscurantistas religiosos", escreve o cientista político Robson Sávio Reis Souza. "A aliança entre militarismo e religião nunca produziu bons resultados na história da humanidade", acrescenta

25 de maio de 2020, 12:39 h Atualizado em 25 de maio de 2020, 13:39

• .

Uma das partes mais chocantes da famigerada reunião ministerial de 22 de abril de 2020 é a confirmação de Bolsonaro que pretende armar o Brasil e impor uma ditadura: "Olha como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Por isso eu quero que o povo se arme, a garantia de que não vai aparecer um filho da puta e impor uma ditadura aqui".

Bolsonaro (e sua família) é um presidente visceralmente ligado às milícias; tem como principais bases de apoio o militarismo autoritário (mobilizado em segmentos das Forças Armadas e nas polícias estaduais) e um grupo considerável de fascistas (estimado em cerca de 15% da população) que já está armado (nas redes sociais e nas ruas). Sua eleição selou a aliança mais perversa da história republicana: dos setores ultraconservadores da sociedade brasileira (os radicais da extrema-direita) com o que há de pior no submundo da política (as redes de corrupção sistêmica que operam nos esgotos das negociatas público-privadas e que movimenta as relações mais espúrias desse país).

A tradicional falta de controle de armas, responsável por uma guerra que produz cerca de 60 mil homicídios por ano tende, com o projeto armamentista ditatorial de Bolsonaro, a se desaguar numa carnificina de proporções incalculáveis. Como lembra Janio de Freitas nesse domingo, "Bolsonaro sabe que o povão maltratado, humilhado, explorado e roubado em todos os seus direitos, no dia

em que também tivesse ou tiver armas, não teria dúvida sobre o alvo do fogo de sua dor secular. Adeus ricos, adeus classe média alta". Portanto, abram os olhos os privilegiados que pensam que a guerra bolsonarista é somente contra os pobres.

O bolsonarismo está amalgamado, entre outras, na seguinte coalizão: armamentistas, militaristas e obscurantistas religiosos. Esses novos cruzados se apoiam em ideologias toscas, cujo principal expoente é o astrólogo Olavo de Carvalho e o articulador midiático Steven Bannon (via gabinete do ódio no Brasil). No campo religioso duas teologias sustentam os "cavaleiros do apocalipse".

A teologia da prosperidade, um bálsamo para o neoliberalismo, prega um deus que abençoa aqueles que tem dinheiro; que o pobre é pobre por sua falta de fé, ou seja, a vítima se transforma no algoz. Seus adeptos acreditam que a solução para as mazelas sociopolíticas é individual, baseada na meritocracia e que desigualdade e justiça são discursos "vitimistas".

Por outro lado, a chamada "teologia do domínio", derivação do teonomismo (teocracia cristã), se baseia no pressuposto de que o domínio da terra foi usurpado pelo diabo (no delírio obscurantista dos bolsonaristas religiosos, os comunistas. esquerdistas, socialdemocratas, cientistas. progressistas, feministas, movimento LGBT+ etc). Assim, é tarefa da "igreja dos bons cristãos" tomar esse domínio de volta. A estratégia para essa retomada é dominar todas as áreas de influência da sociedade (política, educação, cultura, judiciário), a fim de estabelecer o domínio de Jesus na terra. Isso explica a aliança geopolítica entre Trump (e os seus financiadores estadunidenses -- que também financiam alguns dos setores do neopentecostalismo ultraconservador em toda a América Latina), Netanyahu (porque muitas lideranças evangélicas creem que a promessa bíblica da Terra Santa ao povo judeu é literal e eterna, portanto os

adeptos do "dispensacionalismo", o retorno dos Judeus à Terra Santa - ou seja, o estabelecimento de Israel - é necessário para a volta de Cristo) e Bolsonaro (com os seus religiosos do "deus acima de tudo"). Vejam, não por acaso, que o triunvirato (Trump, Netanyahu e Bolsonaro) é armamentista e apoiado no militarismo e no discurso religioso ultraconservador.

Qualquer estudioso sabe: a aliança entre militarismo e religião nunca produziu bons resultados na história da humanidade. Mas, caminhamos a passos largos para um arremedo de neocristandade. Os três líderes, colocando-se como legítimos representantes de deus (certamente de Mamom) — porque estão seguros do apoio dos poderes econômico, militar e religioso — não contam com derrotas e, como numa guerra, agem como comandantes dispostos a arrebentar com todas as porteiras. Por isso, precisam armar seus exércitos.

Algumas frases de Bolsonaro na dita reunião confirmam seu propósito como o "messias" dessa nova cruzada: "Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã. Combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. (...) Com a benção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com seu destino e se torne a nação que todos queremos."

É dentro desse contexto que devemos compreender a explicitação de Bolsonaro em relação a armar a população para esse "bom combate" do bem contra o mal. Trata-se, na sua visão e de sua principal base de apoio (militares e religiosos), de uma guerra santa que precisa de um exército armado. Empreitada que, na visão de Bolsonaro, seus ideólogos e parte de seus adeptos, surtiria resultados positivos com a união entre milicianos, militares e religiosos, armados até os dentes.

Participe da campanha de assinaturas solidárias do Brasil 247. Saiba mais.

Assista Comentário FB - Marcelo Pimentel Jorge de Souza 23 de maio às 15:12 · E vem o Bob Fields reloaded até que falou bem - ao menos não usou palavrões, "és" e "hãs". Deixou claro que o problema econômico é sério e que não se resolve mandando o povo voltar pra rua! Transcrição:

Roberto Campos: Vou voltar aqui numa história breve, que é lembrar que no fim do governo Dilma a taxa de juros era catorze e meio por cento, a curta. Mas a taxa longa era vinte por cento. E aí quando a gente olha o que aconteceu e o que proporcionou a ... a taxa de juros cair, é interessante, porque teve um dia, dezoito de agosto, que saiu uma manchete no jornal que todos os elementos

apontavam que ia ter o ... o teto de gastos. Naquele dia a curva de juros longa começou a cair e foi quando, depois, o presidente do Banco Central anterior começou a cair o juros. Ele caiu o juros até o nível de seis e meio, estabilizou, teve a incerteza das eleições com a incerteza do PT poder voltar, a taxa piorou, depois, curiosamente, quando o mercado entendeu que ia ter a previdência, foi quando abriu o espaço pra cortar os juros novamente. Então, a razão dos juros ter ido de catorze e meio, ou ... quinze, ou vinte, pra o que tá hoje, foi , é ... o fato da sociedade, do mercado ter entendido que o governo ia ter disciplina em relação às contas públicas. Isso a gente não pode esquecer, tá?

Jair Bolsonaro: Se me permite, Roberto. Então, você tá dizendo aí que, não só a SELIC, bem como a taxa longa, nós devemos, basicamente, à PEC do teto, é isso?

Roberto Campos: Isso. Jair Bolsonaro: Tá ok.

Roberto Campos: Estou dizendo exatamente isso. E depois, é ... em re ... e depois também, é ... a previdência. Então dito isso, eu acho que é importante a gente passar essa mensagem. É ... um outro tema só, aí eu ... em relação ao plano, três pontos só que eu acho importante. A gente tem feito reunião entre ... reuniões entre os banqueiros centrais de vários países do mundo, é ... quase todas as semanas. E eu acho que tem três pontos que são importantes. Primeiro, existe um consenso, hoje, é ... que o mundo privado tá com muito medo de tomar risco. Então, que não vai ... que não vai ter como ter uma saída rápida sem que o governo não entre, de alguma forma, tomando risco. Porque o mundo privado tá com medo de tomar risco pelo fator medo. Que é o fator que o doutor mencionou que eu acho que é muito importante. Se amanhã você permitir todo mundo ir num estádio de futebol ver um jogo, será que todo mundo vai sair de casa e vai?

Roberto Campos: Qual é o fator medo? E o fator medo é interessante porque, quanto mais informação você tem mais medo você tem, porque a mídia joga medo. Então, você tem hoje uma classe mais alta que tem mais medo que a classe mais baixa, exatamente porque eles tem mais acesso à informação e a informação é enviesada. Então, primeiro ponto é esse toma ... to ... de tomar risco. O segundo ponto rápido, é um tema que eu acho que tá muito crescendo também, tá crescendo bastante, que é a análise, que a gente chama de análise intertemporal. Quando você faz uma ajuda, quando o governo faz um gasto, geralmente acontece duas coisas. Ou você bota a fundo perdido, ou seja, esse gasto não vale nada e aí vai ter um reflexo na economia, na taxa de juros. Ou as pessoas exageram e falam: "não, esse gasto vai ser multiplicador". Provavelmente, não é nem uma coisa nem outra. O que eu acho que falta de analisar os gastos do governo é o quanto que desse gasto que eu recupero lá na frente, via preservar emprego, via manter uma empresa viva que ia morrer. Então, eu acho que falta análise completa do gasto. O gasto nunca é a fundo perdido.

Roberto Campos: Também ele nunca é muito multiplicador. Ele é um meio do caminho entre uma coisa e outra. E o que eu acho que falta é a análise de "eu vou gastar tanto e esse gasto vai ter essa efetividade". Por exemplo, existe uma percepção do mercado que dinheiro pra governador e prefeito é dinheiro jogado fora. Pode ser que seja mentira, mas existe essa percepção hoje e tem vários

vídeos rodando por aí, vo ... os senhores devem ter vistos de que o dinheiro vai pra prefeitura e não vai parar, porque vai em bem intangível, que é dificil de controlar. Vai em programa que você nunca tem como monitorar. Então, acho que é importante esse tema de fazer essa análise intertemporal de ver realmente qual é a eficiência do gasto. E por último, é ... o último ponto, conversando com investidores, a gente tem feito isso, inclusive nós fizemos uma conversa dos bancos centrais com investidores, inclusive de infraestrutura, e o problema principal que aparece em toda conversa no Brasil, do investidor privado, é que no passado toda vez que investidor privado entrou teve muita sacanagem. O tema da governança é super importante. Então, eu tava conversando com o Marinho, a coisa mais importante desses projetos, na minha opinião, é garantir que a governança é boa. Pro investidor privado ter certeza que ele vai tá junto com o governo, ou ele vai tá em grande parte tomando risco, às vezes o governo vai tomar um pouquinho, mas que é uma coisa que ele não precisa se preocupar na frente com a governança.

Roberto Campos: E o jeito de melhorar a governança é colocar agentes internacionais que fazem governança mundial. A gente conversou um pouco sobre isso. É só isso, obrigado.

Bolsonaro mente

Editorial - Folha de S Paulo

O registro da reunião ministerial de 22 de abril, cuja divulgação foi liberada por decisão de Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, na sexta-feira (22), traz novas evidências conclusivas sobre o que já se suspeitava: o presidente Jair Bolsonaro mente.

Depois do vídeo, a versão presidencial de que queria interferir na sua segurança pessoal, e não na superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, tornase completamente inverossímil.

Como demonstrou reportagem da TV Globo, menos de um mês antes da reunião Bolsonaro havia promovido o responsável por sua segurança e o substituído pelo então número dois na função.

No vídeo, o presidente fala textualmente: "Já tentei trocar gente de segurança no Rio, oficialmente, e não consegui. E isso acabou. Eu não vou esperar foder a minha família toda (...) porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele. Se não puder trocar o chefe dele, troca o ministro. E ponto final. Não estamos para brincadeira".

Tudo o que ocorreu depois da reunião se encaixa na narrativa do ex-juiz Sergio Moro. Não há dúvidas de que o presidente trata da PF, um órgão de Estado, quando promete ir até o fim para fazer valer a sua vontade antes que a sua família seja atingida.

De resto, o encontro do ministério entra para a história dos 130 anos da República no Brasil como um dos episódios mais execráveis do exercício do poder presidencial.

Evidencia-se, nos termos chulos, nos rompantes autoritários e nas exibições de incapacidade gerencial diante de uma crise monstruosa, que Jair Bolsonaro aviltou e avilta a Presidência da República, colocada pelos constituintes de 1988 no pináculo do edifício democrático. A democracia que o elegeu é a mesma que tem sido vilipendiada por seus atos e suas falas.

Partem do próprio presidente as ofensas a governadores. O celerado à frente da pasta da Educação quer cadeia para ministros do STF, que qualifica de vagabundos.

Mandatários estaduais e municipais também serão alvo de pedidos de prisão, promete a exaltada ministra que cuida, paradoxalmente, dos Direitos Humanos.

Um elemento a mais aparece no vídeo. Bolsonaro afirma que tem acesso a um dispositivo de inteligência particular. Ora, nada no ordenamento constitucional, nem nos princípios que norteiam as sociedades democráticas, autoriza o chefe de Estado a dispor de um aparelho pessoal de bisbilhotagem.

Por tudo o que se mostrou, o procurador-geral da República, Augusto Aras, está obrigado a aprofundar a investigação acerca da conduta de um mandatário que, além de cercar-se de assessores insanos, autoritários e incapazes, pode ter cometido crimes. Que Aras se mostre à altura do cargo que ocupa.

A apuração não pode se deter, ademais, diante de ameaças abjetas como a do general Augusto Heleno, do GSI, segundo o qual uma eventual apreensão do celular presidencial teria "consequências imprevisíveis".

Dados a baixeza e o desvario mostrados numa reunião formal, assusta de fato imaginar o que Bolsonaro diz em privado.

Vídeo evidencia intento de intervir na PF e revela aparato pessoal de informação

Moisés Trisch

Assistir o Moro lembra a inocência da Chapéuzinho: Nossa! Quê filhos corruptos vc tem!! Quê ministros incompetentes vc tem...

Ideia de Bolsonaro é inconstitucional

Míriam Leitão - O Globo

A proposta do presidente Jair Bolsonaro de armar a população, na radicalidade que ele defendeu na reunião, se posta em prática, permitiria a formação de grupos armados, milícias, como há na Venezuela, e até uma guerra civil. O mais impressionante era que os oficiais, inclusive um integrante do Alto Comando, na ativa, estivessem vendo isso sem reagir. É inconstitucional a proposta do presidente.

O Estado tem o monopólio da força, e ele é garantido pelas Forças Armadas. Bolsonaro quer que pessoas armadas saiam de casa para desrespeitar leis e determinações das autoridades. Um ministro do Supremo com quem eu conversei ontem considera que essa é a parte mais relevante da reunião, não apenas por ser claramente inconstitucional, mas porque já há precedentes:— Tem aquele fato anterior de revogação das portarias que permitiam a rastreabilidade de armas, balas e munições de uso exclusivo do Exército. Eles substituíram inclusive o responsável pelas portarias. Se você flexibiliza a rastreabilidade você beneficia os milicianos e grupos marginais.

Essa é uma questão que precisa ser olhada com atenção. Já há uma ação do PDT no Supremo. A Procuradoria-Geral da República (PGR) tinha que tomar alguma providência, na opinião desse ministro. Um general que eu ouvi acredita que as instituições impedirão que o presidente execute esse seu projeto armamentista. Disse que o presidente não tem o poder de armar a população, porque a legislação não permite, e ele não teria o apoio necessário no Congresso para mudar a lei.

O militar acha que o Brasil não tem essa cultura, a não ser "grupos restritos e os marginais".— Assim, quando ouço esses arroubos vejo apenas como uma figura de retórica — disse o general, que tem posição de destaque no governo.O presidente estava naquela reunião estimulando, na minha opinião, um conflito armado dentro do país, a desobediência armada às ordens das autoridades estaduais. Isso pode ser o começo de algo muito perigoso. Na Venezuela, o coronel Hugo Chávez fez exatamente isso para se perpetuar no poder. Armou grupos, os círculos bolivarianos, inicialmente com o argumento de defender a "revolução" que ele dizia representar, depois outros grupos paramilitares foram sendo formados. Hoje, há mais "soldados" nesse exército paralelo do que no oficial.

Por outro lado, o chavismo fez uma simbiose com as Forças Armadas, militarizando o governo e dividindo o poder com os oficiais. Em seguida, enfraqueceu as instituições, como Congresso e Judiciário, e perseguiu a imprensa. O Brasil, no governo Bolsonaro, faz um ensaio claro na mesma direção do chavismo que demoliu a Venezuela.

Naquela reunião do dia 22 de abril, o país redescobre, graças à decisão do ministro Celso de Mello, do que é feito o governo. Lá se viu de tudo, desde ministros pedindo prisões de autoridades, ameaças do presidente a quem falasse com a imprensa, até o estímulo à reação armada contra a ordem das autoridades. Isso causou espanto em integrantes de outros poderes, mas é crescente a impressão de que o procurador-geral da República, Augusto Aras,

tentará arquivar o inquérito que investiga se houve tentativa de interferência na Polícia Federal.

Entre os meus interlocutores, tenho ouvido que o fato ficou disperso entre as muitas falas do presidente. Um procurador do alto escalão do MPF, no entanto, me disse ontem que é evidente que houve crime naquela reunião. O ponto do ex-ministro Sergio Moro estaria provado naquela fala, recheada de palavrões, em que ele diz que vai trocar sim "o pessoal da segurança nossa" no Rio. Ninguém honestamente pode confundir com a segurança pessoal, pelo contexto, e porque ele fala em proteger filhos e amigos. "Se não puder trocar, troca o chefe dele. Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro e ponto final." E ele de fato trocou o diretor da PF no dia seguinte para mudar o superintendente no Rio. Ponto final. Era isso que ele queria. Se Aras não quiser ver, é porque não quer fazer seu papel institucional. Perguntei ao procurador que eu ouvi que crime estaria caracterizado nessa fala. "Advocacia administrativa, pelo menos.

"É diante deste fato que o país está: o presidente cometeu crime e faz ameaças à Constituição numa reunião ministerial. Ignorar isso é flertar com o abismo.

Auerebe stafetode ce niadeen tenião ir são prosta rendeparticar, peronitifação o ma a radicalidade

BLOGS.OGLOBO.GLOBO.COM

Ideia de Bolsonaro é inconstitucional | Míriam Leitão - O Globo

A proposta do presidente Jair Bolsonaro de armar a população, na radicalidade que ele defendeu na reunião, se posta em prática, permitiria a forma...

Estratégia canalha de Ricardo Salles para destruir meio

ambiente repercute no exterior

http://desacato.info/estrategia-canalha-de-ricardo-salles-para-destruir-meio-ambiente-repercute-no-

 $\underline{exterior/?fbclid=lwAR09EX3GA-DsUsX3caclRfnKZZENVrik0c170jUGzQkrGT6eAeMuE1fV7YE}$

Lucas Henrique@luukabr_23 MAIO

O ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, pediu ao governo que adote mais medidas de desregulamentação da política ambiental, enquanto as pessoas 'se distraem' com a pandemia de coronavírus. Isso consta no vídeo que o Supremo Tribunal Federal mandou que fosse divulgado nesta sexta-feira.

O vídeo de uma reunião de ministros apareceu em uma investigação sobre se o presidente Jair Bolsonaro interferiu na nomeação da direção da Polícia Federal para benefícios pessoais.



Durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que queria aproveitar o momento de pandemia da Covid-19 para passar reformas infralegais, já que a imprensa estaria "voltada quase que exclusivamente" para esta questão.

Informações e privacidade no Twitter Ads

Durante a reunião, outros ministros falaram, incluindo Salles, de conversas com grupos ambientalistas. Eles afirmaram os comentários deles mostram que o governo Bolsonaro está sistematicamente buscando desmantelar as proteções ambientais.

"Precisamos fazer um esforço enquanto estamos neste momento calmo em termos de cobertura da imprensa, porque eles estão apenas falando sobre a COVID. Precisamos avançar e alterar todas as regras e simplificar as normas", disse Salles no vídeo.

O desmatamento das políticas pelo meio ambiente atingiu a maior alta em 11 anos em 2019 e aumentou 55% nos primeiros quatro meses de 2020, na comparação anual, com ambientalistas culpando as políticas de Bolsonaro.



Aos ex-amigos, cúmplices da Barbárie

Do jornalista José Eduardo Gonçalves

"Não sei quando tudo isso começou. Quando foi que pessoas que eu gostava, convivia, conversava afetuosamente e, em alguns casos, até admirava pelo exercício talentoso de seus ofícios, se transformaram em seres irracionais, irresponsáveis e levianos, defensores de ideias autoritárias, mesquinhas, rasas , preconceituosas, medievais e, em muitos casos, até fascistas. Quando foi, afinal, que pessoas que tinham uma conduta social equilibrada e pareciam olhar o mundo pela mesma janela que você – cada um à sua maneira, claro – viraram esta coisa esquisita que já não reconheço como próxima de alguma civilidade? Em Kafka, um sujeito acorda pela manhã transformado em um inseto asqueroso. A família reunida, cada um em seu papel, mas o filho surge como uma anomalia, de um dia para o outro, sem qualquer explicação. Kafka foi muito mais fundo nessa história do que esse filme de quinta categoria ao qual estou me referindo. mas confesso que não vi como a coisa se deu, apenas acordei um dia e vi como o meu mundo anda cheio de insetos repugnantes. De radicais defensores de ideias tão obtusas quanto irresponsáveis. Também não foi assim tão de repente, a coisa vem acontecendo há um bom tempo, é verdade, mas hoje sinto como se esses bichos escrotos tivessem se consolidado à minha frente. Eu os enxergo em toda a sua pequenez.

O estopim desta clarividência – em relação à abjeta transformação de certos seres humanos – foi o vídeo da fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril, em que o presidente reuniu sua claque para tratar do enfrentamento da crise da pandemia, assunto sobre o qual não se falou durante mais de duas horas de sandices, agressões e exibição de ideias golpistas. O vídeo é assustador, mas não é dele que quero falar, não em primeiro lugar. É da reação de pessoas que, voltando ao primeiro parágrafo, revelaram-se pior do que o farsesco personagem central da trama. Faço um voo no tempo. Em 1993, como bem lembrou aqui um querido amigo, eu escrevi uma crônica na IstoÉ Minas que começava assim: "Não posso reclamar dos meus amigos: são os mais estranhos que eu poderia arrumar". No texto, falo de alguns, invento outros (que são, na verdade, bem reais), presto meu tributo à esquisitice de tantos. O fato é que gosto de gente estranha, diferente, só para ficar claro que não me compraz apenas a companhia de gente normal. Eu diria, até, que os normais me interessam pouco. Só que uma coisa é ser estranho – e outra é ser estranhamente nocivo.

Muito bem, de ontem pra hoje me peguei lendo opiniões de muita gente sobre o tal vídeo onde se pregou a desobediência sanitária na base da porrada, a prisão de representantes eleitos pelo povo, a desqualificação de adversários, a intromissão na Polícia Federal para proteger os entes queridos, o desmantelamento das leis ambientais na calada da noite etc etc etc. Um monte de gente reagiu dizendo que o vídeo é o passaporte para a reeleição do Ogro. No meio desta gente que aplaude e acha adequado esse conjunto de sandices há pessoas que conheço. Tem artista, designer, arquiteto, advogado, fotógrafo, médico, engenheiro, empresário, gente da moda etc etc. Pessoas com quem já convivi, conversei, compartilhei opiniões. Pessoas que, em alguns casos,

cheguei a admirar. Que chamei de amigos. Como é que essas pessoas se tornam, de repente, cúmplices de uma barbárie colossal?

Convivo com conservadores e até com pessoas de uma direita civilizada, educada, capaz de divergir sem agredir. Os ex-amigos não se colocam no campo da direita civilizada. Porque Bolsonaro não é isso. Não é um conservador, nem um bocó simplesão, um sujeito sem modos e sincerão, que gosta das coisas direitinhas. Um sujeito que quer o bem do país. Ele está longe desse figurino. Ele não é nem da direita. Bolsonaro é o radical fundamentalista da extrema direita em sua pior versão (não esqueçamos: ele já defendeu publicamente o fechamento do Congresso e o fuzilamento de adversários políticos, em entrevista a uma emissora de televisão, em 1999 — "para dar jeito no Brasil, só matando uns 30 mil", o que incluiria, no caso, até mesmo o então presidente Fernando Henrique Cardoso). Ele tem como herói o único torturador reconhecido e condenado como tal no Brasil.

Mas isso é história já sabida.

Voltemos ao vídeo estarrecedor, tal o seu caráter pedagógico ao revelar, com clareza euclidiana, o que pensam os bolsonaristas e o que eles estão tramando, em todas as frentes – na saúde, na educação, na segurança pública, na questão ambiental, na diplomacia internacional, na convivência com a democracia. Está tudo lá, sem retoques. E há quem diga: "antes do vídeo eu era 100% Bolsonaro, agora sou 500% Bolsonaro". E daí?

Daí que não suporto gente assim. Fui capaz de entender aqueles que se desapontaram com os rumos da economia e com as revelações sobre corrupção no centro do poder, prática secular no país. Mas era preciso optar pelo esgoto, pela escuridão, a ignorância e a truculência? Eu divirjo respeitosamente de conservadores. De fascistas, torturadores e retrógrados eu quero distância. Não fui eu que tachei Bolsonaro de o pior líder mundial da atualidade. Nem foi a mídia esquerdista ou comunista que afirmou que ele é hoje a maior ameaça ao mundo. Quem está chocado com o Ogro são eles, os jornalões da direita global. É o The Economist, a Bíblia dos liberais da economia. É a maior referência do jornalismo econômico no mundo – o Financial Times. É o The Guardian. O New York Times. É a grande mídia conservadora do mundo que está assustada com o baixíssimo nível de quem ocupa a presidência no Brasil.

A reunião ministerial de 22 de abril de 2020 está fadada a entrar para a história da República brasileira. Um registro cru dos intestinos da gente que nos governa. Um acinte de tal ordem que não cabe mais qualquer dúvida: quem é Bolsonaro que assuma, de uma vez por todas, o ônus de carregar o pacote de ideias que ele encarna. Sem mimimi. Não tem mais disfarce ou joguinho de cena. Depois de ver aquelas imagens podres não há saída: ou se está de um lado ou de outro. Ou se defende aquelas ideias ou se é contra. Simples. Mas necessário.

Necessário porque o mundo é uma construção coletiva, queiram ou não. E o mundo no qual eu acredito e pelo qual luto é imperfeito e cheio de defeitos, mas é um mundo de razoável civilidade. De valores consagrados universalmente. E até de razoável otimismo. Só os muito cretinos ou intelectualmente falsos são capazes de negar que, aos trancos e barrancos, a sociedade brasileira vinha construindo um percurso de avanços desde a redemocratização. Estão aí conquistas como a criação do SUS, a estabilização da moeda, a universalização do ensino, o avanço dos direitos humanos, os programas de redução da

desigualdade social (como o Bolsa Família), entre tantas outras. Hoje vivemos a ameaça da degringolada geral. A ordem é destruir o que está aí. É interromper o fluxo que nos impelia a ser melhores do que tínhamos sido até então.

Não quero este mundo medíocre que tentam nos empurrar goela abaixo, definitivamente. Confesso a minha impossibilidade de conviver sadiamente com quem quer me matar e aos meus semelhantes. Aos que continuam apoiando o genocida de plantão, um convite à coragem. Isso mesmo, assumam que Bolsonaro os representa em seus valores e ideias. Aos que aplaudiram as infâmias ditas no vídeo, sugiro que façam camisetas com os seguintes dizeres:

EU SOU BOLSONARO E EU APOIO:

- A tortura e os torturadores
- O povo armado contra as medidas de controle da epidemia
 - A prisão de governadores e ministros do Supremo
- O uso da Polícia Federal para proteger minha família e meus amigos
 - A quebra das leis de proteção ambiental
 - Qualquer ataque à cultura, às artes e aos artistas
 - O sucateamento da universidade pública e da ciência
 - O extermínio dos povos indígenas
 - A milícia e os heróis milicianos
 - A censura à produção intelectual
 - As hostilidades contra a Imprensa e os jornalistas

Façam isso, ex-amigos e conhecidos. Saiam às ruas (sem máscaras, obviamente) com esses dizeres estampados em suas camisetas e faixas ornadas de patriotismo. Pois é isso, de fato, o que vocês estão defendendo. Quem apoia Bolsonaro é cúmplice desse pacote de horror. Nessa altura da nossa história, não existe meio termo. Ou você é ou não é a favor dessas ideias.

No momento em que escrevo o Brasil é o segundo país do mundo em casos confirmados de contaminação pelo coronavírus. São quase 350 mil infectados e mais de 22 mil mortes (amanhã serão muito mais). Enquanto isso, o presidente que os traidores da democracia elegeram cospe seus perdigotos defendendo que se arme a população para lutar contra as medidas de contenção da epidemia. Se isso não é a barbárie, então o que seria?"

"O vídeo da reunião de 22 de abril pode ser um libelo contra Bolsonaro"

Por Hugo Cavalcanti Melo Filho

A repercussão da divulgação do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril de 2020 é reveladora do grave momento brasileiro. Os apoiadores de Bolsonaro comemoraram a atuação do "mito" e os opositores, em sua grande maioria, consideraram que a gravação é, na verdade, uma peça publicitária para o Presidente, inclusive com vistas à reeleição, em 2022. Estarrecedor.

O injustificável fato de que, num momento de catástrofe decorrente da pandemia de Covid-19, não se tenha discutido qualquer plano emergencial para enfrentamento do problema, já seria suficiente para indignar todos os cidadãos, em qualquer lugar do mundo, menos no Brasil. Mas não ficou nisso. Ao contrário,

o que se ouve são críticas pesadas e ameaças de prisão aos prefeitos e governadores que estão adotando providências necessárias e a revolta do Presidente com a causa mortis registrada no atestado de óbito de um policial rodoviário.

Para além disso, o conteúdo do vídeo é gravíssimo. Em menos de duas horas, à primeira vista, diversos crimes de responsabilidade teriam sido praticados pelo Presidente e por alguns Ministros de Estado, capazes de conduzi-los ao impeachment, o que se evidencia pelo cotejo das disposições da Lei n.º 1.079/1950 com as falas captadas.

Comecemos pela inacreditável vulgaridade demonstrada pelo Chefe de Governo e por alguns Ministros, de fazer corar o mais libertino dos irreverentes. Bolsonaro profere dezenas de palavrões e expressões chulas, inclusive para se referir a autoridades públicas. Comportamento inaceitável em qualquer ambiente civilizado, quanto mais em uma reunião da cúpula do governo. Mais do que isso, nos termo do art. 9.º, 7, da referida lei, configura crime de responsabilidade o Presidente da República "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo".

Os trechos que foram suprimidos por determinação do Ministro Celso de Melo, já se sabe, correspondem a ataques do Presidente, do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Economia à República Popular da China. Acusa-se a China de pretender dominar o Brasil, de haver infiltrado espiões no país, de ser responsável pela pandemia, entre outras coisas. Ocorre que, nos termos da lei de impeachment, é crime "cometer ato de hostilidade contra nação estrangeira, expondo a República ao perigo da guerra, ou comprometendo-lhe a neutralidade" (art. 5.º, 3).

Independentemente de comprovarem ou não as acusações do ex-ministro Sérgio Moro, aspecto que será definido, a tempo e a modo, pelas autoridades competentes, as falas do presidente revelam, sem nenhuma dúvida, repreensão pública a Moro (e aos Ministros militares e Chefe do GSI, por razões semelhantes) pelo fato de ter recebido informações que queria da Polícia Federal, além de demonstrarem a determinação em interferir em estruturas da Administração, para proteger familiares e amigos, com ameaças de exoneração. Segundo a Lei, é crime de responsabilidade "expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição" (art. 9.º, 4). Também o é "usar de violência ou ameaça contra funcionário público para coagilo a proceder ilegalmente, bem como utilizar-se de suborno ou de qualquer outra forma de corrupção para o mesmo fim" (art. 9.º, 6).

O presidente assiste ao Ministro da Educação qualificar de vagabundos e propor a prisão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e não adota qualquer providência. A fala do Ministro configura, em tese, crime comum e infração disciplinar grave. A omissão do Presidente, na ocasião e depois, configuraria a hipótese do art. 9.º, 3, da Lei de Impeachment: "não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição".

Na mesma linha, o ministro do Meio Ambiente afirmou que queria aproveitar o momento de pandemia da Covid-19 para passar reformas infralegais, "simplificando normas, de Iphan, de Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, ministério disso, ministério daquilo", relativas à proteção do patrimônio

natural, histórico e cultural, todas de status constitucional, e não demonstrou discordância.

De todas as declarações, a mais grave, entretanto, coube ao Presidente da República e merece transcrição:

"Por isso que eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Facílimo! Um bosta de um prefeito faz um bosta de um decreto, algema, e deixa todo mundo dentro de casa. Se tivesse armado, ia pra rua. (...)

Aí, que é a demonstração nossa, eu peço ao Fernando e ao Moro que, por favor, assine essa portaria hoje que eu quero dar um puta de um recado pra esses bosta! Por que que eu tô armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! E não dá pra segurar mais! Não é? Não dá pra segurar mais." (...)

É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado."

Os ditadores a que se refere o Presidente são os prefeitos e governadores que decretaram isolamento social, que seria a ditadura. E a solução apresentada é armar a população para que ela possa se insurgir contra as autoridades municipais e estaduais, ir para a rua e resistir. O que se propõe, abertamente, é a insurgência armada da população, contra prefeitos e governadores!

A determinação presidencial configuraria, em princípio, vários crimes de responsabilidade tipificados na Lei n.º 1.079/50: praticar contra os poderes estaduais ou municipais ato definido como crime neste artigo (art. 6.º, 7); intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais (art. 6.º, 8); subverter ou tentar subverter por meios violentos a ordem política e social (art. 7.º, 6); praticar ou concorrer para que se perpetre qualquer dos crimes contra a segurança interna, definidos na legislação penal (art. 8.º, 4); permitir, de forma expressa ou tácita, a infração de lei federal de ordem pública (art. 8.º, 7); expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição (art. 9.º, 4).

O fato de quase ninguém haver falado em nada disso é sintomático. Significa que Bolsonaro conseguiu naturalizar o crime de responsabilidade. É como se a ele fosse permitido fazer e dizer o que bem entende, porque, supostamente, há forças mais ou menos ocultas a suportá-lo. As instituições democráticas, diferentemente do que se afirma, todos os dias, aqui e ali, não estão funcionando adequadamente.

Prova disso é a nota divulgada pelo General Augusto Heleno, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ameaçando o Supremo Tribunal Federal (terá sido a enésima ameaça de militares ao STF) caso viesse a ser determinada a requisição do telefone celular do Presidente. Crime de responsabilidade escancarado (usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício - art. 6.º, 6), praticado por Heleno, pelo Ministro da Defesa, ao chancelar a nota e, potencialmente, pelo próprio Presidente, ao avisar que não entregará o telefone em nenhuma possibilidade.

Para quem testemunhou o impeachment de uma presidente por suposta "pedalada fiscal", reduzir o conteúdo do vídeo à discussão quanto à comprovação ou não das acusações de Moro (pusilânime, nada disse na reunião em face do que ouviu), tudo parece absurdamente estranho. Surreal.

Hugo Cavalcanti Melo Filho é Doutor em Ciência Política, Professor de Direito da UFPE, Juiz do Trabalho no Recife e membro da Associação dos Juristas pela Democracia.

Reduzir o conteúdo do vídeo à discussão quanto ... às acusações de Moro (pusilânime...)parece absurdamente estranho.

Vídeo explicita face agressiva e paranoica do governo Bolsonaro

Peça única, registro tem de menosprezo ao centrão até sugestão de insurreição armada

Igor Gielow - Folha de S Paulo

É atribuído ao pai da unificação alemã, Otto von Bismarck (1815-1898), <u>o alerta</u> acerca de leis e salsichas: para apreciá-las, é melhor não saber como são feitas.

Jair Bolsonaro e sua equipe ministerial deram um "upgrade" ao conceito, <u>a julgar pelo vídeo da reunião entre eles no dia 22 de abril.</u>

Pois se o objeto do acesso da Justiça à peça, o inquérito sobre a acusação do ex-ministro Sergio Moro (Justiça) de que o presidente quis interferir na Polícia Federal, ganha densidade com as falas reveladas, o panorama que a gravação apresenta é único na história republicana.

O governo paranoico e em ritmo de guerra que se mostra na gravação crua vai desagradar apoiadores, detratores e os neoaliados arregimentados à base de cargos para evitar a progressão de um processo de impeachment na Câmara contra o presidente.

Claro, <u>os palavrões abundantes, a linguagem chula</u> e desencontrada de Bolsonaro e de alguns ministros podem agradar a parcelas mais fiéis do eleitorado do presidente. É coisa de macho, diriam, coerentes ao ideário da turma.

A mães e pais de família Brasil afora, talvez seja um pouco demais. Não é nada que qualquer repórter de política não tenha ouvido com alguma experiência de campo, mas, evocando Bismarck, ver a produção da salsicha pode ser desagradável.

Para começar por Moro, o vídeo confirma o que as transcrições anteriores insinuavam: sim, Bolsonaro queria interferir em órgãos de inteligência e citou a PF, "e ponto final". Haverá discussão acerca da referência à mexida no Rio, mas os atos posteriores à saída de Moro basicamente comprovam a intenção do presidente.

O mandatário máximo surge como uma figura acuada. Fala ora que está tudo bem, ora que o governo ruma a um iceberg. "Se for para cair, que não seja por babaquice", reclama, citando o caso de seus exames ditos negativos de Covid-19.

De forma preocupante, mantém o morde e assopra no sensível tema da intervenção militar. Diz que é contra, mas lembra com insistência do artigo 142 da Constituição, que permite a Poderes convocarem os fardados a retomar a ordem pública. Para Bolsonaro, "todo mundo quer o 142".

A isso se soma a lembrança de 1964, cujo golpe livrou o país "dessa cambada" que faria a todos "plantar cana". Até aí, zero novidade sobre a cabeça presidencial, mas muito a dizer sobre o eloquente silêncio do vice Hamilton Mourão a seu lado.

Mais grave, contudo, é a parte da conversa em que Bolsonaro faz basicamente a defesa da insurreição armada no país contra governadores e prefeitos que impõem a quarentena devido à Covid-19, uma obsessão do presidente.

"Quero que todo mundo se arme contra a ditadura", diz, seguindo a leitura do porte de armas enraizado na fundação dos EUA, seu país-modelo.

Para isso, ele reforça a derrubada das portarias do Exército para controle de armas e munições, objeto de apuração do Ministério Público Federal. Bolsonaro acaba de adicionar mais uma suspeita de crime de responsabilidade à sua coleção na pandemia.

Chama a atenção o silêncio dos ministros militares e de Moro. O monopólio da força, numa democracia, é dos fardados; fora disso é chavismo, para ficar numa comparação continental.

O trato aos governadores, <u>ríspido e já conhecido</u>, <u>ganha cor com o vídeo</u>. Ainda mais um dia depois de o presidente tratar a todos de forma cordata <u>em reunião</u> <u>feita para gerar</u> um ar de normalidade democrática no país.

O ex-superministro em atividade Paulo Guedes (Economia), por sua vez, colabora para a certeza de quão volátil será a lealdade do centrão, recémcooptado com cargos para buscar um seguro contra o impeachment.

Num dado momento, ele diz: "Nós podemos conversar com todo mundo aqui, porque é o establishment, é porque nós precisamos dele pra aprovar coisas, mas nós sabemos que nós somos diferentes. Nós temos noção que nós somos diferentes deles", diz.

De forma utilitarista, completa: "E quando eles cruzam a linha a gente solta a mão e sai andando sozinho. Enquanto eles tiverem no trilho, conosco, no caminho de fazendo as reformas que nós prometemos, nós tamo junto. Na hora que o cara soltou a mão e passou pro lado de lá, a gente deixa o cara ir sozinho e a gente continua sozinho".

À Folha, um líder de partido em negociação por vagas no governo sublinhou justamente esse ponto a comentar o vídeo. Nada que não soubesse, mas aí vale a citação aos embutidos e à legislação.

Guedes ainda sugere a venda do Banco do Brasil ("Essa p...") e protagoniza a sugestão de transformar o Rio de Janeiro em polo de cassinos, com direito a insinuação sobre exploração sexual, respondendo à ministra Damares Alves (Mulheres).

"Deixa cada um se f... do jeito que quiser. Principalmente se o cara é maior, vacinado e bilionário. Deixa o cara se f..., pô!", afirmou, garantindo que lá não entraria "nenhum brasileirinho desprotegido, entendeu?".

Para a ciência política, há muito a ser mastigado sobre o bolsonarismo na peça. O presidente se apresenta o tempo todo como um perseguido pela imprensa, sobrando impropérios aos "pulhas", como chama os jornalistas a quem seus ministros não deveriam atender.

Bolsonaro lembra que "querem a nossa hemorroida", e distribui palavrões aos desafetos João Doria (PSDB-SP) e Wilson Witzel (PSC-RJ), governadores contrários à política oficial de menosprezo à Covid-19, assim como ao prefeito de Manaus, Arthur Virgílio (PSDB).

O motivo da teima em evitar a divulgação de todo o vídeo fica clara quando falam os ministros egressos do bolsonarismo-raiz. O sempre exuberante Abraham Weintraub se sobressai, com sua vontade de botar "esses vagabundos na cadeia, começando pelo STF".

É o "éthos" bolsonarista em estado puro. Weintraub se apresenta como o militante zero, que não se contamina pela política, que se queixa do "cancro de Brasília" e de ter de conversar "com quem a gente tinha de lutar".

O fato de que ele teve de ceder ao centrão fatias expressivas de sua pasta poucas semanas depois do vídeo apenas adiciona vazio ao espetáculo.

Continua Weintraub com imprecações contra os termos "povos indígenas" e "povo cigano", também lembrado por Damares Alves (Mulheres, Cidadania e Direitos Humanos), que por sua vez sugeriu prender prefeitos e governadores por medidas restritivas contra a Covid-19.

Saindo da retórica e indo à prática vem outro ideológico, Ricardo Salles (Meio Ambiente), que também esbarra na improbidade administrativa ao sugerir que é preciso "aproveitar a Covid" para dar uma "baciada de simplificação" de regras em sua área. Ele diz ser possível "passar a boiada".

A doença que hoje colocou o Brasil no centro da pandemia só é tratada com seriedade pelo então recém-chegado Nelson Teich, defenestrado semana passada da Saúde. Ele ressalta que só é possível focar a economia após o coronavírus ser controlado. "É fundamental."

Ele o faz só para ser interrompido por Bolsonaro, se queixando de que o chefe da Polícia Rodoviária Federal havia lamentado a morte de um integrante da força por Covid-19, quando ele tinha várias comorbidades —palavra que o presidente não consegue falar de primeira.

Outro que assume a voz do mestre é Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal, que, depois de chiar sobre a "ladroagem do PT, PMDB e PSDB" no órgão, reclama da ideia de deixar funcionários em casa para protegêlos do vírus.

Para ele, trata-se de "frescurada de home office".

A determinação de Celso de Mello ao liberar a peça, de apenas tarjar as claras referências ao temor de que a China esteja espionando os ministérios e críticas pontuais aos asiáticos, mostra algo que já se aferia em Brasília: o decano do Supremo não quer se aposentar sem um último grande ato.

Mais: a liberação veio no dia em que o general Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) achou por bem ameaçar as instituições com uma nota em que protestava contra um ato protocolar de Mello, enviar para a Procuradoria-Geral da República um pedido para a apreensão do celular de Bolsonaro.

A PGR iria descartar tal ideia mesmo que não fosse tão alinhada a Bolsonaro. Mas o recado de Heleno, emulando de forma menor a famosa <u>advertência do então comandante do Exército</u> ao Supremo em 2018, para que não concedesse habeas corpus a Luiz Inácio Lula da Silva, caiu muito mal na corte.

Não só nela. Na quarta (20), <u>Heleno havia negado a hipótese de intervenção militar</u> em uma "live" divulgada pela Folha, agradando a oficiais-generais da ativa. A imagem se desfez em dois dias.

O vídeo traz elementos novos, para todos os gostos, à crise política. Mas é como retrato de uma época que ganha o ar de documento histórico.

Peça única, registro tem de menosprezo ao centrão até sugestão de insurreição armada

WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

Análise: Vídeo explicita face agressiva e paranoica do governo Bolsonaro

Peça única, registro tem de menosprezo ao centrão até sugestão de insurreição armada

"tenho ódio do termo - Povos Indígenas" - Ministro da Educação do governo federal

REUNIÃO DO CONSELHO DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 22 DE ABRIL DE 2020.



e repente ouviu-se um rosnar do preconceito: " Eu odeio o termo Povos Indígenas, odeio... ". Quem assim se manifestava era o Ministro da Educação do Brasil.

Weintraub é um nome não brasileiro, mas de uma das famílias que se refugiaram nas águas quentes e saudáveis do Brasil, onde a água de Coco e a mandioca compõem nossa soberania alimentar..

Mauro era Weintraub, Pai desse Ministro irado não só contra as sociedades indígenas mas contra um dos poderes constituídos.

A arrogância ou talvez a ignorância dentro de um grupo de pessoas, tenham encorajado essa manifestação racista diante inclusive, do Vice-presidente Mourao de origem indígena.

E nós Indígenas que sonhavamos numa Cátedra dos Saberes Indígenas ou numa Universidade Intercultural do mais alto nível, ou pelo menos em patamares das Universidades militares ou USP, MARYLAND ou SORBONNE... afinal temos saberes científicos e tradicionais desde nossos ecossistemas...

Abraham não honrou as tribus de Esaú e Jacó, mas sinalizou que devemos ser minorias, discriminados e excluídos.

Não sabíamos que esse era o perfil profissiografico do Exmo Sr Ministro da Educação do atual governo, mas alertamos com orgulho que a esses comportamentos, estamos a responder com jovens universitários indígenas, Mestres e Doutores, inclusive em Física, Estatística, Medicina, Ciências Sociais, entre outros.

Para cada veneno de seu ódio Ministro, temos um antídoto: nossa inteligência!

-----M. Marcos Terena foi coordenador de los Conocimientos Tradicionales y Espiritualidad de la Cátedra Indígena. Foi o articulador pela aprovação das Cotas Indígenas à Universidade no Senado Federal.

Um cabo de guerra na longa noite da pandemia

Ao dificultar a ação dos Estados e municípios Bolsonaro comete crime de responsabilidade Bolívar Lamounier, O Estado de S.Paulo

Para bem compreender o que está acontecendo no Brasil creio ser útil começar pelo dicionário.

Cabo de guerra, por exemplo. O *Aurélio* ensina que essa velha expressão designa "um jogo ou competição em que dois grupos de contendores puxam em direções opostas as pontas de uma corda grossa, vencendo a que conseguir arrastar a outra".

Transpondo a ideia do cabo de guerra para o plano da política, logo percebemos uma grave implicação. Se a capacidade física dos contendores for aproximadamente igual, o resultado pode ser um prolongado empate. Ora, o essencial da política pública é a escolha entre alternativas e a implementação das ações de governo que dela decorre. Vigente o empate no cabo de guerra, as duas forças se neutralizam e tais ações perdem eficácia, como temos visto no combate à pandemia do coronavírus.

Esse empate pode tornar nossa situação muito mais perigosa do que a existente em outros países. A persistir tal empate, nós, cidadãos comuns, pagaremos o pato. Em nosso cabo de guerra temos, de um lado, os governadores e prefeitos fazendo o que podem, com recursos insuficientes e enfrentando a propagação do coronavírus, um inimigo onipresente e assombrosamente ágil. Do outro, Jair Bolsonaro, um presidente que não se notabiliza por elevado senso de responsabilidade, fomentando aglomerações, forçando a barra para que o desejável relaxamento da quarentena se transforme num estouro da boiada e, não menos importante, insistindo num remédio, a cloroquina, cuja eficácia no tratamento da covid-19 não parece superior à de um licor de jenipapo.

Tem saída isso?

Tem, mas para bem compreendê-la precisamos primeiro esclarecer um aspecto da nossa cultura política, em especial certas noções referentes ao sistema de governo presidencialista de governo. Não tendo escoimado de uma vez por todas o ranço caudilhista e populista que nele se incrustou desde os primórdios da República, temos inconscientemente sustentado a equivocada noção de que o presidente da República é a instância última da legitimidade política. Fato é, no entanto, se formos um pouco além do pensamento estritamente jurídico, que a

legitimidade *em última instância* não reside na Presidência da República, e sim no Supremo Tribunal Federal (STF).

Se assim não fosse, como iríamos entender sua função arbitral de última instância? Sendo ele a cúpula do Judiciário, a ele cabe dirimir todos os impasses, incluídos aqueles que se constituem no embate entre os outros dois Poderes, entre os partidos políticos e entre os demais agentes políticos. A proposição que venho de enunciar não é fruto de especulação, pois está constitucionalmente especificada em institutos como a ação declaratória de constitucionalidade (ADC), a ação direta de constitucionalidade (Adin) e a ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), entre outras. Voltemos, então, ao cabo de guerra que estamos presenciando no combate ao coronavírus. Dando prioridade ao princípio federativo e ao que a Constituição expressamente determina, o STF, atribuiu aos Estados e municípios a responsabilidade primária pela missão de organizar o vírus. Não se trata, como é óbvio, de uma atribuição privativa do município, e sim concorrente com a dos Estados e da União.

Essa determinação do STF implicou uma clara dilatação do papel desses dois entes federados, que se vem manifestando na aquisição de equipamentos de proteção, na imposição de restrições ao direito de ir e vir e à atividade econômica, além, é claro, da função precípua de manter os sistemas de saúde e funerários. Uma eloquente ilustração da dilatação a que me refiro é o inusitado empenho que os Estados tiveram de assumir na importação de equipamentos de proteção para o pessoal médico, tendo mesmo se deparado com dificuldades bizarras, num momento em que o comércio internacional parece ter retornado a práticas simplesmente selvagens.

Não preciso deter-me no destaque dado pela Constituição aos municípios (CF88VII). Comentando esse ponto, o professor Antônio Sérgio P. Mercier acertadamente escreve: a cooperação entre o município, o Estado e a União diz respeito, entre outras finalidades, à "prevenção ou debelação dos perigos que dizem respeito à saúde da população, como endemias, epidemias e a possibilidade do aparecimento de moléstias transmissíveis" (Costa Machado e Anna Cândida da Cunha Ferraz, organizadores, *A Constituição Federal Interpretada*, Editora Manole).

O que acabo de expor deve ser suficiente para ilustrar o enorme risco com que a saúde dos brasileiros se vai deparar enquanto persistir o cabo de guerra entre o presidente Jair Bolsonaro, puxando uma ponta da corda, e os Estados e municípios puxando a outra.

Do exposto deve-se, pois, inferir que Jair Bolsonaro, ao dificultar a ação dos Estados e municípios durante uma emergência gravíssima, reiteradamente comete crimes de responsabilidade, configurando-se, pois, claramente, a conveniência da abertura do processo de impeachment.



OPINIAO.ESTADAO.COM.BR

Um cabo de guerra na longa noite da pandemia - Opinião - Estadão

Ao dificultar a ação dos Estados e municípios Bolsonaro comete crime de responsabilidade

Marcelo Halberg Administrador · FB 23 de maio às 15:11

Qual é o nosso jogo politico???

Em que campo politico estamos realmente atuando??

Se estamos no campo democrático, com quais regras estamos jogando?

O que estamos fazendo para preservar a legalidade???

O que estamos fazendo para preservar as instituições republicanas???

Estamos nos utilizando das provas evidentes de crimes de responsabilidade cometidos quase que diariamente para tentar afastar o presidente???

Se a correlação de forças é desfavorável, quais os reais movimentos efetuados para modifica-la????

Qual o movimento efetuado para afastar o Bozo por outro meio que não seja o impeachment???

Ainda não está evidente que Bolsonaro e seus seguidores não jogam pelo jogo democratico ??

Ainda não esta evidente que a tentativa de golpe é completamente diferente do que aconteceu em 1964????

Não esta evidente que o Bozo fala para os militares de baixa patente, Para a policia corrupta, milicianos e fanáticos evangelicos?

Não esta evidente que ele não esta preocupado em exercer um mandato eletivo e sim estabelecer a sua ideologia insólita com o fechamento do congresso, do STF e impor uma tosca ditadura fundamentalista???

Não está evidente que radicaliza o discurso para falar e mobilizar sua base fanatica, falanges, dispostas a pegar em armas para defender o seu discurso fascista???

O vídeo no fundo no fundo não foi um comício para essa base.?? Se de fato esta base já estivesse preparada o golpe não teria acontecido???

O que falta para a oposição, para a alta oficialidade, para as elites empresariais democráticas, para os liberais de fato, para quem defende as instituições republicanas, para

as pessoas de centro e também as de esquerda entenderem que a casca do ovo da serpente está sendo rompida e a Hidra de Lerna colocando todas as suas cabeças de fora

Antônio Sérgio Martins Catatau FB 23 de maio às 10:40

Miséria moral, desdém com a pandemia e a crise econômica, proeminência do clã, vassalismo, o resumo do vídeo de Bolsonaro.

Didzidefeiadiesniķānidrilinoisteriali daldia 22addesbeihmevaltida hoiustufikbo ominfstrmBaulanGauedesh@co/hooniah defeisiiteuO

Guedes: vamos usar recurso público com grandes empresas e ganhar dinheiro

NOTICIAS.UOL.COM.BR

HTTPS://NOTICIAS.UOL.COM.BR/POLITICA/ULTIMAS-NOTICIAS/2020/05/22/GUEDES-VAMOS-USAR-RECURSO-PUBLICO-COM-GRANDES-EMPRESAS-E-GANHAR-DINHEIRO.HTM?FBCLID=IWAR0TF1TVN34YIB922GH3NZ1HHRO8VCIHKREERODWZBIAKADCYWDGAHUBB0S

Durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, revelada hoje (22), o ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu o uso de recursos públicos para salvar grandes companhias e justificou que "vamos ganhar dinheiro" com a decisão.

José Maria Queiróz Pergher No início de governo eu até achava que esse ministro poderia dar certo, mas em poucos meses já deu para perceber quem ele é. Hoje eu já não tenho nenhuma esperança que ele vai conseguir melhorar a situação econômica do País, principalmente agora depois do corona, que exige um ministro da economia com atitudes excepcionais, coisa que ele está longe de conseguir.

Paulo Timm Esse cara é uma aberração típica do complexo de GORDON GEKKO I, jovem, do filme WALL STREET: \$\$\$\$\$.Ganhar, ganhar,ganhar... Um horror dosanos 80-90, típico da geração YUPPI, da época em que ele viveu nos USA.O ator M. Douglas sempre dizia depois do filme que pensava que iria gerar um ONDE de rejeição a WALL STREET. Foi o contrário.Jovens envolveram-se e envolveram aquele espírito em nome da LIBERDADE...A mesma liberdade agora proclamada por BOLSONARO. Uma liberdade no vazio, sem quqlquer conteúdo moral. Deu no que deu....Daí que muitos economistas até LIBERAIS, conservadores, dizerem que PAULO GUEDES está superado, aferrado, como diz MONICA DE BOLLE, aos anos 70.Acho o par perfeito em Bolsonaro, outra reminiscência daqueles tempos de GUERRA FRIA.

Renato Janine Ribeiro teS17Iddponsi orhed · FB Maio 2020

No vídeo de Bolsonaro com os ministros, Nelson Teich foi o único a dizer coisa com coisa. Moro foi pífio, só fez média medíocre, fingindo que alguém ali se interessa em combater corrupção (talvez nem ele...).

Mourao, inteligente, ficou calado, com um sorriso "não me comprometo". Guedes é inacreditável. Empresários e economistas que acreditaram nele também o são.

A divulgação do vídeo da Reunião Ministerial do último no último dia 22 de abril, autorizada pelo Ministro Celso de Melo, irrompeu na cena política nacional como se despejaram sobre Mariana e o Rio Doce os 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos da barragem do Fundão. Por certo a força deletéria de palavras e imagens derramadas sobre o Brasil não escorreram do mesmo modo, não tiveram a densidade, a massa física descomunal da lama da Samarco. Mas seu impacto destrutivo sobre as redes de confiança, respeito, valores e ideais que dão sustentação às instituições democráticas não é menor. Crenças, compromissos, padrões de civilidade, respeito à lei, às opiniões divergentes, a ideais diversos, à saúde e a paz de quem vive em sociedade não se medem em metros cúbicos. Mas essa dimensão ideal da vida em comum tem o seu modo próprio de ser densa. Formá-la e compô-la tem sido processo muito mais custoso e demorado do que a mineração do ferro. Levou-nos um quarto de século para restaurar a democracia e já mais de trinta anos que — em meio a percalços graves e decepções tristes, a despeito desses altos e baixos que às vezes nos fazem sentir como embarcados em um carrinho de montanha russa — vimos construindo e mantendo o curso desta nossa um tanto desengoncada, mas surpreendentemente forte e resiliente, democracia brasileira.

O presidente Bolsonaro, no entanto, trabalha incansável, astuta e habilmente para afeiçoá-la a suas convicções reacionárias e autoritárias. Quer dizer: para desfigurá-la preferencialmente por dentro, mas declaradamente pronto para pô-la abaixo, se esse caminho se revelar inviável. Foi isso o que mostrou o vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril e suas declarações do dia 22 de maio.

É preciso estar atento, porém, para não deixar que o extraordinário número de perversões políticas ali praticadas deixe na sombra o mais grave. Muito graves foram, por certo, a enxurrada de palavrões do Presidente da República para entre outras coisas atacar governadores e prefeitos, em completo desrespeito à "dignidade, a honra e o decoro do cargo", para usar as expressões da Lei definidora dos crimes de responsabilidade (Lei 1079, de 10/04/de 1950). Gravíssima também, e de mesmo naipe, a injuriosa qualificação dos Ministros do STF como vagabundos feita pelo Ministro da Educação!; ou o cínico e apatifado conselho do Ministro do Meio Ambiente de que o Governo deveria aproveitar a concentração da imprensa nas questões sanitárias para passar a boiada da desregulamentação do trato com as águas, as matas e a enorme biodiversidade que é uma das mais valiosas gracas do Brasil.

Mas isso ainda é muito pouco comparado com a determinada declaração do Presidente da República de que quer ARMAR O POVO para defender a liberdade. Como entender essa declaração? Estará o Brasil invadido por uma potência estrangeira? As instituições democráticas estão abaladas e sendo subvertidas por movimentos insurrecionais comandados clandestinamente? Há movimentos separatistas a porem em risco a unidade nacional? Está o país atacado por ações terroristas incontroláveis? Por acaso há uma guerra civil? As forças armadas do Brasil estão desunidas e desmanteladas? Não há polícias militares nos Estados, não há polícia federal?

A sequência de óbvios nãos a serem dados em resposta as essas questões que, se pudessem ser respondidas por algum sim poderiam dar alguma plausibilidade para o projeto de armar o povo brasileiro, faz pensar que essa declaração tem outra natureza, que ela é, no mínimo, ou uma ameaça "de mudar por violência a forma de Governo da República', para novamente recorrer ao disposto na Lei 1079, de 10 de abril de 1950, ou um patologicamente estruturado delírio paranoico. Nas duas hipóteses, a institucionalidade democrática está ameaçada e o Brasil mal servido. Pois cabe bem perguntar: haverá medida mais danosa a nosso país do que facilitar a criação de brigadas de assalto direitistas, como se viu na República de Weimar, ou, mais perto de nós, grupos clandestinos de insurgência terrorista?

No entanto, como se isso já não fosse muito mais do que demais, na longa entrevista que deu no dia da divulgação do vídeo em comento, o Presidente da República achou tempo para enfaticamente reiterar outro de seus imperdoáveis desatinos, este em violação flagrante com o dever que, como presidente eleito, ao tomar posse, jurou cumprir: o de PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO, conforme disposto no artigo 78 da Constituição Federal.

Ou se poderá pensar outra coisa do desprezo com que Jair Bolsonaro vem tratando a pandemia? A falta de empatia, de consideração para com os doentes, com os que não doentes temem a doença, com os que não a temem e que, contudo, seriamente adotam as sofridas condutas de isolamento social mundialmente recomendadas em respeito e solidariedade com o próximo — tudo isso não é comprovação cabal de que o Presidente maltrata o povo brasileiro? Demitir dois sérios ministros da Saúde em meio a maior crise de saúde pública porque passa o Brasil desde no início do século passado não é promover o mal geral de nosso povo? Dizer que a proteção dos vulneráveis deve ficar ao encargo é das famílias e que o Estado nada tem a ver com isso não é outra maneira de atestar que tudo o que têm feito as instituições de saúde do Brasil em defesa da sanidade de todos nós, a começar pelo SUS, foi feito a sua irresponsável revelia? A declaração, de cuja repetição o Presidente da República não se cansa, de que todos temos que morrer, iterada assim nestes dias em que o Covid 19 vem matando mais de mil pessoas por dia, a cada dois dias impondo-nos perdas equivalentes a todas as vidas de militares e civis que tivemos na Segunda Guerra Mundial, não é uma agressão direta ao sofrimento dos brasileiros neste tempo de grandes dificuldades? Contra a opinião praticamente unívoca dos cientistas e governantes dos países do mundo, opor a defesa da normalidade das

atividades econômicas ao cuidado da saúde dos brasileiros não é uma opinião só sustentada pelo bronze frio e aterrador das convicções eugenistas?

Perversos, fascistas e desalmados

https://www.sul21.com.br/colunas/tarso-genro/2020/05/perversos-fascistas-e-desalmados/

Publicado em: maio 24, 2020 - Tarso Genro (*)

Lembrei-me de Ettore Scola (1931 – 2016) em Porto Alegre. Sua memória foi introduzida pelo título de um dos seus grandes filmes, "Feios, Sujos e Malvados", suscitado pela presença chocante -em todas as emissoras de TV- da reunião ministerial do dia 22 de abril. Nela, o Governo Bolsonaro mostrou todas as suas entranhas políticas, patológicas e existenciais, que dificilmente seriam encontradas nos governos mais trágicos, deprimentes e despreparados do mundo. Talvez nos Governos de Idi Amin, Stroessner, Bokassa, Pinochet, pudessem ser verificados disparates e horrores semelhantes, mas certamente seriam expressos com outra linguagem e provavelmente com uma agenda mais organizada.

Da fixação anal ao armamento geral das milícias, do ódio aos indígenas à destruição da Amazônia, das ameaças aos "vagabundos" do Supremo à incompreensão radical sobre o significado da liberdade de imprensa, do uso de palavras de baixo calão à burrice sistêmica ali instalada, tal reunião provou que a República não tem nenhum valor para os meliantes ali reunidos. E que os protocolos mínimos de respeito à magistratura presidencial estão soterrados pelas sucessivas infâmias cometidas. E o pior: o ocorrido não foi uma surpresa nem um descuido cometido em festas de lupanares ou através de brincadeiras de botequins, mas foi expressa a essência de um Governo que, de resto, não possui nenhuma civilidade política e qualquer compromisso republicano.

Sempre foi visível que Bolsonaro era isso mesmo: prometeu assassinar adversários, defendeu a tortura e confessou que desejava fuzilar Fernando Henrique. Mesmo assim foi colocado num mesmo nível de Haddad, pela própria grande imprensa que hoje -ainda bem- despreza-o e abandona-o, mas o faz não porque ele seja eticamente e politicamente um ser desprezível, mas porque sua incompetência e sua forma fascista de fazer política -como Chefe de Estadonão visa somente restringir a democracia para as pessoas comuns do povo, mas também para as elites burguesas que se chocarem com a sua família e a sua

visão demente de país. Independentemente disso todos devemos nos unir com todos que querem retirar, dentro da lei, o atrabiliário do Governo.

Ettore Scola, durante visita a Porto Alegre em 1996.

Em julho de 96, Ettore veio conhecer o cinema e as ruas da cidade -também a lpanema do nosso Guaíba- depois caminhar na Vila Pinto, conversando com os pagodeiros, os delegados do Orçamento Participativo, exaltando a cidade que se construía em paz. Ettore -amigo de Fellini- que se apaixonou pelo trabalho dos "giovane" da Casa de Cinema, foi um dos mais importantes diretores do cinema italiano. Já em 1974 com o seu "Nós que nos amávamos tanto", marcou uma personalidade artística e política que depois apareceu por inteiro na sua colaboração brilhante no documentário "Um outro mundo é possível", sobre a reunião do G8 -em Gênova- onde ocorria também uma sessão do "Foro Social Mundial." Estive lá.

Narra o próprio Scola -que já lembro com emoção- numa carta sobre a sua visita a Porto Alegre: "Em 28 de julho de 96 fui hóspede da cidade de Porto Alegre (...) experiência enriquecida por uma longa visita em muitas regiões da periferia, durante a qual fui guiado pelo companheiro Tarso Genro, que era Prefeito em final de mandato" (conhecendo assim) "um modo particular de estabelecer a relação entre as instituições e os cidadãos, um modo forte de afirmar a igualdade e o direito de cada um à distribuição mais justa daqueles recursos que possam garantir melhores condições de vida e de progresso" (...); e a confiança que (o Governo) despertava nascia da sua disponibilidade, da sua sinceridade, da sua paixão: comunicava isso aos outros e comunicou também a mim."

Em 1976, Ettore Scola fizera o roteiro e dirigira "Feios, Sujos e Malvados", talvez o epílogo genial do neo-realismo italiano, no qual descreveu a vida no barraco de uma favela romana, onde morava um rico arruinado, Mazzatela — interpretado por Nuno Manfredi- com sua mulher e dez filhos, em situação de carência extrema. Ali a vida diária era lutar para não perder a dignidade ilusória e, se possível, manter uma relação familiar tensa, sob permanente pressão -interna e externa- na qual explodiam os tormentos da carência material, do egoismo e da necessidade. Grandezas e misérias, resistência moral e crimes, se revelam em cada um dos personagens deste retrato da vida miserável dos abandonados.

O que Ettore Scola indaga nesta película é se os pobres e deserdados, lidando com os valores que giram em torno do dinheiro -numa sociedade de consumo restrito- podem, de alguma, forma elevar-se a uma outra condição humana e vencer sozinhos a deserção e a alienação social, na qual foram jogados pelo seu destino forjado na sociedade de classes. É um filme realista e crítico, ao mesmo tempo trágico e irônico, onde o gênio de Scola, sem paternalismos, mas com uma enorme compaixão resgata a humanidade dos "feios, sujos e malvados", que poderíamos ser, qualquer um de nós, se assediados pelas mesmas fatalidades sociais selvagens no domínio do capital sem freios.

A compaixão de Scola com os "feios, sujos e e malvados" contrasta com o ódio fluente na reunião ministerial de Bolsonaro que, na verdade, mostra duas vertentes estratégicas pelas quais ele opera o seu domínio sobre o Estado. A primeira é a força imposta ao país, através de uma ordem jurídica "de fato" - normas não escritas paralelas à Constituição- expressas nas falas do Presidente, através das quais ele anula e quer tornar subservientes todas as instituições republicanas que não se enquadrem no que sua mente perversa deseja para o país. Seja para questões relacionadas com os problemas ambientais de saúde pública, de direitos sociais e de convívio entre opostos na democracia, autorizando os mais exaltados a pedirem a prisão dos "vagabundos do STF", anunciando para "depois" a prisão de Governadores e Prefeitos.

A segunda é a estratégia de Bolsonaro -aliás adotada pela extrema-direita mundial- que pretende fazer do caos a forma especial de enfrentamento com a desordem -que ele mesmo cria- cooptando a sociedade formal para um autoritarismo que presumidamente lhe devolva a "segurança" e o bom funcionamento das bolsas. Esta estratégia faz da ingovernabilidade uma virtude e assim um ponto-de passagem para um Governo proto-fascista de caráter miliciano. A decisão do Ministro Celso de Mello, que mostra as entranhas deste Governo paranoico e alucinado, foi um dos mais admiráveis serviços que uma Instituição da República ofereceu à normalização política do país e ela deve ser festejada -e será- como um momento decisivo para travar os "perversos, fascistas e desalmados" na sua vontade de matar a República e assassinar a esperança.

(*) Tarso Genro foi governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, ministro da Justiça, ministro da Educação e ministro das Relações Institucionais do Brasil

Vendo o Moro no Fantástico. Não peguei no início. Mas a jornalista está colocando o marreco contra a parede. Na Globo!!!! Foi assim no início

A Bridi pegou o cara de jeito: Por que cruzou os braços na reunião e ficou calado. Omarraco amarelou: - Porque não era lugar de controvérsia. Respondeu como Juiz e não como candidato a Presidente. Bosteou...Isso me lembrou a famosa passagem do Sen. E.Kennedy, quando candidato a Presidente. Hesitou ao

responder a um jornalista sobre seu
comportamento num acidente de carro que
havia vitimado uma pessoa. Gaguejou,
gaguejou....gaguejou e deu clara demonstração
de que não tinha NERVURA PRESIDENCIAL.